



REVISTA NECAT

Jan - Jun/2024
ISSN 2317-8523



PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

ANO 13, NÚMERO 25

O poder do Banco Central do Brasil em uma economia financeirizada: uma análise institucionalista e foucaultiana | Jaime Marques Pereira, Miguel Bruno e Stéphane Longuet | Os tributos e a venda de títulos públicos financiam o Estado? Uma análise do caso brasileiro sob a ótica da Modern Money Theory | Rafael Voigtel e Marina Moreno de Farias | Notas sobre a desindustrialização da economia catarinense: evidências das últimas quatro décadas | Matheus Souza da Rosa | As normas e a qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios da região da AMOSC/SC | Fernanda Luiza dos Santos e Daniel Arruda Coronel | Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento e qualidade laboral no Estado de Santa Catarina: um estudo do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022 | Enzo de Gaspari Ramos e Gueibi Peres Souza | Taxa de desemprego de Santa Catarina registra estabilidade no 1º trimestre de 2024 | Pedro Henrique Batista Otero e Joana Lara Fernandes Feller | Análise da evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012-2022 | Lauro Mattei, Samya Campana, Kauê S. Alexandre e Bonifácio Packer.

Realização:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



SUMÁRIO

EDITORIAL	1
O PODER DO BANCO CENTRAL EM UMA ECONOMIA FINANCEIRIZADA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA E FOUCAULTIANA Jaime Marques Pereira Miguel Bruno Stéphane Longuet.....	5
OS TRIBUTOS E A VENDA DE TÍTULOS PÚBLICOS FINANCIAM O ESTADO? UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA MODERN MONEY THEORY Rafael Voigtel Marina Moreno de Farias	37
NOTAS SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA CATARINENSE: EVIDÊNCIAS DAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS Matheus Souza da Rosa	59
AS NORMAS E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMOS/SC Fernanda Luiza dos Santos Daniel Arruda Coronel	88
INFORMALIDADE E SUAS APARENTES CONSEQUÊNCIAS PARA AS METAS DE CRESCIMENTO E QUALIDADE LABORAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO DO 4º TRIMESTRE DE 2015 ATÉ O 4º TRIMESTRE 2022 Enzo de Gaspari Ramos Gueibi Peres Souza	109
TAXA DE DESEMPREGO DE SANTA CATARINA REGISTRA ESTABILIDADE NO 1º TRIMESTRE DE 2024 Pedro Henrique Batista Otero Joana Lara Fernandes Feller.....	129
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NO PERÍODO ENTRE 2012-2022 Lauro Mattei Samya Campana Kauê Soares Alexandre Bonifácio Packer	138

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor

Prof. Lauro Mattei – UFSC.

Comitê Editorial

Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC).

Conselho Editorial

André de Avila Ramos (UFSC); André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Fernando César de Macedo (Unicamp); Fernando A. M. Mattos (UFF); Ivo Marcos Theis (FURB); José Luis Oreiro (UnB); José Rubens Garlipp (UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont – EUA); Lauro Mattei (UFSC); Luiz Fernando Rodrigues de Paula (UFRJ); Maurício Amazonas (UnB); Milko Matijascic (IPEA); Nelson Delgado (UFRRJ); Paulo Sergio Fracalanza (Unicamp); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.
88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 13, nº 25, Jan-Jun. Florianópolis, NECAT, 2024.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: <http://revistanecat.ufsc.br/>

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

*Lauro Mattei*¹

Nas últimas edições a Revista NECAT priorizou o debate nacional sobre assuntos que afetam o conjunto da população brasileira. Assim, o número 23, relativo ao primeiro semestre de 2023, discutiu o novo regime fiscal brasileiro, que ficou conhecido como o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Para tanto, contamos como um conjunto de artigos de diversos analistas econômicos e políticos de todo o país. Já o número 24, relativo ao segundo semestre de 2023, tratou da temática da Reforma Tributária, assunto que ainda continua em debate no Congresso Nacional (CN).

Na presente edição, que corresponde ao número 25, relativo ao primeiro semestre de 2024, tivemos a submissão de diversos artigos sobre temas diretamente relacionados ao estado de Santa Catarina, além da submissão de artigos de abrangência geral, os quais iniciam o presente número.

O primeiro artigo, intitulado “O poder do Banco Central do Brasil em uma economia financeirizada: uma análise institucionalista e foucaultiana” e de autoria de Jaime Miguel Pereira, Miguel Bruno e Stéphane Loguet, busca compreender a economia política presente na política econômica brasileira que conseguiu conciliar redistribuição e ortodoxia no Brasil durante os governos liderados pelo partido dos trabalhadores.

No segundo artigo, intitulado “Os tributos e a venda de títulos públicos financiam o Estado? Uma análise do caso brasileiro sob a ótica da Modern Money Theory” e de autoria de Rafael Voigtel e Marina Moreno de Farias, mostra-se que para o mainstream é consenso que os recursos advindos da venda de títulos públicos são os determinantes do financiamento estatal, ideias que não são inteiramente aceitas pela heterodoxia econômica, especialmente daqueles segmentos que seguem a Modern Money Theory (MMT), a qual mostra que os tributos e a venda de títulos não são os financiadores do Estado. Com base nesses pressupostos, os autores discutem a realidade brasileira diante do cenário de mudanças recentes, particularmente na esfera fiscal, com a introdução do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e a Reforma Tributária que ainda se encontra em debate no Congresso Nacional.

¹ Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br.

No terceiro artigo, intitulado “Notas sobre a desindustrialização da economia catarinense: evidências das últimas quatro décadas” e de autoria de Matheus Rosa, discute-se a temática da desindustrialização em Santa Catarina à luz do processo de perda de espaço por parte da indústria da transformação desde a década de 1990, tanto em termos da participação no produto interno bruto, como no saldo da balança comercial. Partindo do fato de que diversos estudos sobre assunto apresentavam limitações metodológicas, analisou-se o grau de industrialização da economia catarinense entre 1985 e 2020 e o comportamento da balança comercial da manufatura entre 1997 e 2020 e se concluiu que a economia catarinense se desindustrializou *pari passu* à economia nacional, ainda que em ritmo inferior, sendo essa desindustrialização marcada por uma redução na participação da indústria de transformação no PIB estadual e pela reprimarização da pauta exportadora.

O quarto artigo, intitulado “As normas e a qualidade da informação contábil: um estudo nos municípios da região da AMOSC/SC” e de autoria de Fernanda Luiza dos Santos e Daniel Arruda Coronel, busca determinar quais as variações que podem ser utilizadas pelos municípios para melhorar a qualidade das informações contábeis enviadas pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi) à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para tanto, o artigo elaborou um guia que possibilite a melhoria da qualidade da informação contábil a ser enviada ao Siconfi por meio de um conjunto de itens sobre qualidade das informações enviadas à STN comparando a pontuação dos municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) no período entre 2019 e 2021.

O quinto artigo, intitulado “Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento e qualidade laboral no estado de Santa Catarina: um estudo do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022” e de autoria de Enzo De Gaspari Ramos e Gueibi Peres Souza, procurou analisar como a taxa de informalidade pode ter impactado os indicadores catarinenses relativos à qualidade laboral e às metas macroeconômicas no período antes mencionado visando compreender as externalidades, tanto positivas como negativas, nos indicadores utilizados. Como resultado, o estudo mostrou que a informalidade provocou efeitos negativos sobre as variáveis relacionadas à qualidade laboral, mesmo que a informalidade tenha sido importante fonte de ocupação da população catarinense no período considerado. Todavia, a precariedade dos empregos informais e

sua baixa qualidade impactaram de forma negativa o conjunto da economia estadual, indicando a necessidade da adoção de medidas que promovam uma formalização gradual da economia catarinense.

No sexto artigo, intitulado “Taxa de desemprego de Santa Catarina registra estabilidade no 1º trimestre de 2024” e de autoria de Pedro Henrique Batista Otero e Joana Lara Fernandes Feller, analisam-se os dados do emprego em Santa Catarina no 1º trimestre de 2024 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua). Para tanto, observou-se a manutenção da taxa de desocupação na análise interanual, em decorrência do crescimento proporcional entre pessoas ocupadas e desocupadas, com conseqüente crescimento da força de trabalho e aumento na taxa de participação. O principal vetor de crescimento das ocupações no estado foi o setor de serviços, com protagonismo dos serviços de tecnologia da informação e no transporte de carga.

No sétimo artigo, intitulado “Análise da evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012-2022” e de autoria de Lauro Mattei, Samya Campana, Kauê S. Alexandre e Bonifácio Packer, analisa-se a evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012 e 2022 com atenção especial para o período entre 2020-2022 quando ocorreu a pandemia da Covid-19. Teoricamente partiu-se da definição de pobreza monetária, com base nas definições disseminadas pelo Banco Mundial. Para tanto, utilizou-se a renda domiciliar per capita média para mensurar a quantidade de pessoas que se encontravam na condição de pobreza e de extrema pobreza, tanto no Brasil como em Santa Catarina. Como resultados gerais, observou-se que durante a pandemia a pobreza atingiu seu ápice, particularmente no ano de 2021. Nesse período, 77,9 milhões de pessoas no Brasil foram classificadas como pobres, enquanto 19,1 milhões foram consideradas como extremamente pobres. Já em Santa Catarina, no mesmo período, 1,08 milhões de pessoas foram consideradas como pobres e 174,2 mil pessoas foram classificadas como extremamente pobres. Portanto, nas duas dimensões geográficas (Brasil e Santa Catarina) a pobreza atingiu seus maiores quantitativos durante a pandemia, com destaque para o ano de 2021.



Registramos que a Revista NECAT vem contribuindo para promover e disseminar o conhecimento sobre os mais distintos temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico do país e do estado catarinense. Nesta edição contamos com diversos estudos específicos sobre Santa Catarina, o que nos permitiu dar continuidade com nossa missão, enquanto universidade pública, e cumprir nosso papel junto à sociedade catarinense.

O PODER DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM UMA ECONOMIA FINANCEIRIZADA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA E FOUCAULTIANA

Jaime Marques Pereira¹

Miguel Bruno²

Stéphane Longuet³

Resumo: Este artigo se propõe a entender a economia política por trás da ambivalência da política econômica que conseguiu conciliar redistribuição e ortodoxia no Brasil durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores - até que essa conciliação se mostrou insustentável. Este trabalho combina a macroeconomia institucional com uma sociologia do governo por meio dos instrumentos de política econômica. A primeira destaca como o objetivo da redistribuição se tornou insustentável porque a financeirização do processo de acumulação de capital foi apenas reduzida, mas não foi questionada e muito menos, superada. A segunda abordagem caracteriza um bloqueio cognitivo da possibilidade de um estado desenvolvimentista. Mostramos que esse bloqueio é o resultado da transformação gradual dos arranjos governamentais liberais, que deram ao banco central a nova função de estabelecer o que chamamos de uma coalizão instrumental que concede aos interesses financeiros o direito de veto. O banco central está, portanto, provando ser uma instituição crucial em um governo do povo, no sentido dado a esse conceito por Foucault.

Palavras-chave: financeirização, política monetária, governamentalidade, Banco Central, Brasil.

A NECESSARY BUT INSUFFICIENT STEP: ON THE FIRST PHASE OF THE LULA GOVERNMENT'S TAX REFORM

Abstract: This article aims to understand the political economy behind the ambivalence of economic policy that managed to reconcile redistribution and orthodoxy in Brazil during the governments led by the Workers' Party—until this reconciliation proved unsustainable. This work combines institutional macroeconomics with a sociology of government through economic policy instruments. The first highlights how the goal of redistribution became unsustainable because the financialization of the capital accumulation process was only reduced, but neither questioned nor overcome. The second approach characterizes a cognitive blockage to the possibility of a developmental state. We show that this blockage is the result of the gradual transformation of liberal

¹ Professor Emérito, Centro de Pesquisa sobre as Instituições, a Indústria e os Sistemas Econômicos de Amiens (CRIISEA), Universidade da Picardie Jules Verne, Pôle Cathédrale 10, Placette Lafleur, BP 2716 80027 Amiens Cedex 1, França; ORCID0000-0001-9122-6571.

² Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE | IBGE), Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas, Rua André Cavalcanti, 106 / sala 503- C, Santa Teresa, Rio de Janeiro, RJ 20231-050, Brasil; ORCID 0000-0003-3049-2512.

³ Professor universitário, Diretor do Centro de Pesquisa sobre as Instituições, a Indústria e os Sistemas Econômicos de Amiens (CRIISEA), Universidade da Picardie Jules Verne, Pôle Cathédrale 10, Placette Lafleur, BP 2716 80027 Amiens Cedex 1, França.

governmental arrangements, which gave the central bank the new function of establishing what we call an instrumental coalition that grants financial interests the right of veto. The central bank is thus proving to be a crucial institution in a government of the people, in the sense given to this concept by Foucault.

Keywords: financialization, monetary policy, governability, Central Bank, Brazil.

INTRODUÇÃO

Durante a década de 2000, a economia brasileira teve um desempenho impressionante. O país expandiu sua capacidade de exportação de commodities e, ao mesmo tempo, ostentou um mercado interno dinâmico, impulsionado pela vontade política de redistribuir a renda e reduzir as desigualdades, além de expandir o crédito para famílias e empresas. Entretanto, a subsequente queda no crescimento e o declínio nos preços das commodities revelaram o fracasso do governo brasileiro em superar a crescente restrição externa. Esta reveste um caráter tanto econômico quanto político, assim que o revelou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016.

A deterioração do contexto econômico enfraqueceu politicamente seu governo, especialmente após sua reeleição em 2014. Essa nova conjuntura colocou em questão a sustentabilidade das medidas de redistribuição e, de forma mais ampla, desafiou a pretensão do governo de dar ao Estado um papel mais ativo na economia. Essa situação redefiniu os termos do debate sobre a viabilidade da chamada nova estratégia desenvolvimentista no Brasil, tal como tinha sido desenhada pelas “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo”, um manifesto assinado em 2010 por proeminentes economistas heterodoxos.

Durante os sucessivos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2003, a ação pública mudou substancialmente. As novas políticas foram objeto de uma controvérsia que envolveu duas abordagens distintas e opostas, de acordo com os enfoques disciplinares. A primeira é a econômica, que analisa essas mudanças em termos dos vários conceitos relacionados às estratégias desenvolvimentistas (Amado & Mollo, 2015; Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2015; Fritz, Paula & Prates, 2022). A segunda abordagem envolve uma análise sociológica ou política da ação pública. Vários economistas concentraram seus estudos no efeito de desindustrialização da política monetária e cambial ortodoxa, argumentando que isso é totalmente incompatível com uma estratégia desenvolvimentista. Por outro lado, vários cientistas políticos bem como

sociólogos enfatizaram as intervenções do Estado que rompem o paradigma liberal. Alguns consideraram essa ruptura como resultado da dita dependência da trajetória (path dependency) que se observa na continuidade institucional por meio da qual o Estado pode reassumir sua antiga capacidade como promotor do desenvolvimento ao se adaptar a uma economia aberta (Boschi, 2010; Diniz, 2012; Santana, 2012). Outros analisam a competição entre grupos sociais na constituição de um bloco no poder (Boito, 2012; Singer, 2015).

Essas diferentes abordagens disciplinares levantam uma questão que a literatura sobre as mudanças no papel do Estado implementadas pelo governo do PT não aborda explicitamente, ou seja, a ambivalência de uma política econômica que conciliou com sucesso a redistribuição e a ortodoxia até que essa conciliação se mostrou insustentável. Uma análise baseada na macroeconomia institucional, conforme desenvolvida pela teoria da regulação, nos pareceu particularmente adequada já que ela leva a considerar essa ambivalência como a expressão de um compromisso sociopolítico. Partindo dessa hipótese, Jaime Marques Pereira (2012; Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2015) analisou, em pesquisa anterior, o papel crucial dos regimes monetário e cambial na construção de um novo compromisso distributivo, como base da coalizão governamental. Essas análises apontam a interação entre ideias e interesses econômicos que fundamentam esse compromisso distributivo, levando-nos a reconsiderar por que uma coalizão desenvolvimentista não foi possível.

A abordagem regulacionista da macroeconomia oferece uma perspectiva original para investigar algo que outras abordagens heterodoxas consideram predominantemente como um erro na formulação de políticas econômicas. Nesse caso, o Brasil não apenas permitiu que seu superávit comercial aumentasse o valor de sua moeda, mas acentuou especificamente essa valorização ao manter um diferencial de taxa de juros muito alto que atraiu investimentos estrangeiros em carteira. Esse erro de política é uma questão política que devemos considerar como uma escolha estratégica do governo e indica a importância das concessões à ortodoxia (e, portanto, aos interesses que se beneficiariam da ortodoxia). A análise da dinâmica macroeconômica no Brasil, desenvolvida aqui, mostra um compromisso estrutural fundamental: ou seja, uma coordenação de interesses obtida por meio da obtenção de uma configuração macroeconômica pela qual cada grupo considera que atingiu um nível satisfatório na

busca de seus interesses. Essa coordenação pode ocorrer na ausência de qualquer negociação formal. O compromisso distributivo é obtido ex-post, através da combinação de uma política monetária restritiva e do aumento na participação dos salários na renda nacional.

A análise do regime de acumulação esclarece a dinâmica das variáveis de distribuição de renda e a viabilidade do compromisso social e suas características. Nesse compromisso de fato, o conflito é, com efeito, apenas suspenso. O compromisso pode revestir uma forma mais explícita ou codificada, mas mostramos que se tratou essencialmente antes de tudo de um compromisso relativo aos instrumentos de política econômica. Assim sendo, cabe utilizar o conceito de compromisso instrumental. Aliás, o tema da continuidade da política macroeconômica foi objeto de um compromisso solene, assumido pelo candidato à presidência em 2002, Lula da Silva. O ex-líder sindical demonstrou, assim, que poderia superar a ameaça de obstrução do setor financeiro. Em contraste, quando Dilma Rousseff se tornou presidente em 2011 e desafiou os interesses financeiros, ela perdeu todo o apoio das classes dominantes e, posteriormente, foi forçada a mudar sua posição e adotar uma política de austeridade rigorosa a partir de 2014. Isso, por sua vez, resultou em uma perda de legitimidade entre as classes trabalhadoras, o que, combinado com a oposição persistente das classes proprietárias, criou as bases para sua destituição do cargo pelo parlamento, sob o pretexto de gastos públicos ocultos.

A durabilidade do compromisso distributivo de Lula dependia da dinâmica macroeconômica do Brasil e de sua capacidade de manter a unidade dos atores na tomada de decisões, o que se mostrou impossível quando a situação econômica se deteriorou. Essa observação levanta a questão da viabilidade do compromisso distributivo contra o poder do banco central que permitiu conferir uma forma de santidade ao dito "tripé" combinando "metas de inflação, taxa de câmbio flexível e superávit orçamentário". O conceito de governamentalidade de Michel Foucault nos pareceu particularmente relevante para estudar a maneira como esses instrumentos de política econômica se encaixam em um todo institucional que, do ponto de vista econômico, possibilita o que esse autor designa de governo das populações.

O conceito de governamentalidade destaca como as escolhas do governo se tornam técnicas, implicando decisões políticas baseadas no conhecimento tido como científico. Essa abordagem parece ser particularmente útil porque investiga a possível

irreversibilidade dessas escolhas, além de constituir um conjunto significativo de pesquisas mostrando como o liberalismo foi capaz de impor sem romper continuidades institucionais de longa data nas economias capitalistas avançadas (Streeck e Thelen, 2009). Vale a pena investigar se isso também pode ser verdade para o Brasil, à luz de uma característica essencial do avanço do liberalismo, a saber, que uma técnica de governo persiste mesmo quando o poder político muda de mãos, graças ao que pode ser chamado de "coalizões instrumentais" (Baudot, 2014). Desse ponto de vista, a capacidade que a teoria ortodoxa demonstrou no Brasil de impor um arcabouço cognitivo que impediu qualquer mudança do chamado "tripé macroeconômico" constitui um dispositivo de governamentalidade liberal. Se seguirmos Foucault, a autonomia desse dispositivo como um sistema de ação é garantida pelas forças do mercado. Seguindo a teoria da regulação, ela pode ser considerada no quadro da coerência do arcabouço institucional que sustenta um horizonte de estabilidade para o regime de acumulação, o que deixou de ser assim depois de 2011.

Na seção seguinte deste artigo, analisamos como foi temporariamente possível combinar um regime de acumulação dominado pelas finanças, estabelecido na década de 1990, e ao mesmo tempo implementar um compromisso distributivo que favorecesse todos os tipos de renda: ou seja, receitas financeiras, lucros e salários. A Seção 3 mostra como um compromisso doutrinário entre as ideias desenvolvimentistas e a ortodoxia econômica tornou possível essa estratégia de crescimento distributivo. Ela explica como uma pequena mudança na estrutura regulatória e institucional desencadeou uma dinâmica macroeconômica virtuosa que estabeleceu o novo compromisso distributivo. O compromisso doutrinário também revela como o círculo virtuoso foi revertido para se tornar um círculo vicioso. A Seção 4 decifrará a interação entre ideias e interesses econômicos em ação na governança liberal. Ela procura explicitar como o papel estratégico do banco central no bloqueio de uma coalizão desenvolvimentista potencial e, portanto, na condução do regime de acumulação. Para concluir, voltamos às lições teóricas dessa análise para explicar o fracasso desse experimento desenvolvimentista no Brasil.

1. O REGIME DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Esta seção mostrará que o tempo da estratégia de crescimento distributivo, adotada pelo governo do PT, estava se esgotando devido à preservação dos interesses financeiros no que chamamos de compromisso social de fato. Portanto, esse último permitiu que um regime de acumulação dominado pelas finanças se tornasse o que chamamos de regime de acumulação liderado pelas finanças, mas esse desempenho só poderia ser provisório. O crescimento não era sustentável, e o regime de acumulação foi, no final, bloqueado pelas finanças. Stockhammer (2007, p. 4) apresentou o conceito de um regime de acumulação dominado pelas finanças para enfatizar "que a financeirização está moldando o padrão de acumulação (ou, dito de outra forma: a composição dos componentes da demanda agregada e sua volatilidade)". O autor enfatiza a diferença com o conceito de regime de acumulação dominado pelas finanças desenvolvido por Boyer (2000). Devemos considerar esse último como um caso particular em que a financeirização leva a um aumento na taxa de crescimento. Com relação a relação entre a financeirização e a desindustrialização no Brasil, caracterizaremos o regime de acumulação dominado pelas finanças como um caso de regime de acumulação bloqueado pelas finanças.

Bruno (2008) mostrou que o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) institucionalizou o aumento das receitas financeiras, condicionado a uma crescente dívida pública externa. Os resultados da estabilização monetária baseada numa taxa de câmbio indexada e na liberalização económica levaram a uma estagnação da acumulação produtiva e a uma redução da parte salarial. A acumulação e os salários progrediram então no governo petista (2003-2015). Este progresso levantou a questão de saber se teria surgido um regime de acumulação liderado pelas finanças, porém, diferente dos regimes financeirizados vigentes nas economias do "centro". Para além das especificidades que tentamos trazer à luz aqui, esta análise mostrará que, no caso do Brasil, a viabilidade de tal regime de acumulação depende da capacidade da política monetária para evitar que as finanças conduzam a economia para uma zona de instabilidade. Este foi um resultado significativo da formalização de um regime de acumulação liderado pelas finanças que Boyer (2000) derivou dos factos estilizados da economia dos EUA. A principal diferença em relação ao Brasil é que a expansão da procura poderia depender apenas muito

parcialmente do efeito riqueza dos ativos financeiros. O aumento do emprego, dos salários e das despesas sociais foram principalmente a sua base e tiveram apenas um efeito temporário de riqueza sobre o crescimento económico. Explicamos este resultado porque a autoridade monetária foi responsável por conduzir a economia para uma zona de instabilidade, na medida em que a sua política apenas permitiu um regime de acumulação bloqueado pelas finanças no longo prazo. A autoridade monetária mantém as taxas de juro elevadas para manter os fluxos de capital financeiro consistentes com o equilíbrio da balança de pagamentos. Resulta numa apreciação da taxa de câmbio real e num declínio da participação da indústria no PIB. Como resultado, a vulnerabilidade externa aumenta com a especialização em matérias-primas e uma dependência excessiva do capital especulativo de curto prazo.

Três novos factos principais e estilizados caracterizam uma mudança distributiva no regime de crescimento dominado pelas finanças que resultou da desregulamentação comercial implementada durante a década de 1990. Estes factos resumem as principais características da dinâmica macroeconómica em torno do novo compromisso distributivo que reestruturou a antiga mediação de interesses. Esses três fatos são:

- a) o aumento do salário real médio superou os ganhos de produtividade e a taxa de inflação, enquanto a menor alocação de lucros em ativos financeiros permitiu uma ligeira aceleração na taxa de acumulação de capital produtivo;
- b) uma expansão substancial do sector de exportação de produtos agrícolas, metálicos e energéticos devido à procura chinesa e à especulação financeira nestes produtos;
- c) crescimento espetacular das receitas de juros, pagas pelo Estado e pelas classes médias, pela classe trabalhadora e pelo sector produtivo, em geral, ao sector bancário e financeiro. Isto expressou uma forma singular de financeirização da economia.

No entanto, a financeirização também aumentou a oferta de crédito às famílias neste contexto. Embora o custo do crédito fosse muito elevado, dadas as altas taxas de juros reais das operações de crédito na economia brasileira, a maioria das pessoas reembolsou os empréstimos ao longo do tempo em várias parcelas. Como resultado, os juros cobrados por mês, por exemplo, podem ter representado uma proporção suportável

do rendimento familiar. As pessoas geralmente não calculam os juros acumulados e pagos no final de todo o período de financiamento.

A primeira mudança principal a destacar é o aumento impressionante da parte salarial das receitas nacionais após 2005 (ver Gráfico 2). A tendência do salário real médio ultrapassou a tendência da produtividade do trabalho em cada ano durante o mesmo período (ver Gráfico 1). Esta foi uma inversão radical da tendência descendente da parte salarial observada quando a liberalização começou em 1992. A mudança reflete a nova regulamentação do mercado de trabalho provocada por uma medida política primária: o aumento acentuado do salário-mínimo legal, que serve de referência para a maior parte das negociações laborais. A questão óbvia era como sustentar a vontade política subjacente a esta política. Para uma melhor compreensão desta questão, consideramos uma fórmula geral para a taxa de lucro das sociedades não financeiras:

$$r^e = \rho_k \left[1 - \frac{W}{\rho_L} - \varphi \right]$$

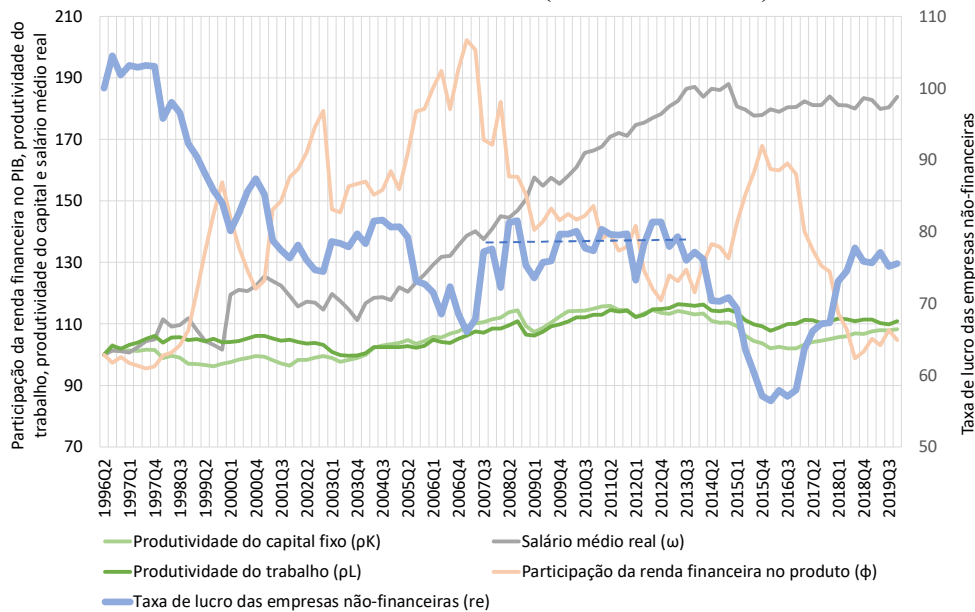
Nesta equação, r^e é a taxa de lucro das empresas não financeiras; ρ_k é a produtividade de capital; w é o salário real médio; ρ_L é a produtividade do trabalho; e φ é a parcela rentista (ou parcela da renda financeira). Calculamos a parcela financeira como a receita financeira total (juros, dividendos e outras receitas distribuídas pelas empresas) dividida pelo PIB. A dedução desta fórmula geral da taxa de lucro das empresas encontra-se no anexo deste artigo.

Com base nos dados das contas nacionais do Brasil, o Gráfico 1 apresenta os determinantes da taxa de lucro, em um índice de valores, de acordo com esta equação. Podemos tirar as seguintes conclusões.

A taxa de lucro das sociedades não financeiras atingiu o pico no terceiro trimestre de 2008 (o índice era de 81,5) e depois entrou num rápido declínio até o primeiro trimestre de 2016. Podemos também observar que, apesar da queda inicial causada pelo impacto da crise financeira global liderada pelos EUA de 2008/2009, a taxa de lucro das sociedades não financeiras continuou a oscilar em torno de um nível relativamente estável entre o primeiro trimestre de 2008 e o quarto trimestre de 2012. Podemos explicar esse fato estilizado pela robusta demanda externa por commodities brasileiras. No entanto, assim que terminou o boom nos preços internacionais das matérias-primas, a taxa de lucro

iniciou uma queda rápida que intensificaria o conflito distributivo entre capital e trabalho, criando as condições políticas e institucionais para o impeachment de 2016 e a destituição do Partido dos Trabalhadores. do governo brasileiro.

Gráfico 1 - Os determinantes da taxa de lucro das sociedades não financeiras – índice de valores: 1996T2 = 100 (1996T2-2019T4)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais do IBGE; Elaborado pelos autores.

Apesar de crescer, a produtividade do trabalho manteve-se abaixo do forte crescimento dos salários reais, o que explica a expansão da participação salarial neste período. Esta evolução da taxa de lucro das sociedades não financeiras foi reforçada pela diminuição do peso dos rendimentos financeiros no PIB até 2012, expressa pela variável.

A partir de 2014, ϕ começou a crescer como expressão da maior parcela do rendimento nacional assumida pelo sector financeiro e pelos seus rentistas nas receitas de juros. Neste ambiente macroeconómico, com a queda da taxa de lucro e o aumento das taxas de juro, as políticas anticíclicas do governo foram ineficazes, como observámos em 2014. Em 2015, o segundo governo de Dilma Rousseff adoptou um ajustamento fiscal fortemente deflacionário com cortes na despesa pública. O Banco Central do Brasil, no entanto, levantou a taxa básica de juros, o chamado SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A partir de agosto de 2016, o Banco Central do Brasil começou a reduzir a taxa de juros SELIC até fevereiro de 2018, quando se estabilizou no patamar médio de 0,5% ao mês. Isto explica a queda do peso financeiro no rendimento nacional, observada a partir de 2016, uma vez que as receitas financeiras são predominantemente receitas de juros. Esta é uma característica específica da financeirização da economia brasileira. O aumento drástico do desemprego devido ao ajuste fiscal e a redução da participação nas receitas financeiras levaram a uma recuperação da taxa de lucro. Podemos ver que desde 2015 a parcela salarial permaneceu estagnada.

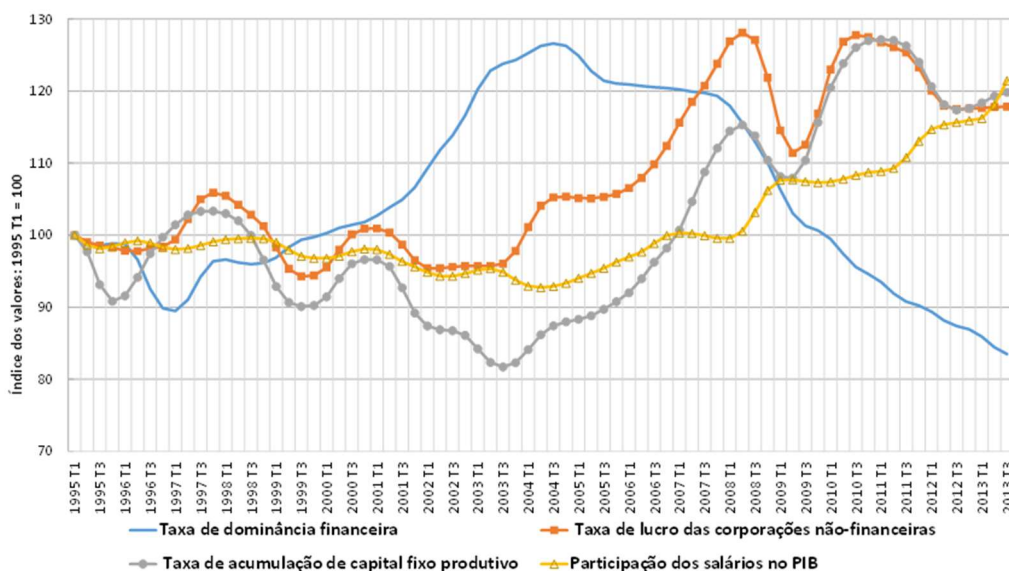
Esta nova arbitragem na realocação de lucros entre ativos reais e financeiros pode ter lançado as bases para um regime de crescimento liderado pelas finanças. No entanto, a confirmação deste novo regime exigiria uma análise econométrica que deixamos deliberadamente para pesquisas futuras. Nesse contexto, podemos definir duas variáveis que nos ajudarão a compreender os fatores estruturais que determinam a dinâmica de acumulação de capital no Brasil.

A primeira definição é o rácio entre os fluxos de rendimentos financeiros e a formação bruta de capital fixo. Podemos chamá-la de taxa de dominação financeira – uma proporção de duas variáveis de fluxo. As receitas financeiras (juros e dividendos) são uma dedução do lucro das sociedades não financeiras, especialmente das empresas do setor produtivo. Assim, quanto maior o peso dos rendimentos financeiros na proporção da formação bruta de capital fixo, menor é a taxa de acumulação de capital fixo e, portanto, menores tendem a ser as taxas de crescimento económico.

A segunda definição corresponde à razão entre duas variáveis de estoque: o estoque de ativos financeiros não monetários (diferença entre os agregados monetários M4 e M1) dividida pelo estoque de capital fixo. Podemos denominá-la por taxa de financeirização e o seu crescimento expressa a velocidade em que os ativos fixos produtivos são substituídos por ativos financeiros. A tendência de crescimento de uma destas duas razões ou de ambas expressa a existência de um processo de financeirização da economia. Podemos então considerar que a primeira razão – a taxa de fluxos de rendimentos financeiros por estoque de capital fixo produtivo – revela uma diminuição da dominação das finanças sobre o regime de acumulação (doravante designada por “taxa de dominância financeira”), apesar de uma crescente “taxa de financeirização”.

O colapso do primeiro rácio indica um menor efeito da financeirização nas decisões de poupança e investimento, conforme sublinhado por Aglietta (2001). A restrição ao crescimento teve origem na alocação improdutiva de poupança motivada por receitas financeiras, relacionadas com a transferência de direitos de propriedade (juros e dividendos), em contraste com a sua atribuição produtiva para gerar estoque bruto de capital fixo. Além disso, deve ser considerada a forte correlação entre o aumento da taxa de acumulação e o aumento da parte salarial durante o período. A procura adicional causada pelos aumentos salariais, pela expansão do crédito e pelo crescimento das exportações de matérias-primas puxou o crescimento em geral.

Gráfico 2 - A taxa de acumulação de capital fixo produtivo aumenta com o declínio da taxa de dominância financeira



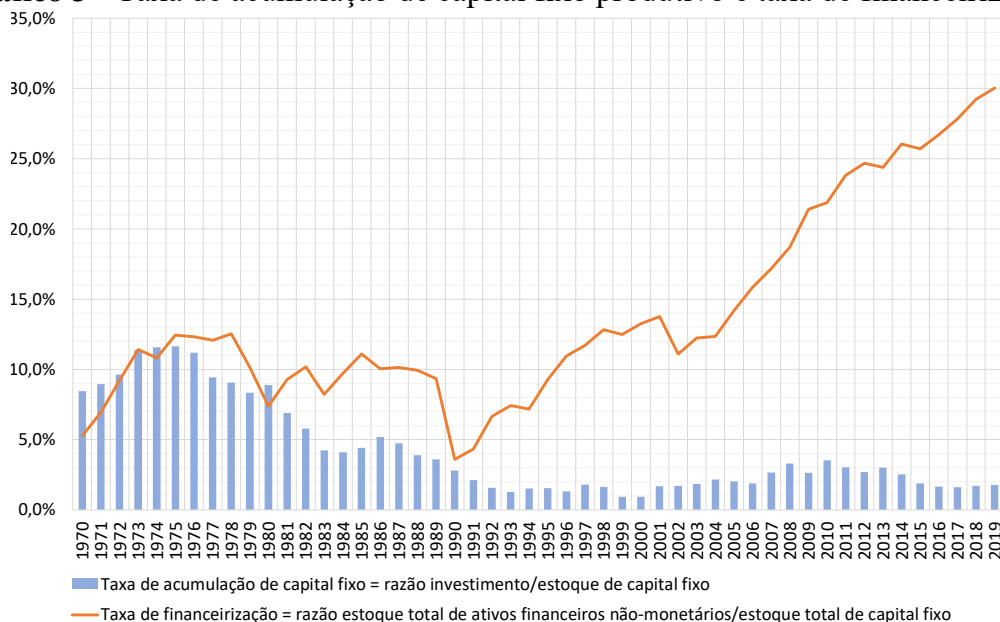
Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE. Elaborado pelos autores.

Dado que o salário médio real e o crédito ao consumo cresceram em conjunto, seria necessária uma análise econométrica para determinar quais as elasticidades que mais impulsionaram a procura. Como a natureza e a lógica da acumulação financeira dominaram o regime de crescimento brasileiro, poderíamos considerá-lo um regime de crescimento impulsionado pelo Estado e pelo setor primário exportador. O Estado estimula o crescimento da procura agregada, mesmo a taxas baixas, apesar da financeirização da economia. Se o Estado deixar de lado os estímulos fiscais e monetários ou se a procura externa enfraquecer, então o regime assume um carácter de bloqueio financeiro, porque o rendimento e o stock de riqueza estão altamente concentrados. A taxonomia de um regime de crescimento bloqueado é incomum na literatura económica

sobre acumulação e padrões de crescimento económico. Porém, podemos encontrá-lo em Bruno (2008 e 2007).

O Gráfico 3 mostra a tendência ascendente significativa e quase contínua da taxa de financeirização, conforme definido acima. Observamos que esta tendência, iniciada em 1990 com a liberalização, contrasta com a tendência ascendente mínima da taxa de acumulação durante a década de 2000. A desaceleração deste último após 2010 sugere que a sua tendência descendente de longo prazo desde meados da década de 1970 não terminou e que a economia brasileira caiu na armadilha de um regime de acumulação de bloqueio financeiro.

Gráfico 3 - Taxa de acumulação de capital fixo produtivo e taxa de financeirização

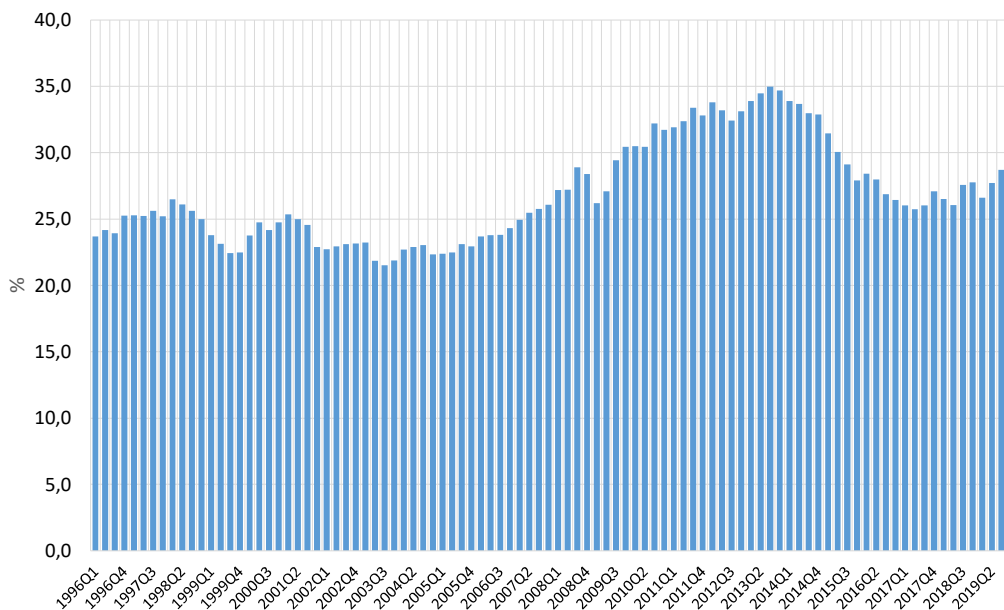


Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE, IPEADATA e Banco Central do Brasil. Elaborado pelos autores.

Observe-se que no Gráfico 3, a taxa de financeirização cresce, enquanto no Gráfico 2, a taxa de dominância financeira diminui. Por que isso ocorre? Porque o Gráfico 3 mostra a relação entre duas variáveis de estoque: o estoque total de ativos financeiros como percentual do estoque total de ativos fixos produtivos. O numerador desta razão, como qualquer variável de estoque, pode continuar a crescer mesmo que os fluxos de juros tenham diminuído, como mostra o Gráfico 2 anterior. Portanto, não há contradição entre o crescimento da taxa de financeirização no Gráfico 3 e o domínio financeiro no Gráfico 2, porque esta última é uma razão entre variáveis de fluxo.

A proporção dos fluxos de lucro macroeconômico bruto (ou seja, o seu volume global, incluindo os retornos financeiros) realocados para investimentos produtivos (ou seja, a formação bruta de capital fixo como percentagem do lucro) aumentou do terceiro trimestre de 2003 para o terceiro trimestre de 2013 (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Formação bruta de capital fixo como proporção do lucro bruto macroeconômico (1996-2019)

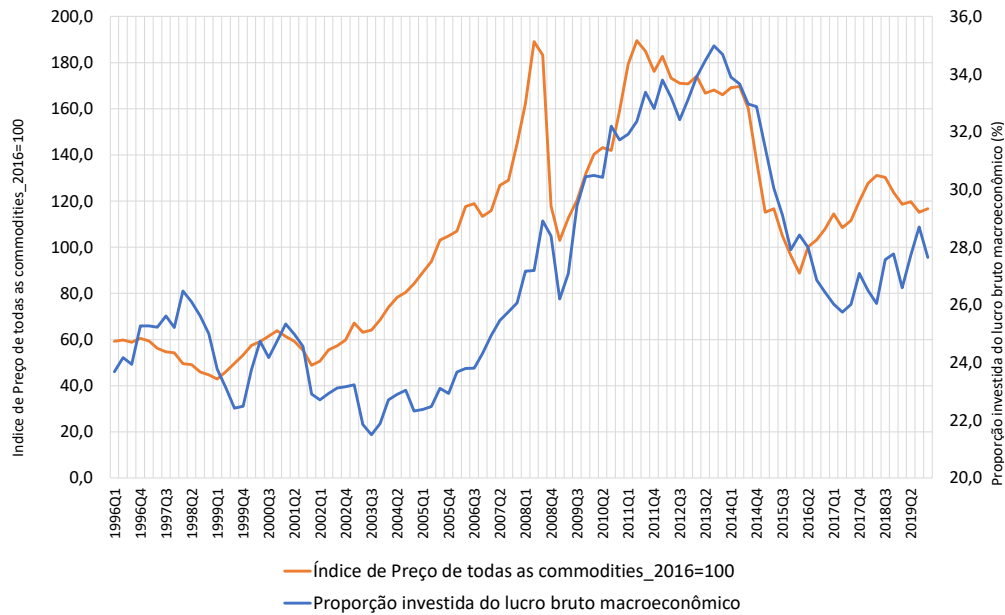


Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE. Elaborado pelos autores.

No entanto, os aumentos no investimento ocorreram mais nos setores industriais ligados às exportações de commodities, agronegócio e setores de recursos naturais. No Gráfico 5 podemos perceber a correlação positiva e forte do investimento com os preços das commodities exportadas pela economia brasileira. Sugere que os setores ligados às exportações de commodities foram os que mais investiram sob os governos petistas. O investimento na indústria transformadora manteve-se abaixo dos níveis necessários para aumentar a competitividade externa, uma vez que a prioridade era exportar metais, energia e commodities agrícolas.

No entanto, esta nova compensação durou apenas até meados de 2011. Depois de 2008, as medidas anticíclicas interromperam temporariamente a diminuição das taxas de lucro e de acumulação que se seguiu à crise financeira global. No entanto, a deterioração dos equilíbrios externo e orçamental tornou estas políticas erráticas depois de 2011. A estratégia de crescimento distributivo que conciliava uma parte crescente dos salários com uma realocação produtiva dos lucros terminou (ver Gráfico 2 acima).

Gráfico 5 - Proporção investida do lucro bruto macroeconômico e preços internacionais das commodities: uma forte correlação positiva (1996-2019)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE. Elaborado pelos autores.

Estes factos estilizados estruturaram a dinâmica macroeconómica que discutimos na secção seguinte, que explica que o principal contributo do lado da procura para o crescimento, em termos de contabilidade nacional, tem sido o consumo final. Além disso, vale a pena notar que a contribuição das exportações para o crescimento diminuiu após 2005 (ver Tabela 1), embora tenha aumentado em 2,5 pontos percentuais do PIB de 1995 a 2004 (IPEADATA).

Em suma, o aumento da parcela dos salários, que contribuiu para o aumento do consumo privado e da formação bruta de capital, foi reconciliado com a ainda crescente financeirização do capital, graças a um menor domínio financeiro do regime de acumulação. Contudo, a persistência da financeirização marca a fragilidade da orientação distributiva do regime de crescimento. O domínio das finanças foi apenas regulamentado, mas não foi fundamentalmente desafiado. De 1995 a 1999, existiu um regime de bandas cambiais, em que o Banco Central estabelecia uma faixa em que a taxa poderia variar. Este foi um regime de crawling peg. Então, em janeiro de 1999, o Brasil adotou um sistema de taxa de câmbio flutuante.

Tabela 1 - Economia brasileira: componentes do produto interno bruto em taxas médias de crescimento anual por período (1990-2019)

Períodos	Critério de periodização	PIB	Consumo das famílias	Gastos do Governo	Investimento	Exportações	Importações
1990 - 1998	Início da liberalização comercial e financeira e do regime de banda cambial (<i>crawling peg</i>) de 1995 até o ataque especulativo à moeda brasileira em 1998	2,9%	3,3%	1,5%	6,4%	5,1%	14,2%
1999 - 2011	Regime de câmbio flutuante e <i>boom</i> dos preços das commodities, impacto da crise americana de 2008	3,5%	3,7%	2,6%	4,3%	6,8%	7,1%
2012 - 2019	Queda na taxa de lucro das empresas não financeiras, crise política e institucional e <i>impeachment</i> de 2016	0,3%	0,9%	0,5%	-4,2%	2,5%	-0,6%

Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE. Elaborado pelos autores.

Nota: variação percentual das variáveis nas taxas acumuladas em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior)

2. A DINÂMICA MACROECONÔMICA E SUA REVERSÃO

De 2003 a 2011, as políticas monetárias e cambiais impulsionaram uma dinâmica macroeconômica positiva, atestando um círculo virtuoso entre as tendências mencionadas acima, conforme mostrado no Gráfico 6 abaixo. Essas políticas estavam enraizadas em um compromisso doutrinário entre a ortodoxia monetária e o aumento do consumo que se encaixava na agenda política do PT. Esse compromisso foi tornado público pela controvérsia acadêmica entre o Ministro da Fazenda Guido Mantega (2006-2014) e o Banco Central do Brasil. Mantega adotou a crítica neodesenvolvimentista à valorização da moeda para se contrapor à crítica neoclássica do banco central à política fiscal que ele considerava laxista. O que o banco central denunciava como um jogo não cooperativo, forçando-o a manter taxas de juros altas que alimentavam a valorização da moeda, era, na verdade, a retórica de um compromisso doutrinário que apenas encenava a aparência de não cooperação. Entretanto, o compromisso doutrinário era insustentável. Ele não podia se embasar em qualquer previsão de longo prazo. Seu impacto expansionista permanecia dependente de um saldo positivo na conta corrente.

Assim sendo, cabe destacar que esse compromisso doutrinário não dava lugar a uma perspectiva keynesiana que pudesse fundamentar dinâmicas de longo prazo concatenadas da oferta e da demanda, da mesma forma que havia sido o caso na era fordista nos países industrializados. Portanto, devemos considerar que a política de demanda do Brasil foi insustentável na ausência de “dinheiro de crédito” para financiar decisões de investimento orientadas pela previsibilidade de longo prazo da demanda

efetiva. Além disso, o aumento do excesso de demanda interna em relação à oferta nacional desencadeou o crescimento das importações, favorecido pela sobrevalorização da taxa de câmbio. Isso, por sua vez, desencadeou a reversão do ciclo, conforme ilustrado no Gráfico 8 abaixo. O índice da taxa de câmbio efetiva real do FMI ficou em 55,4 em 2003 (um mínimo desde 1980). Em seguida, subiu para um pico de 103,5 em 2011, depois do qual caiu novamente até 2015 para 73,3⁴.

A deterioração da conta corrente foi parcialmente endógena, resultante de um déficit externo industrial crescente. O maior superávit em conta corrente, de quase US\$ 14 bilhões, foi alcançado em 2005, com déficits surgindo em 2006 e aumentando para US\$ 104 bilhões em 2014. O déficit então diminuiu para US\$ 59 bilhões em 2015 com a recessão. A balança comercial no setor de manufatura apresentou um superávit crescente de US\$ 7 bilhões no quarto trimestre de 2002 para US\$ 31 bilhões no quarto trimestre de 2004. Esse superávit diminuiu a partir de 2005, transformando-se em um déficit no 4º trimestre de 2008 e totalizando US\$ 63 bilhões no 4º trimestre de 2014. O déficit comercial total na indústria manufatureira está relacionado, sobretudo, a bens de tecnologia intensiva⁵. Essa tendência surgiu antes da reversão do crescimento. Entende-se, portanto, que essa vulnerabilidade externa acabou exigindo uma reorientação da política econômica que imprime uma desaceleração da taxa de crescimento, especialmente depois que ficou claro que o boom das commodities havia terminado. Por fim, a principal causa da reversão do ciclo foi a predominância constante das finanças sobre os determinantes do investimento, limitando o crescimento do investimento (Bruno et al., 2011; Bruno, 2014).

O Gráfico 6 resume as relações causais por meio das quais a escolha da valorização da moeda permitiu uma redução na taxa SELIC. Isso ajudou a reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB (apesar do crescimento do estoque da dívida pública interna), proporcionando, assim, uma margem de manobra para maiores gastos públicos. Esse processo, combinado com o novo regime salarial e o aumento do crédito ao consumidor e dos empréstimos hipotecários residenciais, resultou em um crescimento mais rápido, aumentando os retornos fiscais.

⁴ <http://data.worldbank.org/indicador/PX.REX.REER?contextual=aggregate&locations=BR>

⁵ Carta IEDI nº 668, 2015.

da dívida pública (Gráfico 7) desempenhou um papel ambivalente nesse círculo virtuoso. Por um lado, ele ajudou a refinar o serviço da dívida emitida anteriormente. Assim, reduziu o nível do superávit fiscal primário, maximizando a capacidade de gastos públicos. A redução da pressão do endividamento público crescente, graças à valorização esperada do real, foi uma alavanca indireta do crescimento. Essa foi a principal característica do regime de acumulação liderado pelas finanças do Brasil.

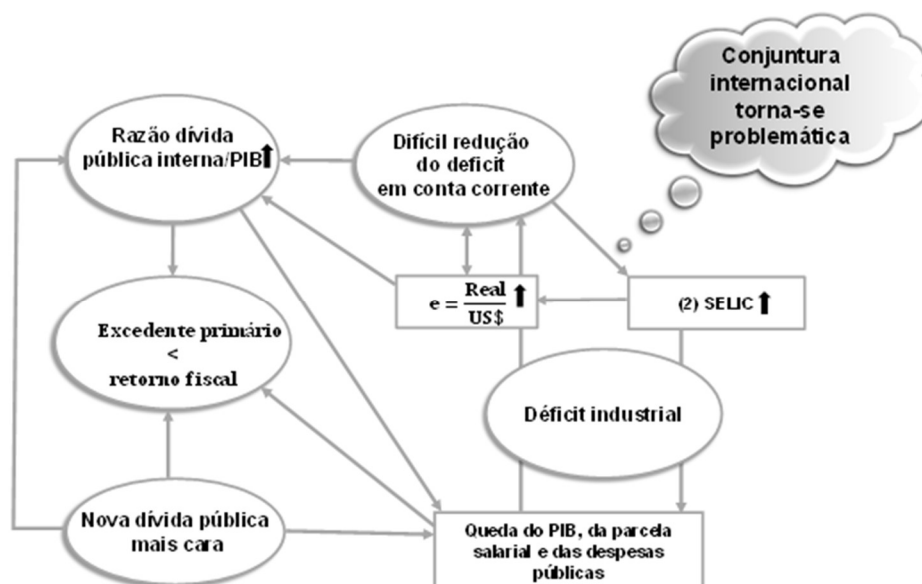
Além disso, como a razão dívida/PIB estava diminuindo, o aumento dos gastos públicos não prejudicou a credibilidade necessária para atrair investimentos estrangeiros em carteira de modo a compensar o aumento do déficit em conta corrente a partir de 2008. No entanto, havia um outro lado dessa questão: o aumento da emissão de novas dívidas, a taxas de juros muito mais altas do que as internacionais, impulsionou o aumento da taxa de financeirização. O resultado dessa situação ambivalente foi que o impulso da demanda permitiu que a taxa de acumulação produtiva aumentasse à medida que reduzia as capacidades ociosas, mas sem desencadear um aumento suficiente no investimento para permitir o surgimento de um excedente industrial sustentável e, assim, permitir que o Brasil escapasse da reversão dessa dinâmica macroeconômica virtuosa. Podemos argumentar que os altos retornos dos títulos do Tesouro, por serem ativos financeiros quase líquidos, reforçam a preferência pela liquidez em detrimento dos investimentos produtivos. Provavelmente, só ocorreram aqueles atrelados ao horizonte de curto prazo de demanda antecipada então crescente.

Depois de 2008, a política econômica perdeu toda margem de manobra. O declínio do superávit fiscal primário se tornou um déficit crescente a partir de 2014 e colocou a dívida pública numa trajetória potencialmente explosiva. Após 2009, o superávit fiscal primário caiu e chegou perto de zero em 2014 e 2015. A análise contundente de Gobetti (2015) destaca a dificuldade do tão controverso ajuste orçamentário. Resumindo seus resultados, de 2002 a 2009, as despesas públicas puderam aumentar mais rapidamente do que as receitas graças ao forte crescimento. O autor observa que, durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), as despesas do governo central cresceram 2,3 pontos percentuais (pp) do PIB, contra 0,5 pp durante o segundo governo Lula (2007-2010) e 1,2 pp durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006). Os ganhos sociais viam-se ameaçados. No entanto, à medida que o déficit nominal crescesse, também aumentaria a razão da dívida pública ao PIB. Foi o que se observou

em 2015 quando a razão da dívida bruta do governo geral ao PIB aumentou de 63% para 70%⁶.

A análise acima ressalta a ameaça de que os altos custos do serviço da dívida pública voltem a crescer no futuro, não apenas em termos absolutos, mas também como proporção do PIB⁷. Além disso, quando as taxas de juros de longo prazo dos EUA começarem a subir novamente, isso forçará o banco central do Brasil a aumentar ainda mais a taxa de juros de sua política. Durante o governo do PT, as altas reservas de divisas permitiram financiar a crescente dívida pública. Porém, uma dívida maior exige um superávit fiscal maior quando as receitas fiscais diminuem, como ocorreu em 2014.

Gráfico 8 - A necessidade de reduzir o déficit em conta corrente / A economia internacional se deteriorou (2011...)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A questão das altas reservas é crucial para o debate, pois ninguém sabe o grau de dependência das reservas cambiais devido à deterioração da conta corrente. Essa tendência de piora nas reservas foi revertida em 2015, mas somente graças à recessão da época. Ainda, no Gráfico 7, podemos notar que, apesar da trajetória de queda da taxa de

⁶ <http://www.bcb.gov.br/?DIVIDADLSP>

⁷ Segundo dados oficiais do Tesouro Transparente, compilados pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública (Paulo Lindesay, 2024), “em apenas 72 meses, 2018 a 2023, os governos federais sangraram os cofres públicos em cerca de R\$ 1,317 trilhão, a título de correção monetária e cambial da dívida mobiliária. Consequentemente, mesmo que a curto ou médio prazos não haja risco de insolvência do Estado brasileiro, visto que a dívida pública permanece inteiramente em moeda nacional, os altos encargos restringem a capacidade governamental para impulsionar o investimento público nos quadros de uma estratégia nacional de desenvolvimento de que o país tanto carece.

juros política a partir de 2016 (nos governos Temer e Bolsonaro), o impacto acumulado dessa taxa de juros real continuou a crescer, devido à capitalização composta dessa taxa de juros. Isso expressa a acumulação rentista e financeira que caracterizou a financeirização da economia brasileira.

3. A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA LIBERAL FAZ DO BANCO CENTRAL O PILOTO DO REGIME DE ACUMULAÇÃO

A análise acima sobre a gestão macroeconômica acelerando o crescimento revela um mecanismo fundamental da economia política do Brasil na base do governo do PT. O impacto positivo desta no crescimento foi temporário e isto lança luz sobre como a “condução” do regime de acumulação foi a causa final da reversão do ciclo. A deterioração das restrições externas e fiscais foi um subproduto direto da decisão política de não cruzar a linha vermelha pela qual o mercado fixa as taxas de câmbio através de um banco central de fato independente do governo na fixação da taxa de juros básica.

O resultado macroeconômico final revela a ambivalência da política econômica enquanto economia política que manteve o poder financeiro ao ponto de restringir o alcance das mudanças institucionais implementadas pelo PT, o que tornou contraditória a condução do regime de acumulação. Esse fato levanta um debate crucial sobre a natureza e os mecanismos da mudança institucional. Nesses, queremos destacar a importância dos regimes de conhecimento que impediram contrariar os interesses da classe dos rentistas financeiros. Essa possibilidade não era de fato sequer concebível, se considerarmos o regime de conhecimento macroeconômico predominante como uma estrutura cognitiva para a ação pública que rege as crenças e os comportamentos econômicos. Disso deriva que não podia se constituir qualquer coalizão governamental para se opor aos interesses financeiros. Como candidato à presidência, Lula teve que prometer solenemente a continuidade da política econômica ortodoxa.

Compartilhamos aqui a definição de Campbell e Pedersen (2014, p. 3): “Regimes de conhecimento são os mecanismos organizacionais e institucionais que geram dados, pesquisas, recomendações de políticas e outras ideias que influenciam o debate público e a formulação de políticas”. Com base em Boyer, esses autores também levantam a hipótese de que a percepção do desempenho econômico vinculado ao regime de conhecimento é um fator fundamental da mudança institucional. Essa proposição remete

a dita “teoria do governo pelos instrumentos” aqui aplicada a uma análise da ação pública na macroeconomia que avança a hipótese de que a natureza incremental da mudança institucional imprimiu a seus resultados transformadores um foco mais liberal do que desenvolvimentista. O primeiro predominou porque o banco central conseguiu paulatinamente montar o que essa teoria chamou de “coalizão instrumental” impedindo que o paradigma desenvolvimentista (e por tanto a teoria econômica heterodoxa) se tornasse um regime de conhecimento predominante.

A evolução do regime de conhecimento com o compromisso doutrinário acima referido. Implicava uma conciliação de interesses conflitantes na verdade eminentemente reversível, assim que despoitem perspectivas de reversão do crescimento. Tal situação não podia por tanto ensejar uma mudança na política econômica que abrisse caminho para outro regime de crescimento, não mais dominado pelas finanças.

“As pessoas não são o problema; elas são a solução”, foi uma declaração famosa de Lula. É uma declaração retórica que ilustra como, ao longo da década de 2000, houve uma vontade predominante do governo de encontrar uma maneira de fazer com que o mercado interno voltasse a ser um motor de crescimento como parte de uma economia aberta com ganhos de competitividade. No entanto, a concepção do ativismo público também utilizou parcialmente vários instrumentos próprios das políticas liberais recomendadas pelos órgãos internacionais (Ban, 2013). Pesquisas recentes sugerem que a chamada virada neoliberal deve ser considerada mais como uma nova forma de governança econômica do que como uma retirada do Estado em si.

Essa hipótese agora é comumente aceita na economia política, seguindo Michel Foucault, que foi, sem dúvida, o autor que primeiro mostrou suas consequências analíticas para a compreensão do poder para além daquele que o Estado exerce. Foucault mostrou como o liberalismo econômico, muito mais do que apenas promover uma autorregulação do mercado, mobiliza na verdade um conhecimento do que é governar que implica mudanças de mentalidade e comportamento. Assim, o liberalismo redefine o exercício do poder de acordo com o que Foucault chamou de governamentalidade (1991, 2004). Sua obra está na origem da compreensão do neoliberalismo como construção de um novo modelo de poder baseado no que foi chamado de “governo por instrumentos ou governo à distância”. Esses instrumentos fundamentam sistemas sociotécnicos que levam as intenções do governo a transformarem o comportamento dos governados. Esses

conceitos, juntamente com as ideias da sociologia política da mudança institucional, nos levaram a levantar a hipótese da existência de um duplo obstáculo político e institucional (respectivamente, a impossibilidade de uma coalizão alternativa e a autonomia do banco central), bloqueando a construção de uma coalizão “novo-desenvolvimentista”.

Nesse contexto, cabe mencionar a autonomia formal do BCB, que foi estabelecida pela Lei complementar nº 179, de 24/02/2021, durante o governo Bolsonaro. Em seus termos, manteve somente como objetivo fundamental o controle da inflação. Apesar de prever ações para fomentar o pleno emprego, não menciona metas explícitas de crescimento econômico, tão somente “suavizar as flutuações do nível de atividade”, mas “sem prejuízo de seu objetivo fundamental”. Ora, a suavização pode ser buscada e alcançada mesmo que a economia seja mantida em trajetórias de baixíssimas taxas de crescimento, como tem sido o caso da economia brasileira desde a adoção do “tripé” pré-keynesiano de política econômica (regime de câmbio flutuante, metas de inflação e de superávits fiscais primários permanentes). Em outros termos, caso o BCB julgue necessário elevar as taxas de juros e sacrificar o crescimento econômico e a geração de emprego, isso será feito sem constrangimentos, tanto sob o argumento de manter a inflação dentro da meta, quanto para satisfazer as demandas de rentabilidade real dos capitais de curto prazo nacionais e estrangeiros. Destaque-se que essa autonomia, agora estabelecida em lei, não pode ter a pretensão de ter como corolário, seja de um ponto de vista lógico, seja econômico, a sua autonomia também em relação às pressões das elites rentistas, do setor bancário-financeiro e dos mercados financeiros globais.

Consideramos que esse bloqueio reflete os dispositivos de governança próprios da política monetária e cambial. A análise macroeconômica da Seção 3 acima sugere que o banco central era a pedra angular dessa governança, uma vez que o trade off entre a taxa de juros da política e a taxa de câmbio era o vetor de um projeto de crescimento destinado a redefinir a estrutura de classes da sociedade brasileira. O compromisso distributivo obtido pela gestão macroeconômica era o pilar da intencionalidade do governo Lula, para falar como Foucault, a qual se expressou no que chamamos de compromisso doutrinário. Este revelou-se insustentável a nível macroeconômico. O poder do Banco Central comprometeu essa intencionalidade e, assim, garantiu o avanço incremental da governamentalidade puramente liberal. Esse poder do banco central remete a uma história que precede as intenções do governo Lula. Ele tem suas raízes na coalizão deflacionista

advinda com o plano Real, concomitante ao progresso da capacidade de ação do Estado (state capacities), assim que o demonstrou o trabalho de doutorado de Carlos Santana (2012).

A pesquisa de Santana mostra que se tratou de um processo incremental em dois estágios. Num primeiro momento, o fato de o plano Real conseguir pôr fim à hiperinflação que assolou o país por 15 anos fundamenta a autonomia que adquiriu então o Banco Central do Brasil na medida em que o Estado pôde agir como um empreendedor político. O autor mostra que ele adquiriu essa capacidade “aproveitando-se da fraqueza organizacional e da falta de recursos de um conjunto de atores estratégicos para impor uma solução em que todos tinham de ceder até certo ponto para acabar com a inflação”.

Essa capacidade do Estado começou a institucionalizar a insularidade dos formuladores de políticas econômicas no banco central. Num segundo momento, deu-se uma “desincorporação” das autoridades monetárias que consolidou essa insularidade, acentuando “a normalização e a capacidade de barganha da comunidade de economistas ortodoxos” (ibid., p. 57).

Desde a década de 1990, essa barganha deu lugar a uma predominância de tomadores de decisões econômicas com doutorado em economia de universidades norte-americanas no seio das organizações estatais brasileiras (notadamente no banco central) bem como dos bancos do setor privado (nacionais ou estrangeiros. Um segundo canal de ascensão na hierarquia ocupacional existia também para economistas treinados por centros de pesquisa heterodoxos. O recenseamento que operou Santana mostra que esse canal de recrutamento foi marginalizado na década de 1990 e que este recuperou nos anos 2000 uma influência substancial no Ministério da Fazenda e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quanto à capacidade de normalização da política econômica, a análise de Santana destaca a técnica de fixação de taxas de juros básica em função de metas de inflação. Essa técnica envolve uma interação entre os agentes do mercado e os tomadores de decisão caracterizando um sistema sociotécnico concebido pelo saber econômico ortodoxo: a taxa de juros deve manter a inflação de preços em um nível compatível com a NAIRU (taxa de inflação que não aumenta o desemprego), que constitui como se sabe a norma de ação dos bancos centrais, enraizada na teoria monetarista. O que destaca a análise de Santana é o procedimento sociotécnico para atingir essa meta de inflação. O

banco central recolhe quais são as expectativas de inflação calculadas pelos departamentos de pesquisa das principais instituições financeiras. Nesse procedimento, se enraíza o poder das forças do mercado financeiro sobre a formulação da política monetária que se expressa na voz dos economistas-chefes dessas instituições. Esses profissionais lideram a formação da opinião pública econômica, na medida em que são considerados pela mídia enquanto porta-vozes de “discurso autorizado pela ciência”, para usar uma expressão de Bourdieu (1975). Assim sendo, a fixação da taxa básica de juro enquanto principal instrumento da política econômica junto com o câmbio livre e a norma do equilíbrio fiscal constituiu o dispositivo sociotécnico que consagrou a predominância do regime de conhecimento liberal na definição da política econômica.

A virada ortodoxa que Dilma Rousseff implementou em 2014 demonstrou a força do poder de influência da comunidade epistêmica ortodoxa. Sua ação garantiu o que pode ser chamado de “coalizão instrumental”, para enfatizar a autonomia que um sistema de governo por instrumentos pode adquirir. Segundo Baudot (2014) esse tipo de coalisões pode dispor de um regime de historicidade que lhes são próprias. De fato, esse parece ser o caso do chamado “tripé” da política econômica brasileira (metas de inflação, superávit orçamentário primário e taxa de câmbio flutuante), que permanece em vigor desde 1999.

Pode-se aliás rastrear a mudança institucional articulando a política econômica em torno deste tripé até o Plano Real. A meta de inflação foi apenas uma adaptação marginal da instrumentação da política econômica, abandonando o regime de taxa de câmbio fixa como âncora da inflação e substituindo-o pelo gerenciamento da taxa de juros, em que a meta de inflação garante a âncora da taxa de câmbio.

Essa sequência releva o quanto importa a instrumentação estratégica das ideias econômicas que operaram os governos. A macroeconomia institucional demonstra a falta de vontade política para enfrentar o poder das finanças. Retrospectivamente, podemos concluir que essa omissão política consagra a consolidação incremental do programa liberal. Sua aplicação contínua revela uma forma particular de progresso do liberalismo, pela qual se realiza uma “conversão de instituições redirecionando-as para novos objetivos, funções ou propósitos” (Streeck & Thelen, 2009). A autonomia concedida ao banco central foi se constituindo através de novas funções que lhes foram atribuídas para além de garantir a estabilidade dos preços. Tornou-se assim irreversível o tripé da política econômica. Portanto, cabe considerar que a coalizão instrumental reunida pelo banco

central foi um dispositivo central de um conjunto de arranjos institucionais, procedimentos, análises e cálculos, bem como táticas que, juntos, constituem a governamentalidade (Foucault, 1991). Nesse processo de mudança institucional se enraíza o bloqueio político e cognitivo do eleitorado do Estado desenvolvimentista.

Por fim, devemos enfatizar o que nossa análise traz como compreensão da governança. Na literatura de economia política, a importância que revestiu na financeirização a autonomia de fato de um banco central é bem estabelecida. A abordagem da governamentalidade nos levou a lidar com essa questão de forma próxima ao chamado “institucionalismo construtivista”. Esse conceito foi mais particularmente desenvolvido por Mark Blyth, ao enfatizar a causalidade das ideias na medida que essas dão conteúdo próprio aos interesses dos agentes em períodos de crise: durante esses períodos, a incerteza reina, assemelhando-se a um vazio de conhecimento. Colin Hay compara essa abordagem ao institucionalismo histórico e ao institucionalismo racional (Hay, 2008, p. 17). Ele considera que ela é mais adequada para explicar a mudança institucional “sob condições de desequilíbrio”. A análise da governamentalidade acrescenta um complemento valioso ao lançar luz sobre o papel do Estado como um lugar crucial na integração institucional das tecnologias de poder (Jessop, 2012).

Portanto, o efeito real das ideias não é necessariamente impô-las a uma população inteira, acabando assim com a incerteza. Devemos considerar esse efeito em comparação com a questão do governo das populações associadas a um conjunto de instrumentos. O tripé da política econômica foi o instrumento que constituiu um marco crítico definidor da lógica profunda da política governamental do PT, ao lado dos aspectos heterodoxos da sua política. A questão aqui não é se toda a população aderiu a essa estrutura interpretativa da economia. Em vez disso, o conceito de governamentalidade contém uma mistura de ideias e instrumentos de governança (Foucault, 2001, p. 299) e, no caso do Brasil, essa mistura gerou dois tipos potencialmente contraditórios de governamentalidade: o novo desenvolvimentismo e a governamentalidade liberal. Essa tensão resultou em uma dinâmica macroeconômica inviável. A recessão econômica apenas revelou os limites da adaptação do PT à governança liberal. Esta se revelou um fracasso, não devido à natureza híbrida do regime de política econômica (Ban, 2013) em si, mas devido à solidez da coalizão instrumental como dispositivo do governo central. A análise em termos de governamentalidade revela as condições econômicas para os

processos de variação, seleção e retenção de técnicas de governo pelo Estado (Jessop, 2012). A autonomia do Banco Central do Brasil se encaixa perfeitamente nessa perspectiva. Seu poder foi usado como uma estratégia governamental para quebrar a inflação, imposta pelos formadores de preços. No entanto, essa iniciativa possibilitou a introdução dos interesses dos detentores da dívida pública e, de forma mais ampla, dos credores no centro da ação governamental, instituindo o mecanismo de fixação de sua taxa de juros, com base nas expectativas de inflação dos principais bancos. Não se tratava apenas de um dispositivo de política monetária. Era um instrumento de governo remoto (distanciado da arena decisória a qual tinha acesso o PT).

Essa análise nos leva a concluir que podemos entender melhor a mudança do sucesso para a catástrofe em termos de uma relação entre o governo (associado a um regime de conhecimento e a um conjunto de instrumentos de poder), uma coalizão instrumental de interesses e processos econômicos. A esse respeito, podemos considerar que o regime de conhecimento predominante contribuiu para a correlação de forças favorável aos rentistas. Nessa perspectiva, o peso da doutrina liberal responde à questão levantada pela análise dos blocos no poder sobre o motivo pelo qual os industriais se uniram para denunciar a política econômica de Dilma, que eles haviam inicialmente endossado (Singer, 2015).

4. CONCLUSÃO

Um dos principais resultados dessa análise é que a provável continuidade de uma coalizão instrumental que favorece os rentistas financeiros implica a financeirização do capital em um ritmo acelerado, correlacionado com a diminuição do investimento produtivo. Isso consagra uma persistente falta de competitividade e mantém o baixo crescimento.

O Banco Central desempenhou um papel decisivo na consolidação de um padrão de integração internacional que prioriza a acumulação financeira em detrimento da acumulação industrial. Essa escolha política coloca em risco a implementação da nova proposta de desenvolvimento. De uma perspectiva keynesiana, a recessão durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (2014-2016) foi o resultado de uma mudança na política econômica, restringindo a expansão dos empréstimos às famílias e dos gastos

públicos, interrompendo o aumento do salário-mínimo e, assim, interrompendo o crescimento da demanda doméstica (Serrano & Summa, 2015).

À luz de nossa análise, esse novo compromisso significa que a prioridade passou a ser manter os déficits em conta corrente e a dívida pública do Brasil dentro de limites administráveis. Mais uma vez, devemos enfatizar que a acumulação industrial foi insuficiente, por mais que tenha aumentado uma parte crescente do volume geral de lucros (incluindo retornos financeiros) alocada ao investimento produtivo. A decisão do governo de interromper a tendência de crescimento da demanda respondeu ao imperativo de demonstrar seu comprometimento em controlar a dívida pública e, mais precisamente, de realizá-lo por meios convencionais. O banco central montou uma coalizão virtual que qualificamos de instrumental, na medida em que ele convenceu o governo a adotar os “instrumentos científicos” que supostamente garantiriam o retorno ao crescimento, ou seja, um aperto fiscal e reformas estruturais. Essa dimensão cognitiva da economia política resulta de um compromisso institucional inabalável herdado do governo liberal de Fernando Henrique Cardoso.

Esse legado político-institucional confirma a dinâmica incremental das mudanças institucionais neoliberais como um bloqueio de qualquer possibilidade de construção de uma estrutura regulatória favorável à nova proposta de desenvolvimento. O crescimento orientado pela demanda é insustentável em um regime de acumulação dominado pelas finanças. O regime de crescimento orientado pela demanda surge quando a expansão da demanda agregada promove o investimento e o crescimento econômico. Nesse contexto, o consumo interno pode crescer devido ao crescimento do salário médio real ou a medidas de distribuição de renda que favoreçam a população assalariada. A autonomia de fato do banco central garantiu a permanência da financeirização do capital. Esse dispositivo particular de governança colocou em risco a sustentabilidade das mudanças institucionais por meio das quais o governo Lula estimulou o crescimento da demanda (principalmente por meio do aumento dos salários, dos benefícios sociais e dos empréstimos). Entretanto, o banco central consolidou a formatação neoliberal de um regime de crescimento dominado pelas finanças, o que fez com que as finanças bloqueassem o regime de crescimento. Portanto, a estagnação de 0,3% no período de 2012-2019, com uma queda de 4,9% no investimento e uma queda de 0,9% no consumo das famílias (veja a Figura 5), parecia ser o preço de uma incompatibilidade estrutural

entre o dispositivo da governamentalidade liberal pura (representada pelo modelo do “tripé”) e a intencionalidade de um novo governo da população.

Essa incompatibilidade foi ocultada pelo que poderia ser chamado de “governamentalidade liberal neodesenvolvimentista”, que combinava um corpus keynesiano e neoclássico. No entanto, o resultado não poderia ser um regime de acumulação sustentável liderado pelas finanças. Uma taxa crescente de financeirização do capital (devido a uma moeda sobrevalorizada) era incompatível com o progresso da especialização econômica do Brasil. Entretanto, essa não é apenas uma questão de pura restrição macroeconômica. O principal resultado dessa análise é mostrar que a dinâmica macroeconômica também é uma questão de poder, mediada por dispositivos de governança. Trata-se de uma dimensão fundamental da fragilidade do regime de acumulação do Brasil, que é bloqueado pelas finanças. A solvência da dívida pública define sua zona de estabilidade e atua como um fator de estagnação correlacionado com a falta de competitividade industrial. Essa análise mostrou que a coalizão instrumental construída pelo Banco Central adquiriu uma espécie de poder de veto sobre o projeto político do governo. Essa constatação levanta uma nova questão sobre o impacto político das ideias econômicas dominantes. Mais especificamente, pode-se perguntar até que ponto o domínio de tal pensamento e da principal parte interessada – o Banco Central do Brasil – foram responsáveis pela perda de apoio ao Partido dos Trabalhadores por meio do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, que ela mesma denunciou como um golpe de Estado institucional.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. **Macroéconomie financière**, coll. Repères, La Découverte, v. 1, 2001.

AMADO, Adriana Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. The ‘developmentalism’ debate in Brazil: some economic and political issues. **Review of Keynesian Economics**, v. 3, n. 1, p. 77-89, 2015.

ARAÚJO, Victor Leonardo. O primeiro Governo Lula (2003-2006): retomada do crescimento e bonança internacional. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, p. 469-490, 2021.

BAN, Cornel. Brazil's liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy? **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 2, p. 298-331, 2013.

BAUDOT, Pierre-Yves. Le temps des instruments. Pour une socio-histoire des instruments d'action publique. **L'instrumentation de l'action publique**, p. 193-236, 2014.

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia (Ed.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BOSCHI, Renato. Estado Desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. **Ponto de Vista**, v. 2, p. 1-34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Le langage autorisé. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 1, n. 5, p. 183-190, 1975.

BOYER, Robert. **The regulation school: a critical introduction**. Columbia University Press, 1990.

BOYER, Robert. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analysis. **Economy and society**, v. 29, n. 1, p. 111-145, 2000.

BOYER, Robert; SAILLARD, Yves. **Régulation Theory: the state of the art**. 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Developmental Macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy**. Routledge, 2014.

BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas (Ed.). **Governmentality: Current issues and future challenges**. Routledge, 2010.

BRUNO, Miguel. Financiarisation et accumulation du capital productif au Brésil les obstacles macro-économiques à une croissance soutenue. **Revue Tiers Monde**, n. 1, p. 65-92, 2007.

BRUNO, Miguel. Régulation et Croissance Économique au Brésil après la libéralisation: un régime d'accumulation bloqué par la finance. **Revue de la régulation**. Capitalisme, institutions, pouvoirs, n. 3/4, 2008.

BRUNO, Miguel. Desafios do desenvolvimento socioeconômico brasileiro: uma perspectiva institucionalista do período recente. **O Panorama Socioeconômico do Brasil e suas relações com a Economia Social de Mercado**. Fundação Konrad Adenauer, 2014.

BRUNO, Miguel et al. Finance-led growth regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 730-750, 2011.

CAMPBELL, John L.; PEDERSEN, Ove K. The national origins of policy ideas: Knowledge regimes in the United States, France, Germany, and Denmark. In: **The National Origins of Policy Ideas**. Princeton University Press, 2014.

DINIZ, Eli. **É possível um novo modelo de estado desenvolvimentista no Brasil?**. 2012.

FOUCAULT, Michel. **The Foucault effect: Studies in governmentality**. University of Chicago Press, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits: 1954-1988**. Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France, 1977-1978**. 2004.

FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando; PRATES, Daniela M. Developmentalism at the periphery: addressing global financial asymmetries. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 4, p. 721-741, 2022.

GOBETTI, Sérgio Wulff. **Ajuste fiscal no Brasil: os limites do possível**. Texto para Discussão, 2015.

HALPERN, Charlotte et al. L'instrumentation de l'action publique. **Controverses, résistance, effets, Paris, Presses de Sciences Po**, 2014.

HAY, Colin. **Constructivist institutionalism**. 2008.

JESSOP, Bob. Constituting another Foucault effect: Foucault on states and statecraft. In: **Governmentality**. Routledge, 2010. p. 64-81.

LONGUET, S. LABROUSSE, A. BENICOURT, E. Gouvernamentalité et économie sociale : nouvelles perspectives. In: Bénicourt E., Labrousse A. & S. Longuet (eds), **Économie sociale et gouvernement**. Amiens, 5-6th September, Louvain-La-Neuve, Presses universitaires de Louvain, 2021.

PEREIRA, Jaime Marques. La monnaie, la politique et la possibilité d'un mode de développement à nouveau fondé sur le marché intérieur au Brésil et en Argentine. **Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs**, n. 11, 2012.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira et al. **Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia**. 2012.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, v. 25, p. 803-833, 2015.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, n. 102, p. 39-67, 2015.

STOCKHAMMER, Engelbert. **Some stylized facts on the finance-dominated accumulation**. 2007.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. Institutional change in advanced political economies. **Debating Varieties of capitalism**, p. 95-131, 2009.

APÊNDICE

Nesta abordagem, calculamos O PIB pela soma total de todos os pagamentos (rendimentos) recebidos por vários agentes econômicos envolvidos nas diferentes atividades de produção. Assim, expressamos o PIB por $Y = \pi^e + F + W$, onde π^e é o lucro das empresas não-financeiras, F é o rendimento dos rentistas financeiros e W representa os salários dos empregados.

Para calcular a renda financeira, utilizamos o seguinte procedimento: a) consideramos a hipótese de Kalecki de que os trabalhadores gastam tudo o que ganham como a hipótese mais plausível para uma economia em desenvolvimento como a do Brasil; b) então, obtivemos o nível de consumo das famílias ricas e capitalistas subtraindo o consumo dos empregados do consumo total das famílias; e c) após esse cálculo, subtraímos o consumo das famílias ricas e o investimento (formação bruta de capital fixo) do lucro bruto total. O resultado corresponde a fluxos de receitas financeiras que não são consumidos nem alocados em ativos fixos produtivos.

Os lucros brutos das empresas são iguais ao lucro bruto total menos os lucros distribuídos aos proprietários e acionistas. Calculamos este último por

$$\frac{\pi^e}{Y} = 1 - \frac{F}{Y} - \frac{W}{Y}$$

a divisão proporcional das receitas financeiras entre a parte consumida e a aplicada em ativos financeiros pelas famílias ricas.

Podemos escrever esta equação como: (1)

Com $\pi^e = 1 - \varphi - ws$, onde π^e é a parcela do lucro bruto, φ é a parcela da renda financeira e ws é a parcela dos salários, todas essas variáveis em proporções do PIB.

Definimos a taxa de lucro das empresas não-financeiras (re) pela razão entre os lucros Π_e e o estoque de capital fixo produtivo K:

$$w^s = \frac{W}{Y} = \frac{w}{\rho_n}$$

(2) Mas, $W=w.N$, onde w é o salário médio real e N é o nível geral de emprego. Consequentemente, a participação dos salários no PIB (wage share) é matematicamente idêntica à razão entre o salário médio real e a produtividade do trabalho (ρ_n).

Este fato foi, e é, fundamental para a recuperação da participação dos salários no PIB brasileiro. Se os salários crescerem ao mesmo ritmo que a produtividade, a parcela salarial no produto total não crescerá e permanecerá baixa, como tem historicamente tem sido. Consequentemente, para que a parte salarial cresça, a taxa de crescimento dos salários reais precisa ser superior à taxa de crescimento da produtividade do trabalho, pelo menos durante um período suficientemente longo.

Substituindo a parcela salarial pela sua relação equivalente, $\frac{W}{\rho_n}$, e dividindo a equação (1) pelo estoque de capital fixo produtivo (estoque de máquinas, equipamentos e edifícios não-residenciais) K, obtemos

$$r^e = \rho_k \left[1 - \frac{W}{\rho_n} - \varphi \right]$$

onde ρ_k é a produtividade do capital fixo. Esta é então uma fórmula geral para a taxa de lucro das empresas no nível macroeconômico.

Embora algebricamente simples, esta equação combina variáveis fundamentais do processo de acumulação de capital. Expressa as condições estruturais que condicionam a distribuição do rendimento e expressam o conflito distributivo entre trabalho, capital produtivo e capital financeiro.

O termo entre colchetes $\left[1 - \frac{W}{\rho_n} - \varphi \right]$ capta o impacto da distribuição de renda no processo de determinação da taxa de lucro, para um determinado nível de produtividade de capital fixo.

OS TRIBUTOS E A VENDA DE TÍTULOS PÚBLICOS FINANCIAM O ESTADO? UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA MODERN MONEY THEORY

Rafael Voigtel¹

Marina Moreno de Farias²

Resumo: Os tributos e a venda de títulos públicos financiam o Estado? É consenso para o mainstream a ideia de que estes recursos determinam o financiamento estatal; a heterodoxia, no entanto, não estabelece unanimidade teórica acerca do tema. Parte dos heterodoxos, sobretudo os pensadores da Modern Money Theory (MMT), defendem a visão de que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado. Diante desse cenário, o objetivo do presente artigo é trazer o debate para a realidade brasileira, dado o atual cenário de mudanças nas políticas econômicas, com destaque para o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e a reforma tributária. Defende-se aqui a hipótese da MMT de que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado. Para comprovar tal hipótese, destrinchou-se a perspectiva da teoria, além da realização de um caso prático da rotina contábil do balanço patrimonial do Banco Central do Brasil. O presente trabalho também explica a importância do mecanismo de financiamento dos gastos do governo (autônomo) para a conjuntura brasileira, visando causar impactos positivos no que tange ao entendimento político e social quanto às “limitações” monetárias e fiscais do país.

Palavras-chave: tributos, títulos públicos, Estado, MMT.

DO TAXES AND THE SALE OF GOVERNMENT BONDS FINANCE THE STATE?

Abstract: Do taxes and the sale of public bonds finance the state? The mainstream consensus is that these resources determine state financing; heterodoxy, however, does not establish theoretical unanimity on the subject. Some heterodox thinkers, especially those of the Modern Money Theory (MMT), defend the view that taxes and the sale of government bonds do not finance the state. Given this scenario, the aim of this article is to bring the debate to the Brazilian reality, given the current changes in economic policies, especially the New Fiscal Framework (NAF) and tax reform. It defends the MMT hypothesis that taxes and the sale of public bonds do not finance the state. This work also explains the importance of the mechanism for financing government spending (autonomous) for the Brazilian situation, with the aim of having a positive impact on political and social understanding of the country's monetary and fiscal “limitations”.

Keywords: taxes, government bonds, State, MMT.

¹ Bacharelado em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Grupo de Estudos sobre os BRICS da Universidade de São Paulo (GEBRICS/USP). Áreas de concentração: Macroeconomia Internacional, Geoeconomia e Desenvolvimento Econômico. Contato: rafaelvoigtel@id.uff.br.

² Bacharelado em Relações Internacionais. Mestranda em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora Associada (Junior Fellow) ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), Especialista Residente no think tank Observa China (观中国), Pesquisadora no Laboratório de Estudos em Economia Política da China (LabChina). Áreas de concentração: Moeda, Desenvolvimento Econômico, Geopolítica e China. Contato: marina.farias@pepi.ie.ufrj.br.

INTRODUÇÃO

É consenso para o mainstream econômico a ideia de que os tributos e a venda de títulos públicos financiam o Estado (Bell e Wray, 2003). Nos meios de comunicação mais tradicionais é também fácil verificar essa constatação, pois já é consolidada no pensamento econômico dominante. No que concerne o campo heterodoxo, não há unanimidade acerca do tema, parte dos autores tendem a concordar com o mainstream e uma outra parcela com a hipótese da Modern Money Theory (MMT) de que os tributos e a venda de títulos não financiam o Estado. A MMT é uma teoria que ganhou destaque internacional principalmente após a crise financeira de 2008, onde, postas as origens da crise, as fraquezas do mainstream ficaram evidentes, fortalecendo as teorias heterodoxas (Lavoie, 2013). Mais recentemente no Brasil, a eleição do atual presidente Lula e a consequente busca por mudanças nas políticas econômicas e tributárias escancarou a necessidade de se repensar alguns assuntos que estavam consolidados teórica e metodologicamente em partes da equipe do governo. O fim do Teto de Gastos dos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), a criação do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e da reforma tributária fazem com que o esclarecimento do assunto sobre o qual versa o presente trabalho seja fundamental para a quebra de hábitos teóricos já consolidados e para a construção de novas perspectivas.

Por isso, o presente artigo defende a hipótese de que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado, seguindo a tese de que este pressuposto não passa de uma rotina lógica do balanço patrimonial do Banco Central do Brasil (BCB). Para comprovar a hipótese, se utilizará uma metodologia que lança mão de uma perspectiva teórica advinda da MMT, além da elaboração de um caso prático de rotina contábil do BCB. A relevância desta pesquisa se justifica na necessidade de compreensão da hipótese defendida, o que impacta diretamente no fazer das políticas macroeconômicas nacionais. Entendê-la abre espaço para novos pareceres em torno das duas novas propostas do governo Lula, isso pois, comprovando a presente hipótese, amplia-se o horizonte de ação dessas políticas em favor dos trabalhadores brasileiros. O antigo Teto de Gastos e a natureza tributária regressiva no Brasil, limitavam o avanço do bem-estar social, excluindo as grandes massas e focalizando nas classes mais ricas da sociedade. O NAF e a nova reforma tributária vieram com o objetivo de mudar tal realidade, com uma promessa progressista, entretanto, mesmo com essas novas posições, ainda há diferentes

limitações em torno delas, não só estruturais, mas também teóricas, metodológicas e ideológicas. A compreensão de que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado e a consolidação de tal visão na equipe econômica do Governo Federal faz com que se veja com “novos olhos” tais políticas, com a possibilidade de quebra de paradigmas que não encontram respaldo na realidade.

Tal abordagem aqui empreendida ainda não é popular a nível nacional, tendo em vista que a maioria das perspectivas em curso advém somente de um arcabouço teórico, em outras palavras, sem a utilização de cálculos técnicos e práticos. É importante destacar que este artigo não pretende aceitar os demais pressupostos estabelecidos pela MMT; o objetivo principal é que ao final desta pesquisa seja possível demonstrar que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado, evidenciando a importância da compreensão acerca do funcionamento do financiamento de um Estado soberano, mais especificamente o caso brasileiro.

Este artigo possui quatro seções. A primeira seção apresenta, de maneira resumida, o debate sobre os tributos e a venda de títulos públicos financiarem, ou não, o Estado. A segunda apresenta o arcabouço teórico da MMT por trás da hipótese da pesquisa. A terceira apresenta a defesa da hipótese através de exemplos práticos da rotina contábil do balanço patrimonial do BCB. A quarta seção apresenta a atual realidade brasileira, dando um parecer da conjuntura político-econômica que se forma em torno do NAF e da reforma tributária, referenciando a importância de entender a hipótese aqui apresentada e como isso pode “abrir portas” para as duas políticas citadas. Algumas considerações concluem o trabalho.

1. OS TRIBUTOS E A VENDA DE TÍTULOS PÚBLICOS FINANCIAM OU NÃO O ESTADO?

De um lado, o pensamento de que os tributos e a venda de títulos públicos financiam o Estado é um consenso para o *mainstream* econômico (Bell e Wray, 2003). Essa perspectiva também é dominante em outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. A tese é citada em diferentes fontes da Administração Pública e Direito, como exemplo em um dos livros da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda do Brasil (2014), em livros de Direito Tributário como Machado (2007), Lima Neto (2017) etc.

Apesar do assunto formar um consenso no mainstream, a heterodoxia ainda não produziu uma unanimidade acerca do debate sobre o financiamento do Estado. Mesmo que a MMT componha a escola pós-keynesiana, a maior parte da literatura que diverge da teoria aqui discutida advém dessa mesma linha de pensamento. As atuais críticas advindas desse grupo de autores não concordam com três pontos da MMT³: (i) a afirmação de que o governo precisa ter necessariamente déficits a longo prazo para que o público possa ter acesso a saldos de caixa maiores; (ii) a tese de que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado; (iii) a afirmação de que o governo que emite sua moeda nacional soberana não tem restrição financeira (Lavoie, 2013, 2019, 2022; Palley, 2015, 2020; Vergnhanini e De Conti, 2017; Van Lear, 2003).

Foge do escopo do presente artigo versar sobre todas elas, por isso, o foco é a crítica ao ponto (ii), que diz respeito ao atual trabalho. A explicação dada pela MMT será aprofundada ao decorrer das seções. Entretanto, em resumo, a teoria destaca que os recursos provenientes da tributação e da venda de títulos não podem financiar o Estado pelo fato deles ocorrerem após os gastos públicos. Eles não podem ser a origem do dinheiro do governo, pois, por uma questão de lógica do balanço patrimonial do Banco Central (BC), eles são destruidores da Base Monetária (BM), ou high-powered money (HPM), como chamam os teóricos da MMT (Wray, 2015).

O argumento pós-keynesiano que diverge dessa versão afirma que, na verdade, o governo não gasta primeiro, pois quaisquer agentes precisam ter fundos em uma conta bancária antes de poder gastar. O Tesouro Nacional (TN), por exemplo, deve de alguma forma reabastecer sua conta no BC (ou em bancos privados) antes do gasto. Mais especificamente quanto à arrecadação de tributos, os autores sugerem que os pagamentos destes ao TN não “destroem” dinheiro, afirmando que o TN e o BC não são uma única instituição e que o governo não tem autoridade de “criar” dinheiro. Quanto à venda de títulos públicos, complementam que somente quando o BC e os demais bancos escolherem comprar títulos governamentais é que o Estado terá dinheiro novo para gastar (Van Lear, 2003; Lavoie, 2013).

³ As críticas não se limitam a essas, entretanto, as citadas aqui são as principais. Há também algumas críticas um pouco mais “subjetivas”, como a de Lavoie (2013) e Palley (2020), que criticam as terminologias usadas pela MMT, que às vezes podem parecer confusas e contra-intuitivas.

Estes argumentos são também embasados em outra crítica. A MMT, para fins explicativos, consolida BC e TN em uma única instituição, pois acredita que as transações que envolvem somente as duas instituições não têm impacto sobre as reservas do sistema bancário (Bell e Wray, 2003). Entretanto, os críticos acreditam que mesmo que essa consolidação não seja ilegítima, neste caso em específico ela não pode ser feita, pois a primeira etapa deste funcionamento - a venda de títulos públicos do TN ao BC - está sendo pulada, já que se trata de uma transferência interna. Isso não pode ocorrer, pois é algo que confunde os leitores que já têm dificuldade para entender a mecânica do sistema de compensação e liquidação, além de simplificar muito a macroeconomia de tais instituições, exagerando na “capacidade da política” (Lavoie, 2013; Palley, 2020). O único momento no qual os críticos chegam a concordar com a devida explicação da MMT é se o Estado começar a ter poder sobre a criação de dinheiro, ou seja, sem que haja, também, separações constitucionais do BC para com o TN (Van Lear, 2003; Lavoie, 2013).

Do outro lado do debate, há a explicação dada pelos teóricos da MMT. Conforme Wray (2015), a MMT é uma atualização e sintetização de várias outras teorias, a maioria heterodoxa (tais como Keynes, Marx, Abba P. Lerner, H. Minsky etc.). A teoria pode ser resumida em quatro principais contribuições: (i) a tese de que o principal papel da moeda é de ser unidade de conta da economia, denominando dívidas e crédito, e liquidando-os; (ii) visão acerca da origem da moeda como criação do Estado; (iii) o Estado como empregador em última instância, a partir do employer of last resort (ELR); (iv) destaque para a importância da consonância entre política fiscal e monetária, a partir do papel das finanças funcionais de Abba P. Lerner; (v) nova mecânica do sistema de compensação e liquidação, afirmando que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado.

Além desses pontos, para uma explicação mais específica do presente trabalho, uma das afirmações aceitas pela MMT é que a moeda não provoca inflação enquanto não houver excesso de demanda, pleno emprego e/ou expectativa de que haverá inflação, ou seja, a moeda (M15) tem caráter endógeno.

A inflação é provocada por um excesso de demanda agregada, ou por um choque negativo de oferta, que pressiona alguns preços-chave e cria a

⁴ O *mainstream* a vê como meio de troca, visão da moeda como mercadoria.

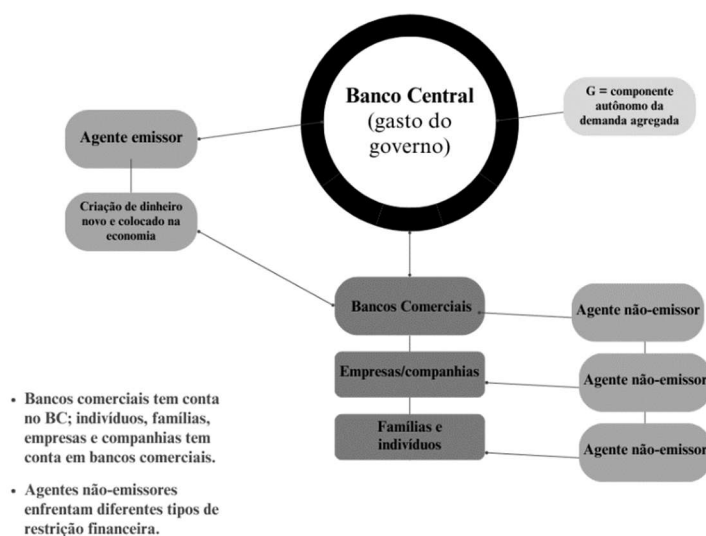
⁵ De acordo com a lógica da Base monetária (BM), M1 = Papel-moeda em circulação + Depósitos à vista.

percepção de que há uma alta generalizada de preços, que por sua vez cria expectativas de que os preços continuarão a subir. Uma vez consolidadas, as expectativas de inflação podem manter a inflação alta, mesmo com desemprego e capacidade ociosa. A inflação consolidada tem um grande componente de inércia. (Resende, 2020, p.70).

Além disso, também não é a expansão de reservas bancárias (ou da BM) que leva os bancos a emprestarem e a criarem moeda, mas ao contrário, é o aumento dos empréstimos que força o aumento de reservas bancárias (ou BM). Conforme Resende: “A moeda é endógena, pois é o aumento da despesa agregada que força a expansão da moeda, e não a expansão da moeda que provoca o aumento da demanda agregada” (Resende, 2020, p. 67). Isso porque, conforme assumido pela MMT, a moeda é Cartal, o que significa dizer que seu principal papel é o de ser a unidade de conta da economia - ao contrário do que postula a ortodoxia (Wray, 1998). A moeda é derivada da autoridade do Estado de impor obrigações fiscais e de arbitrar a unidade de conta, mas somente em seu sentido ontológico. No que diz respeito ao processo concreto pelo qual a moeda é arbitrada, o canal da tributação é o meio pelo qual a moeda é destruída.

Em um mundo de moedas fiduciárias - sem valor intrínseco ou lastro - a autoridade central, a partir do monopólio da violência e da confiança do público no crédito soberano é o que dá valor ao dinheiro. Nesse arcabouço, como o governo emite moeda sem lastro e com base no aumento da despesa agregada, emitem sem precisar arrecadar. Isso porque para recolher impostos, os cidadãos precisam, primeiro, ter a unidade de conta nacional na qual os impostos são denominados. Ou seja: A emissão de moeda precisa vir antes da arrecadação. É por essa razão que a comparação entre as finanças domésticas e as finanças de um Estado soberano não encontram respaldo. Agentes não emissores precisam auferir uma moeda que não emitem para liquidar suas dívidas. O Estado é um agente emissor, o seu gasto não requer renda disponível, sendo um componente autônomo da demanda agregada, como mostra a Figura 1.

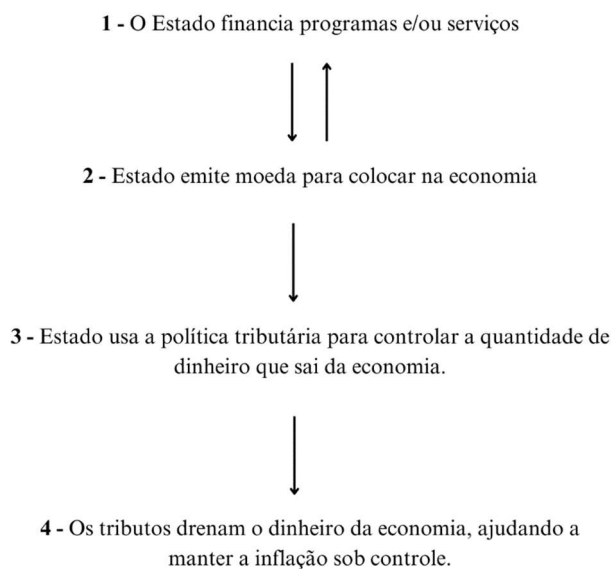
Figura 1 – Como o dinheiro circula, de acordo com a MMT



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os bancos comerciais podem “quebrar”, já o governo não, pois pode emitir moeda para se financiar, o que nada mais é do que aumentar o valor do registro contábil do passivo do Banco Central (Resende, 2019). É nesse sentido que a teoria destaca que o fato dos tributos e da venda de títulos públicos ocorrerem após os gastos, gerando uma destruição da BM. São tidos como destruidores da BM, pois, *ceteris paribus*, os gastos do governo aumentam as reservas bancárias, em contrapartida, os tributos e a venda de títulos reduzem as reservas bancárias (Bell e Wray, 2003).

Figura 2 - Emissão e uso do dinheiro na economia



Fonte: Elaborado pelos autores.

2. A EXPLICAÇÃO DADA PELA MMT

Dando continuidade ao debate acima, a presente seção busca apresentar a explicação da MMT de forma mais detalhada. A base teórica da MMT advém, em grande parte, de Ranlett (1977), afirmando que, *ceteris paribus*, os gastos do governo sempre aumentam as reservas bancárias, em contrapartida, o pagamento de tributos (e a venda de títulos públicos) as reduz. Com isso, a MMT estabelece que a atividade do balanço patrimonial que envolve apenas as ligações entre BC e TN, como dito anteriormente, não tem impacto sobre as reservas do sistema bancário. Deste modo, do ponto de vista do setor não governamental, as operações intergovernamentais (entre BC e TN, ou quaisquer outras) podem ser ignoradas. É por isso que a teoria consolida BC e TN para uma análise acerca da HPM. Seguindo essa lógica, afirmam que, até então, isso não é a defesa da teoria em si, mas apenas uma exposição da lógica de funcionamento do balanço patrimonial do BC (Bell e Wray, 2003).

As fontes governamentais, BC e TN, são as únicas fontes da HPM, e indo além, a HPM em poder do setor não governamental só pode ser destruída quando retorna ao TN (ou ao BC), e isso se dá por meio do pagamento de tributos e/ou títulos públicos. Em uma análise da realidade estadunidense, os autores complementam que a maior parte dos tributos pagos são depositados em uma das instituições depositárias que mantêm contas de *Treasury Tax and Loan* (TT&L); entretanto, todos os gastos governamentais envolvem emissões de cheques na conta do tesouro no FED (Banco Central dos EUA), sendo assim, o tesouro solicita que o seu saldo em TT&L seja transferido para uma conta no FED (Bell e Wray, 2003).

Por isso, Bell (2000) afirma que os recursos provenientes da tributação e da venda de títulos não podem ser usados para financiar os gastos do governo, porque são destruídos quando são depositados na conta do TN no BC. Bell e Wray (2003) ainda acham enigmática a não-aceitação desta premissa por alguns autores pós-keynesianos, sendo que alguns deles, como Van Lear (2003), admitem em sua própria crítica que: "[...] money is either in the form of bank deposits or central bank notes and reserves" (Van Lear, 2003, p. 254).

A segunda parte da explicação da MMT em relação ao assunto concentra-se na resposta para afirmações onde é citado o fato de que, em alguns países, a compra de títulos públicos pela autoridade monetária diretamente em mercado primário é vedada

constitucionalmente, como citado anteriormente. Realmente, em casos como os Estados Unidos, o BC não está autorizado a comprar títulos públicos em mercado primário e o TN não está autorizado a “criar” dinheiro. Entretanto, para esta questão, Bell e Wray explicam que:

Yes, the Treasury is prohibited from physically "printing money" and from selling bonds directly to the Fed. So it spends by emitting a check, which once deposited leads to a reserve credit for the receiving bank. And, yes, the Treasury normally moves a deposit from a note option bank to the Fed more or less simultaneously with its payment by check. Clearly, however, it does this to ensure its payment won't suddenly increase bank reserves. This allows the Fed to simultaneously reduce reserves at one of the note option depositories while increasing reserves when the Treasury's check is deposited. From the perspective of the non government sector, exactly the same effects on reserves can be achieved by allowing the Treasury to write a check on the Fed without first moving deposits from note option depositories, and then simultaneously reducing Fed loans at the discount window or engaging in an open market sale by the trading desk (Bell e Wray, 2003, p. 266).

Isto é, mesmo com as proibições constitucionais, são feitas articulações governamentais para garantir que o pagamento do TN não aumente repentinamente as reservas bancárias. Este processo permite que o BC reduza, simultaneamente, as reservas em um dos depositários de opções de notas e aumente as reservas quando o cheque do TN for depositado. Ao fim, ainda é destacado que o mesmo efeito pode ser alcançado pelo ponto de vista do setor não governamental, ao permitir que o TN emita um cheque ao BC sem movimentar os depósitos dos depositários e, logo após, reduzir simultaneamente os empréstimos do BC na janela de desconto ou realizar uma venda no open market. Os autores demonstram isso para, ao final, dizer que o TN e BC podem ser consolidados, não formalmente, mas para fins de explicação.

Bell e Wray (2003) destacam que a única coisa a ser apontada do ponto de vista não governamental é que os gastos governamentais aumentam a HPM, ao menos que haja alguma drenagem de reserva compensatória (como é feito, por exemplo, através dos pagamentos de tributos e através da venda de títulos pelo FED ou TN para o setor não governamental)⁶. Ao final, a venda de títulos públicos serve mais como mecanismo de política monetária para possíveis articulações na economia nacional. De acordo com outras premissas da MMT, a venda de títulos existe para diminuir a quantidade de moeda

⁶ Adiante, Bell e Wray (2003) continuam a explicar algumas minúcias que envolvem a tese dos tributos e venda de títulos não financiarem o Estado, principalmente explicando como funciona o déficit público, entretanto, não cabe ao trabalho abordá-las.

em circulação na economia (currency pool), e conseqüentemente, diminuir o impacto de pressões inflacionárias (choques de demanda).

[...] operações de mercado aberto são realizadas, nesta conjuntura, visando enxugar a liquidez injetada pelo gasto do tesouro e trazer a taxa de juros do interbancário de volta para a meta da autoridade monetária. Evidencia-se que títulos públicos funcionam como instrumento de política monetária para controlar a liquidez do mercado interbancário de acordo com a meta da autoridade monetária e não para financiar os gastos. (Vilella, 2022, p.50).

Na mesma linha de raciocínio, os tributos não servem para financiar o Estado, mas sim para reduzir a disponibilidade de dinheiro dos contribuintes para gastar (em ocasiões que o consumo excessivo pode levar a inflação), assim como para ter uma garantia futura de que as dívidas e as demais obrigações legais serão pagas em moeda nacional, pois ao cobrar os tributos em moeda nacional, o Estado está induzindo as pessoas (físicas e jurídicas) a demandarem tal moeda; para além, também podem servir como instrumento de combate a desigualdade de renda (Vilella, 2022; Deccache, 2023).

3. A EXEMPLIFICAÇÃO PRÁTICA: O CASO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Dada a explicação do debate em torno do assunto e da visão da MMT, cabe a exemplificação prática do porquê os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado (neste caso em específico, o Estado brasileiro). Com base na MMT, o trabalho irá demonstrar, através de três cálculos de rotina do balanço patrimonial do Banco Central do Brasil, que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado, pelo fato destes destruírem a base monetária. Estes cálculos se dividem da seguinte forma: (i) a compra de um título; (ii) o pagamento de um tributo; (iii) o depósito de dinheiro arrecadado via venda de títulos. A Tabela 1 demonstra como é composto o balanço do BCB:

Tabela 1 - Balanço estilizado do Banco Central do Brasil

Ativo	Passivo
(1) Títulos Públicos Federais	(5) Base Monetária
(2) Redescontos e Empréstimos	(5.1) Papel-moeda em Poder Público
(3) Reservas Internacionais	(5.2) Reservas Bancárias
(4) Outras aplicações	(6) Empréstimos no Exterior
	(7) Outras Fontes

Fonte: Adaptado de Carvalho *et al* (2007).

Como visto acima, a Base Monetária (BM) faz parte do passivo do Banco Central do Brasil, sendo composta pela soma do Papel-moeda em Poder Público (PMPP) com as Reservas Bancárias. Entretanto, para chegar em uma proposta de cálculo demonstrativo da lógica da MMT, será feita uma estilização da soma. Existem dentro da BM, além dos fatores já descritos, a Conta do Banco Central (C_{bc}); Papel-moeda emitido (PME); Papel-moeda em Circulação (PMC); Encaixe Técnico (E_t); Encaixe Total (ET); Encaixe Compulsório (E_c); Encaixe Voluntário (E_v). Através destes, é possível começar uma fórmula para a BM utilizando os seguintes elementos dados por Carvalho *et al* (2007):

$$PME - C_{bc} = PMC \quad (1)$$

$$PMC - E_t = PMPP \quad (2)$$

$$E_t + E_c + E_v = ET \quad (3)$$

$$BM = PMPP + ET \quad (4)$$

Com base nisso, é possível concluir que:

$$BM = PMC - E_t + E_t + E_c + E_v \quad (5)$$

ou

$$BM = PMC + E_c + E_v \quad (6)$$

Tem-se na equação (4) que a BM é composta pela soma entre *PMPP* e *ET*. O *ET* pode também ser chamado de Reservas, isso pois ele é composto pelo E_c , um depósito de cunho obrigatório, pelo E_v , um depósito de auto proteção, ou voluntário, como o próprio nome já diz, e pelo E_t , que é basicamente o caixa dos bancos comerciais na conta corrente que eles têm no BCB, levando em consideração a função do BCB de “banco dos bancos” (Carvalho *et al*, 2007). Indo além, outro item que também compõe *ET*, ou simplifadamente, as Reservas, é a Conta Única da União (CTU). Conforme Do Nascimento (2023), a CTU é um dos aspectos mais importantes do relacionamento entre BCB e TN, trata-se de um instrumento jurídico e contábil de gestão de caixa, por meio do qual as receitas e despesas do Governo Federal, incluindo as relativas à dívida pública, são geridas de modo centralizado e sob custódia da autoridade monetária.

Apresentados os fatores que compõem o balanço do BCB, assim como a sua devida estilização, é possível partir para a exemplificação. Antes de tudo, será exemplificado o que acontece quando o BCB quer comprar um título do TN ou até mesmo títulos de bancos comerciais. Conforme a Tabela 1, os títulos públicos fazem parte do ativo do BCB, em contrapartida, a CTU e a conta corrente dos bancos comerciais fazem parte do passivo, mais especificamente dentro das Reservas que compõem a BM. Ou seja, suponha que o BCB queira comprar R\$1.000,00 em títulos. Levando em consideração os itens da Tabela 1, quando o BCB quer fazer esta ação ocorre o exposto na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Compra de títulos pelo Banco Central

Ativo	Passivo
(1) + R\$1.000,00	(5.2) + R\$1.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ou seja, tanto no mercado primário (possível no caso brasileiro), quanto no *open market*, quando o BCB compra um título, ele não está fazendo nada mais do que aumentando as reservas bancárias, sendo a CTU e a conta corrente dos bancos comerciais integrantes desta. O ativo aumenta, pois o dinheiro entra em (1) através da compra de um título e o passivo aumenta devido ao fato de o dinheiro entrar nas Reservas (5.2), por conta de estas serem compostas pela CTU e pelas demais contas correntes de bancos comerciais. Não passa, simplesmente, de uma operação de segundos feita pelo BCB.

Wray (2015) destaca que até mesmo o ex-presidente do Banco Central norte-americano, Ben Bernanke, reconhece em entrevista que: “It’s not tax money. The banks have accounts with the Fed, much the same way that you have an account in a commercial bank. So, to lend to a bank, we simply use the computer to mark up the size of the account that they have with the Fed”. No caso dos EUA, não é permitido a compra de títulos do tesouro pelo FED em mercado primário, entretanto, ao comprar títulos de bancos comerciais, eles só aumentam o tamanho da conta corrente destes no FED, ou seja, as Reservas.

A hipótese defende que a arrecadação de tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado, pois estes, por conta da lógica do balanço patrimonial do BCB, são destruidores da BM. Primeiro, para a exemplificação da parte de arrecadação de tributos, suponha que uma pessoa queira pagar ao governo um tributo no valor de

R\$1.000,00. O primeiro passo que essa pessoa terá que fazer é retirar R\$1.000,00 de sua conta em um Banco X, para fazer o envio do pagamento. No momento em que a pessoa faz isso, as reservas do Banco X no BCB são reduzidas em R\$1.000,00 e a conta do TN no BC aumenta em R\$1.000,00. Com isso, tem-se o demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Pagamento de tributos demonstrado no balanço do Banco Central do Brasil

Ativo	Passivo
	(5.2) -R\$1.000,00
	(7) +R\$1.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

O processo acima é precisamente a destruição da BM em razão do pagamento de um tributo. O dinheiro é reduzido diretamente da conta do Banco X no BC, que faz parte das Reservas. Entretanto, conforme Wray: *“the treasury’s deposit at the central bank is not counted as part of the monetary base”* (Wray, 2015, p. 76). Ou seja, o depósito feito pelo pagamento do tributo não vai para a BM, mas sim para outras fontes, pois representa uma relação contábil entre o governo e o banco central, como se fosse uma espécie de passivo do BC para com o governo.

Com o pagamento de um tributo, há a destruição da BM, provando assim, que não há como os tributos financiarem o Estado. Em lógica similar, a venda de títulos públicos também destrói a BM. Para isso, é preciso relembrar a equação (6), mostrando que a BM é composta pela soma entre PMC e $(E_c + E_v)$.

$$BM = PMC + E_c + E_v \quad (6)$$

Suponha que uma pessoa queira comprar um título público no valor de R\$1.000,00. Para isso, ela irá, via uma Corretora X, fazer a compra. Sendo assim, o dinheiro da pessoa sai de PMC e começa a compor o item (1) do ativo do BCB, sendo ele referente aos Títulos Públicos Federais. Ou seja, há o seguinte:

$$BM = (PMC - R\$1.000,00) + E_c + E_v \quad (7)$$

Logo depois dessa redução do PMC em R\$1.000,00, esse dinheiro vai para o exposto na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Depósito do dinheiro arrecadado via venda de título público no balanço do Banco Central

Ativo	Passivo
(1) +R\$1.000,00	(5) -R\$1.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a venda de título público, a BM é reduzida e não pode, portanto, financiar o Estado. Na realidade, a venda de títulos públicos, assim como a tributação, serve para outros objetivos, como já exposto.

4. A ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA: O NOVO ARCABOUÇO FISCAL E A REFORMA TRIBUTÁRIA

A eleição de Lula (2003-2011/2023-Atualmente) para a presidência do Brasil trouxe mudanças significativas do ponto de vista econômico. De acordo com o presente tema, duas políticas podem ser entrelaçadas: O Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e a reforma tributária. Esta seção não pretende entrar nos detalhes de cada uma das duas políticas, mas sim em suas conjunturas e propostas de maneira geral, a fim de correlacionar a importância de entender a hipótese aqui defendida frente a essas duas propostas de governo.

O NAF foi anunciado em 30 de março de 2023, pelo Ministro da Fazenda Fernando Haddad. De maneira geral, a proposta visa equilibrar as contas do Governo Federal a fim de controlar os gastos públicos; o governo, a priori, pretendia eliminar o déficit primário⁷ em 2024, assim como alcançar um superávit nas contas públicas na ordem de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026 (Mattei, 2023). Os pontos principais do arcabouço são: (i) é estabelecida uma meta móvel para o resultado primário, sendo -0,5% no ano passado, com intenção de aumentar 0,5% do PIB a cada ano até alcançar 1% em 2026; (ii) a fim de evitar flutuações de receitas e despesas, é definida uma banda de variação de 0,25% do PIB para mais ou menos, os gastos primários podem crescer em termos reais em um intervalo entre 0,6% a.a (piso de crescimento) e o teto de 2,5% a.a,

⁷ O déficit primário é a diferença entre as receitas e os gastos do governo, mas exclui o pagamento de juros sobre a dívida pública.

sendo que o excedente fica para o próximo ano; (iii) os gastos podem crescer a uma taxa igual ou menor que 0,7% da taxa de crescimento das receitas tributárias, mas caso a conta fique abaixo do limite mínimo da banda para o resultado primário, para o exercício fiscal seguinte os gastos primários poderão crescer no máximo a um ritmo igual a 50% do crescimento da receita tributária; (iv) estabelecimento de um piso para o investimento público, o qual seria de R\$ 75 bilhões para o ano de 2023, sendo corrigido anualmente pela inflação (Oreiro, 2023).

Já a reforma tributária foi iniciada um pouco depois do NAF e dividida em duas fases. A primeira (discutida até então) concentra-se nos impostos sobre consumo e a segunda nos impostos sobre renda e patrimônio. Em sua primeira fase, a reforma criou um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de caráter dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS). A CBS substitui o PIS, COFINS e IPI, sendo de competência federal. O IBS substitui o ICMS estadual e o ISS municipal, que agora será dividido entre estado e município (Bastos, Medina e Sartori, 2023). A segunda fase ainda não foi apresentada e aprovada.

Mesmo que a primeira parte não seja focada em renda e patrimônio, há algum efeito na desconcentração de renda. A mudança para taxaço no local do consumo (e não na produção) tem dois efeitos: (i) reduz as isenções oferecidas sobre lucros de pessoas jurídicas ao reduzir a guerra fiscal, favorecendo os beneficiários de serviços públicos (devido a maior arrecadação em cenário de Lei de Responsabilidade Fiscal para estados e municípios) e desfavorecendo empresas que apenas extraem rendas tributárias por meio de ameaças de deslocalização; (ii) aumenta a taxaço nos estados pobres que consomem a produção concentrada no centro-sul, particularmente serviços financeiros, às custas de estados e municípios que centralizam produção como São Paulo e sua capital, ou seja, reduz o privilégio fiscal do “colonialismo interno” (Bastos, Medina e Sartori, 2023). Dentro da primeira fase, há ainda três tipos de alíquotas: Única, de 25%; Reduzida, 60% menor e destinada para transporte público, remédios, saúde, educação, produtos agropecuários, arte e cultura; e Alíquota Zero, destinada para remédios contra câncer, equipamentos de acessibilidade e para saúde menstrual. Além destas, há um imposto seletivo para desestimular o consumo de mercadorias e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarro e bebidas alcoólicas, por exemplo (Ministério da Fazenda, 2023).

Ademais, é importante comentar o ponto de que há também a alíquota zero para Cesta Básica, contando que esta pode ser formada pelos seguintes produtos: Arroz; Leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, leite em pó, integral, semidesnatado ou desnatado, além de fórmulas infantis definidas por previsão legal específica; Manteiga; Margarina; Feijões; Raízes e Tubérculos; Cocos; Café; Óleo de soja; Farinha de mandioca; Farinha, grumos e sêmolos, de milho, e grãos esmagados ou em flocos, de milho; Farinha de trigo; Açúcar; Massas alimentícias; Pão do tipo comum (contendo apenas farinha de cereais, fermento biológico, água e sal). Outros alimentos se enquadram na versão de 60% de redução, tais como: Carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto Foies gras) e miudezas comestíveis de ovinos e caprinos; Peixes e carnes de peixes (exceto salmonídeos, atuns, bacalhaus, hadoque, saithe e ovas e outros subprodutos); Crustáceos (exceto lagostas e lagostim); Leite fermentado, bebidas e compostos lácteos; Queijos tipo mozzarella, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino; Mel Natural; Mate; Farinha, grumos e sêmolos, de cereais; grãos esmagados ou em flocos, de cereais; Tapioca e seus sucedâneos; Massas alimentícias; Sal de mesa iodado; Sucos naturais de fruta ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes; Polpas de frutas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes. Por último, é imprescindível também destacar que haverá cashback de impostos na conta de luz e gás para populações de baixa renda (Ministério da Fazenda, 2023).

4.1. POR QUE A MMT IMPORTA PERANTE A ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Já exposta a exemplificação dos três cálculos e a conjuntura econômica brasileira, é necessário relacioná-los. Em primeira análise, no Brasil é permitido que o Banco Central do Brasil compre títulos públicos do Tesouro Nacional em mercado primário, diferentemente dos Estados Unidos e União Europeia (Lavoie, 2013; Do Nascimento, 2020). Isso em termos teóricos leva a uma simplificação e um avanço enorme, pois a crítica pós-keynesiana a MMT, como mostrado anteriormente, admite que caso o BC possa comprar títulos públicos diretamente no mercado primário, então a lógica da MMT estará correta. Ou seja, mesmo que para a MMT isso já possa ser feito, ter um

consenso dentro da heterodoxia como um todo - que, em teoria, forma a maior parte do time do Ministério da Fazenda do Brasil - faz com que o debate avance a passos mais largos, tanto no sentido do entendimento da função dos tributos e da venda de títulos públicos, quanto na maior flexibilização no que diz respeito às políticas monetária e fiscal.

A crítica pós-keynesiana aponta que tal limite constitucional auto-imposto faz com que não possa haver a consolidação do BC e TN na “instituição” Estado, limitando-o no que diz respeito às articulações de política monetária e fiscal, como na União Europeia, onde as instituições fiscais e monetárias são completamente separadas, o que faz com que não haja uma moeda soberana e um grande desencorajamento do European Central Bank e dos bancos centrais nacionais de cada um dos membros na compra de títulos públicos em mercados primários (que já são proibidos) e secundários (Lavoie, 2013; Palley, 2015).

A importância da capacidade de compra do BCB em mercado primário reside na possibilidade de injetar liquidez diretamente no Sistema Financeiro Nacional, podendo proporcionar recursos adicionais ao TN, a fim de, por exemplo, financiar gastos emergenciais (como na pandemia) sem depender (pela ótica da crítica pós-keynesiana) da arrecadação tributária e da venda de títulos no mercado secundário. Além disso, a medida pode contribuir para conter o aumento de juros de longo prazo, que tende a subir em momentos de incerteza. Ao atuar na curva de juros de forma mais abrangente, o BCB poderia influenciar as condições de financiamento no longo prazo, reduzindo o custo do crédito e estimulando investimentos (De Paula e Ferreira, 2020).

É sabido que o governo precisa lidar com atores políticos heterogêneos, principalmente levando em consideração de que a direita/extrema-direita formam grande fatia do congresso nacional, isso sem contar com a “submissão” por parte da Economia aos interesses do mercado financeiro, que de modo geral tende a seguir a agenda mainstream. Entretanto, levando em consideração que hoje há um governo progressista em curso, e que este tenha um time composto por uma base teórica plural, é uma grande vantagem ter assuntos, como o tratado, consolidados teórica e metodologicamente nos agentes do Ministério da Fazenda, assim como nas demais pastas relacionadas ao tema.

Mais especificamente sobre o NAF e a reforma tributária, podem ser destacados alguns pontos. No que diz respeito ao NAF, um é central: a não necessidade de aumentar gastos de acordo com o crescimento de receitas tributárias. É claro que dentro do

paradigma heterodoxo há outras “n” críticas aos preceitos do NAF, principalmente no que diz respeito à importância do déficit público e o seguimento de uma agenda de “responsabilidade fiscal”. Entretanto, como dito acima, não só para o NAF, mas também para a reforma tributária, a necessidade de lidar com um congresso heterogêneo e com os interesses do mercado financeiro limitam, em muito, uma agenda menos ortodoxa. Saber que os gastos governamentais ocorrem primeiro e depois sim há o recebimento dos tributos, e que estes e a venda de títulos públicos não financiam o Estado, pois são destruidores da Base Monetária, faz com que se perca o sentido no aumento de gastos somente se houver o aumento das taxas de crescimento das receitas tributárias, isso pois a tributação não encontra relação direta com o gasto governamental, mas sim com outras finalidades, tais como: a redução de dinheiro na economia, indução de uso da moeda nacional, combate a desigualdade social e de renda etc. Assim como a venda de títulos, que também serve para diminuição do Papel-moeda em Circulação.

Em outras palavras, entender como um Estado soberano se financia faz com que a limitação dos gastos em relação à taxa de crescimento das receitas tributárias perca o sentido, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Evidente que tal entendimento não destrói as limitações impostas pelo preceito da responsabilidade fiscal, mas as diminui. O gasto público intensivo é essencial no que diz respeito ao investimento assertivo em industrialização, infraestrutura, tecnologia, pesquisa etc., vide a experiência já consolidada tanto dos países desenvolvidos (como Estados Unidos, Inglaterra, Japão), quanto dos que conseguiram superar a barreira do subdesenvolvimento na atualidade (como Coreia do Sul e China).

Agora, acerca das ponderações sobre a reforma tributária, dois pontos são cruciais: (i) a possibilidade de diminuição dos tributos indiretos; (ii) um olhar mais atento para o combate à desigualdade de renda na segunda fase da reforma.

Para o ponto (i), entender a dinâmica aqui apresentada é mais que essencial. Por mais que os efeitos da primeira fase da reforma ajudem na desconcentração de renda, estes ainda não são o suficiente (muitas vezes nem necessários), isso pois conforme o próprio Ministério da Fazenda (2023), a carga tributária total sobre o consumo ainda continua a mesma, ou seja, os tributos foram simplificados e deixaram de ser mais “complexos” ao adotar um padrão IVA internacional, entretanto, não deixam de ser regressivos, levando em consideração a sua própria natureza e o fato de que a carga final

não foi afetada. Não há benefícios no que diz respeito à tributação de produtos essenciais ao cotidiano da população de modo geral, assim como o próprio governo parece saber ao zerar a alíquota dos produtos da cesta básica. Ou seja, levando em consideração que estes tributos não são a base para o gasto governamental, há também margem para zerar (ou diminuir) a de outros produtos que o governo veja como essencial ao consumo cotidiano, diminuindo a carga tributária na população de modo geral e deixando de afetar, principalmente, aqueles com orçamento mais limitado.

Já para o ponto (ii), há um debate interessante já abordado por Deccache (2023). Conforme o autor, mesmo havendo a possibilidade de uma tributação progressiva de renda e patrimônio na segunda fase da reforma, ela está sendo formulada ainda com base nos princípios liberais, pois conforme os pressupostos do NAF, presume-se erroneamente que é necessário que haja um corte no gasto público e um equilíbrio de contas em conjunto com aumento dos tributos perante os mais ricos, para que assim possa haver uma sociedade menos desigual. A ideia de que primeiro tributa-se o mais rico e depois gasta-se com o mais pobre é uma concepção - mesmo que “disfarçada” - tradicional (Deccache, 2023). A necessidade de uma tributação progressiva de renda e patrimônio é essencial para a realidade brasileira, isso é um fato, tanto para a equipe do governo, quanto para a heterodoxia de maneira geral. Porém, enfatiza-se aqui que não há contrapartida a essas tributações, não há que se cortar gastos, é possível que se faça os dois de maneira concomitante. É evidente que há limitações internas e externas ao gasto público, entretanto, a tributação não é uma delas. Afirmar que é necessário antes tributar o rico e depois aumentar o gasto/diminuir o tributo dos mais pobres vai na contramão da própria lógica do balanço patrimonial do Banco Central. Este argumento não encontra amparo na realidade operacional dos gastos governamentais. O respaldo dos argumentos tidos como limitantes é exclusivamente político-ideológico.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou, através do arcabouço teórico da MMT e de exemplos práticos da rotina contábil do Banco Central do Brasil, explicar o funcionamento do financiamento do Estado brasileiro, diante da importância da compreensão do assunto frente ao atual cenário econômico de reconstrução do país. De primeira mão, foi feita uma revisão de literatura acerca do debate sobre o tema aqui tratado: Os tributos e a venda de

títulos públicos financiam o Estado? Em torno dessa questão, foi destacado que para o mainstream tal indagação já é um fato consolidado como verdadeiro, entretanto, nas correntes heterodoxas, ainda há um amplo debate sobre tal, muito marcado pela visão da MMT de que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado, por uma questão da lógica dos balanços patrimoniais dos bancos centrais. Diante disso, foi feita uma análise sobre o arcabouço teórico de tal perspectiva, seguida de uma demonstração prática e de uma investigação sobre a atual conjuntura político-econômica do Brasil, em destaque ao NAF e a reforma tributária.

Perante o exposto, foi possível chegar na hipótese colocada ao início. A elaboração de três cálculos contábeis rotineiros do BCB, a saber, a compra de títulos, o pagamento de tributos e o depósito de dinheiro arrecadado via venda de títulos, serviram como base para alcançar o objetivo aqui proposto: mostrar que os tributos e a venda de títulos públicos não financiam o Estado brasileiro, em consonância com a teoria da MMT. Tal resultado, além da análise de detalhes valiosos no caso do Brasil, em destaque ao fato da permissão de compra de títulos públicos pelo BCB no mercado primário, abre novos horizontes para o debate das políticas econômicas da nação, em especial para as duas ações governamentais aqui discutidas, o NAF e a reforma tributária.

A importância de entender a hipótese defendida em relação ao NAF e a reforma tributária, entra no pretexto de que a ruptura de saberes já consolidados abre caminho para um novo olhar em que essas políticas possam vir a ser modificadas em favor dos trabalhadores brasileiros. O debate sobre tal assunto é imprescindível, pois é através da discussão pública e científica que será possível avançar, para que, algum dia, tal questão já não seja mais um ponto de contestação na heterodoxia, mas sim um consenso. A junção de forças e a consonância dentro de tal linha de pensamento é fundamental para o avanço das pautas progressistas do atual governo, haja vista que pouco tempo atrás o país ainda estava sob liderança da extrema-direita. É necessário consolidar narrativas e visões teóricas o máximo possível, principalmente agora que a heterodoxia está tendo mais espaço de atuação política em cargos importantes no Ministério da Economia.

A partir do presente estudo, é possível e necessário que se amplie o debate para assuntos diretamente relacionados, sendo que o entendimento do proposto aqui tem o potencial de expandir a discussão sobre outros assuntos importantes dentro das políticas econômicas, como a crítica à busca imediata ao superávit primário pelo NAF. A junção

de diferentes artigos/autores para um debate mais amplo, como está sendo feito pela presente revista, desenvolve as potenciais aplicações dos estudos divulgados, o que, com sorte, pode ter algum impacto positivo na formulação do financiamento de projetos reais que combatam as desigualdades estruturais e as “limitações” monetárias e fiscais do país.

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. P. Z.; MEDINA, L.; SARTORI, R. Um passo necessário, mas insuficiente: sobre a primeira fase da reforma tributária no governo Lula. **Revista NECAT**, v. 12, n. 24, 2023.

BELL, S.; WRAY, L. R. Fiscal effects on reserves and the independence of the Fed. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 25, n. 2, p. 263-271, 2003.

CARVALHO, F. C. D. *et al.* **Economia monetária financeira: Teoria e política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DA SILVA, E. L.; GONÇALVES, E. C. (org.). **Função social dos tributos**. Brasília: ESAF, 2014.

DECCACHE, D. A agenda tributária brasileira à luz da nova institucionalidade fiscal: uma análise com base na Teoria Monetária Moderna. **Revista NECAT**, n. 24, 2023.

DE PAULA, L. F.; FERREIRA, M. C. A Crise do Coronavírus e a atuação do Banco Central. **Boletim FINDE**, v. 1, n. 1, 2020.

DO NASCIMENTO, L. M. **O relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil à luz do direito financeiro: conta única do Tesouro Nacional, carteira de títulos e resultados do Banco Central**. Tese de doutorado, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2020.

DO NASCIMENTO, L. M. O Tesouro Nacional como cliente bancário: Definição, justificativa e fundamentos jurídicos do regime de conta única. **Revista de Informação Legislativa**, v. 60, n. 237, p. 73-98, 2023.

LAVOIE, M. The Monetary and Fiscal Nexus of Neo-Chartalism: a friendly critique. **Journal of Economic Issues**, v. 47, n. 1, p. 1-32, 2013.

LAVOIE, M. Modern Money Theory and Post-keynesian economics. **Real-world economics review**, v. 89, 2019.

LAVOIE, M. **Post-Keynesian Economics: New Foundations**. Cheltenham: Edward Elgar Pub, 2022.

- LIMA NETO, M. C. de. Tributação e Cidadania *In*: PINTO, H. P. *et al* (org.). **Constituição, Direitos Fundamentais e Política: Estudos em Homenagem ao Professor José Joaquim Gomes Canotilho**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- MACHADO, H. de B. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2007.
- MATTEI, L. O novo arcabouço fiscal brasileiro em construção. **Revista NECAT**, v. 12, n. 23, 2023.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Reforma tributária: Para o Brasil crescer, ela precisa acontecer**. Brasília: Governo Federal, 2023. Acesso em: 24 de abr. de 2024.
- OREIRO, J. L. O arcabouço fiscal de Fernando Haddad: uma primeira avaliação. **Revista NECAT**, v. 12, n. 23, 2023.
- PALLEY, T. I. The critics of Modern Money Theory (MMT) are right. **Review of Political Economy**, v. 27, n. 1, p. 45-61, 2015.
- PALLEY, T. I. What's wrong with Modern Money Theory: macro and political economic restraints on deficit-financed fiscal policy. **Review of Keynesian Economics**, v. 8, n. 4, 2020.
- RANLETT, J.G. **Money and Banking**. New York: John Wiley & Sons, 1977.
- RESENDE, A. L. Consenso e contrassenso: déficit, dívida e previdência. **CEBRI Dossiê**, v. 18, n. 4, 2019.
- VAN LEAR, W. Implications arising from the theory on the treasury's bank reserve effects. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 25, p. 251-261, 2003.
- VERGNHANINI, R.; DE CONTI, B. Modern Money Theory: A criticism from the periphery. **Brazilian Keynesian Review**, v. 3, p. 16-31, 2017.
- VILELLA, C. Pontos e Contrapontos sobre a Teoria do Dinheiro Moderno no âmbito doméstico e internacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. v. 62, 2022.
- WRAY, L. R. **Modern Money Theory: a primer**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

NOTAS SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA CATARINENSE: EVIDÊNCIAS DAS ÚLTIMAS QUATRO DÉCADAS

Matheus Souza da Rosa¹

Resumo: Não é novidade que a economia brasileira percorre, há pelo menos três décadas, uma trajetória sustentada de desindustrialização. Regionalmente, a desindustrialização se manifestou de maneira diversa, com vigor especial nas regiões sudeste e sul, nas quais até então verificavam-se os maiores níveis de industrialização. Em Santa Catarina, a literatura especializada no tema corroborou o diagnóstico nacional e regional, indicando que a indústria de transformação perdeu espaço, desde a década de 1990, em termos de participação no produto interno bruto, no emprego e no saldo da balança comercial. Contudo, esses trabalhos enfrentaram consideráveis limitações metodológicas, em especial no que concernia ao tratamento das séries do grau de industrialização obtidas via Sistema de Contas Regionais do IBGE (SCR/IBGE), o que resultou, na maior parte das vezes, na comparação indevida de séries históricas separadas por uma falha estrutural. O presente trabalho busca, em primeiro lugar, apresentar uma série corrigida para o grau de industrialização da economia catarinense entre 1985 e 2020. Em segundo lugar, os novos dados são analisados com o objetivo duplo de: 1) visualizar se a trajetória catarinense acompanha a tendência nacional; e 2) indicar se as conclusões dos trabalhos anteriores sobre a desindustrialização da economia de Santa Catarina podem ser corroboradas a partir das novas séries históricas. Para além do grau de industrialização, também são analisadas as evidências da balança comercial da manufatura entre 1997 e 2020. Como conclusão, indica-se que economia catarinense desindustrializou-se *pari passu* à economia nacional, ainda que em ritmo inferior, sendo essa desindustrialização marcada por uma redução na participação da indústria de transformação no PIB estadual e pela reprimarização da pauta exportadora. Além disso, as conclusões gerais dos trabalhos anteriores sobre a retração relativa da indústria são corroboradas, mas a magnitude desse fenômeno é revista como consequência do ajuste metodológico aplicado na formação das novas séries históricas.

Palavras-chave: economia catarinense, desindustrialização, economia industrial.

NOTES ON THE DEINDUSTRIALIZATION OF SANTA CATARINA'S INDUSTRY: EVIDENCE ON THE FOUR LAST DECADES

Abstract: It is no surprise that the Brazilian economy has been on a sustained path of deindustrialization for at least three decades. Regionally, deindustrialization has manifested differently, with particular intensity in the southeastern and southern regions, which previously exhibited the highest levels of industrialization. In Santa Catarina, specialized literature on the subject has corroborated the national and regional diagnosis, indicating that the manufacturing industry has lost ground since the 1990s in terms of its share in gross domestic product (GDP), employment, and trade balance. However, these studies faced considerable methodological limitations, especially concerning the treatment of industrialization degree series obtained via the Regional Accounts System of the IBGE (SCR/IBGE), often resulting in the inappropriate comparison of historical

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC (PPGEco/UFSC). Email: matheusrosa.lit@gmail.com.

series separated by a structural break. This study aims, firstly, to present a corrected series for the industrialization degree of the Santa Catarina economy from 1985 to 2020. Secondly, the new data are analyzed with the dual objective of: 1) assessing whether Santa Catarina's trajectory follows the national trend; and 2) determining whether the conclusions of previous studies on the deindustrialization of Santa Catarina's economy can be corroborated with the new historical series. Beyond the industrialization degree, evidence from the manufacturing trade balance between 1997 and 2020 is also analyzed. In conclusion, it is indicated that the Santa Catarina economy deindustrialized in parallel with the national economy, albeit at a slower pace, characterized by a reduction in the manufacturing industry's share of the state's GDP and the reprimarization of the export profile. Furthermore, the general conclusions of previous studies on the relative decline of the industry are corroborated, but the magnitude of this phenomenon is revised because of the methodological adjustment applied in the formation of the new historical series.

Keywords: Santa Catarina's economy, deindustrialization, industrial economics.

INTRODUÇÃO

Uma das tendências mais notáveis da economia brasileira nas últimas três décadas é o movimento combinado de desindustrialização e reprimarização da estrutura produtiva. Houve um debate acalorado sobre os condicionantes dessa tendência, sobre o seu efetivo início e sobre as suas consequências para o desempenho da atividade econômica do Brasil no curto e no longo prazo, porém sua vigência passou praticamente ao largo de qualquer contestação. Nos últimos anos, especialmente, essa temática retornou à centralidade do debate acadêmico em economia por conta de novas variáveis que aceleraram o processo de perda da importância relativa do setor industrial no Brasil, notadamente a consolidação da hegemonia da China na manufatura global, fazendo inclusive com que a discussão transitasse para a esfera política como uma prioridade manifesta da agenda do Governo Federal, em especial a partir de 2023, com o terceiro mandato de Lula da Silva².

A manifestação da desindustrialização brasileira não foi, contudo, homogênea ao longo do território nacional. Conforme documenta uma já ampla bibliografia, a desindustrialização obteve manifestações distintas entre regiões e unidades da federação,

² São três os marcos que indicam o combate à desindustrialização como um horizonte estratégico dessa gestão. Primeiro, o discurso de posse de Geraldo Alckmin como Ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), proferido ainda em janeiro, no qual o combate à desindustrialização é elencado como prioridade máxima da nova gestão ministerial (Alckmin, 2023). Na sequência, houve também a publicação, em maio de 2023, da carta compromisso “Neoindustrialização para o Brasil que queremos”, assinada por Lula da Silva e por Geraldo Alckmin, respectivamente presidente e vice-presidente da República (Lula da Silva; Alckmin, 2023). Terceiro, a publicação do Nova Indústria Brasil, em 2024.

especialmente por conta dos diferentes padrões de especialização setorial, seja em nível de absorção tecnológica, de intensidade de mão de obra, de ligações intersetoriais, ou de quaisquer outros fatores relacionados à inserção geográfica da indústria e à sua conexão com os demais setores. Nesse sentido, Botelho, Sousa e Avellar (2016) verificaram que a desindustrialização brasileira foi especialmente potente nas regiões sudeste, sul e nordeste, justamente onde se registravam os maiores indicadores para o grau de industrialização. Estudos variados também apontaram as particularidades estaduais³.

O caso catarinense destacou-se por acompanhar a tendência do agregado nacional, ou seja, os indicadores apontaram para uma tendência combinada de desindustrialização com reprimarização da estrutura produtiva. Cario e Fernandes (2010) e Cavalieri, Cario e Fernandes (2013), nesse sentido, expuseram os indicadores do grau de industrialização (relação entre o valor adicionado pela indústria da transformação e o valor agregado, daqui em diante VAM/VA), do número de estabelecimentos industriais, do valor bruto da produção industrial (VBPI), do valor da transformação industrial (VTI) e do adensamento industrial para concluir pelo diagnóstico de uma tendência de “desindustrialização relativa” vigente desde a década de 1990. Cario et al. (2013), por sua vez, somaram à análise o estudo dos indicadores do setor externo, além de terem elencado uma série de possíveis causas para a desindustrialização em Santa Catarina, a partir de pesquisa de opinião direcionada aos empresários industriais catarinenses⁴.

Revisitando a discussão e atualizando os indicadores, Rosa (2023) apresentou evidências da relação VAM/VA entre 1985 e 2020, da relação VBPI/VTI entre 1996 e 2020, da evolução do emprego industrial entre 1985 e 2020 e da dinâmica da balança comercial da indústria de transformação entre 1997 e 2020. Como conclusão, foram corroborados os resultados dos trabalhos anteriores e verificou-se que a tendência de desindustrialização intensificou-se na década de 2010, especialmente pela perspectiva do produto e do setor externo, ainda que as perdas catarinenses tenham sido menores do que o verificado nacionalmente no mesmo período.

³ Para um levantamento bibliográfico dos estudos que abordaram as manifestações estaduais da desindustrialização, pode-se consultar Souza e Veríssimo (2019).

⁴ Além dos trabalhos citados, também apontaram para a vigência da desindustrialização da economia de Santa Catarina, ainda que com uma metodologia levemente distinta, os trabalhos de Lins e Mattei (2010), Teixeira e Rodolfo (2012) e Rosa e Mattei (2022).

Assim, os estudos recentes que se debruçaram sobre a desindustrialização em Santa Catarina foram unânimes no que diz respeito à vigência do fenômeno, ainda que com algumas diferenças entre si no que diz respeito à metodologia adotada e à identificação das causas motivadoras da retração relativa da indústria de transformação. Nessa linha, consta como objetivo desse trabalho realizar uma breve síntese da bibliografia que abordou a desindustrialização de Santa Catarina e apresentar os indicadores usuais da literatura desse campo para o período das últimas quatro décadas, com foco na observância do grau de industrialização e da dinâmica da balança comercial da manufatura.

Para tanto, o estudo está estruturado em quatro capítulos. No Capítulo 1, apresentam-se as origens do conceito de desindustrialização, remontando o debate entre a visão ortodoxa e a visão de Cambridge sobre a perda relativa de espaço da manufatura na economia britânica dos anos 1970. Além disso, há um breve destaque para a evolução do conceito de desindustrialização até o seu atual formato “ampliado”, consagrado após o trabalho de Tregenna (2008). No Capítulo 2, há uma síntese das três principais correntes interpretativas da desindustrialização no caso brasileiro (ortodoxa, novo-desenvolvimentista e neoschumpeteriana). Além disso, na segunda seção, apresenta-se um resumo dos estudos que abordaram o caso catarinense, com breve recurso à literatura sobre a formação econômica de Santa Catarina. No Capítulo 3, são expostos e analisados os indicadores do grau de industrialização da economia de Santa Catarina e da evolução da balança comercial da indústria de transformação. No Capítulo 4, por fim, constam as considerações finais.

1. AS ORIGENS DO CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A discussão sobre a desindustrialização como um fenômeno econômico digno de análise surgiu nos anos 1970 como tentativa de interpretação da trajetória retrativa da indústria de transformação britânica nas décadas de 1960 e 1970. Conjunturalmente, essa retração se deu no contexto de esgotamento das políticas de bem-estar social implementadas no pós-Segunda Guerra Mundial e de ascensão do monetarismo como novo consenso macroeconômico, o qual motivou uma considerável reestruturação da estrutura institucional e financeira dos países nos quais se instalou, além de ter dado

prioridade ao combate da inflação em detrimento da manutenção do crescimento econômico (Palma, 2005).

Para a indústria britânica, essa reestruturação significou um considerável encolhimento na participação da manufatura no emprego agregado. Em 1955, a parcela do emprego alocado na indústria de transformação dizia respeito a 36,1% do emprego total, o máximo da série histórica. Pouco menos de três décadas depois, em 1981, esse mesmo indicador apontava para a participação relativa do emprego manufatureiro em 26,4%. Do ponto de vista da produção houve um movimento no mesmo sentido: em preços constantes, o valor adicionado pela manufatura do Reino Unido em 1983 era 18% inferior ao que fora uma década antes (Singh, 1987).

Em parte, essa reestruturação produtiva era bem situada no arcabouço conceitual de algumas das teorias sobre a trajetória do desenvolvimento econômico, especialmente naquelas que trabalhavam com a hipótese dos três setores⁵. Ainda assim, houve um esforço interpretativo no sentido de apreender as particularidades do evento que se apresentava no Reino Unido, especialmente com o objetivo de compreender as suas causas e suas consequências para a economia no curto e no longo prazo. Despontaram duas correntes interpretativas, uma que buscou naturalizar o processo de desindustrialização e visualizá-lo como essencialmente positivo, pois seria manifestação do elevado grau de desenvolvimento alcançado pela economia britânica; e outra que tratou a desindustrialização como efeito de uma série de externalidades indesejadas, de modo que o fenômeno não seria natural e, menos ainda, positivo.

Os trabalhos de Rowthorn e Wells (1987) e Rowthorn e Ramaswamy (1998), em especial, apresentaram alguns dos principais argumentos ortodoxos, os quais se enquadraram na primeira das duas correntes interpretativas citadas. Em Rowthorn e Wells (1987) consta uma primeira definição da desindustrialização, tratando-a como uma redução sustentada da participação da manufatura no emprego agregado. Em Rowthorn e Ramaswamy (1998), por sua vez, apresenta-se um estudo dedicado à identificação dos fatores causadores da desindustrialização no Reino Unido, com especial atenção à

⁵ Destacam-se as análises de Kuznets (1983), Clark (1940) e Fuchs (1980). Nesses autores há uma abordagem faseológica do desenvolvimento econômico, onde parte-se de uma estrutura produtiva concentrada no setor primário nos estágios iniciais de desenvolvimento, passa-se por uma fase transitória de industrialização para, por fim, alcançar os patamares mais elevados de desenvolvimento com uma transição para a hegemonia do setor de serviços em termos de participação no emprego e no produto.

verificação de se esses fatores seriam próprios da dinâmica econômica interna ou consequências da integração da economia britânica no mercado mundial⁶.

O modelo estimado pelos autores identificou fatores internos como fortemente correlacionados com a desindustrialização britânica, mas descartou os fatores externos que foram avaliados. Em primeiro lugar, a desindustrialização seria consequência do incremento da produtividade na indústria de transformação, o qual teria como principal consequência um efeito poupador de trabalho (*labour-saving*), deflagrando um deslocamento de mão de obra em direção ao setor de serviços. Com correlação menor, mas ainda significativa, identificou-se que a evolução da renda per capita teria ocasionado uma modificação na estrutura de demanda da economia, favorecendo a alocação de recursos no setor de serviços⁷. A desindustrialização da economia britânica seria, assim, explicada “principalmente por fatores internos às economias avançadas”, como resultado de “interações dos diferentes padrões de preferência entre a manufatura e os serviços” (Rowthorn; Ramaswamy, 1998, p.22, tradução nossa).

Em oposição, os autores que configuraram a “visão de Cambridge” sobre a desindustrialização deram enfoque às externalidades advindas do setor externo⁸. Um trabalho seminal para essa perspectiva foi o de Singh (1977), o qual apontou três canais pelos quais distúrbios oriundos no mercado mundial afetariam a indústria de transformação: 1) via o nível de demanda agregada, dado que um posicionamento comercial desfavorável significaria estrangulamento da capacidade do governo em sustentar a demanda efetiva através dos gastos públicos, o que em determinadas situações poderia se converter em desaceleração do crescimento econômico; 2) via

⁶ Conforme expuseram os autores: “Os principais tópicos do debate concernente à desindustrialização são se o declínio secular da parcela do emprego industrial deve ser visto com preocupação e em que medida esse declínio é causado por fatores internos às economias avançadas, ou por fatores externos oriundos da conexão econômica com os países em desenvolvimento.” (Rowthorn; Ramaswamy, 1998, p. 8, tradução nossa).

⁷ O isolamento desses dois fatores deixa claro que a análise de Rowthorn e Ramaswamy (1998) está alinhada com uma leitura positiva da desindustrialização, uma vez que tanto a elevação da produtividade na manufatura como a elevação da renda per capita são fenômenos próprios do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a análise dos autores se aproxima da leitura de Kuznets (1983), Clark (1940), Fuchs (1980) e dos demais autores que trataram o desenvolvimento como uma sucessão de estágios bem definidos.

⁸ De acordo com Singh (1977, p. 114, tradução nossa): “De fato, um importante propósito deste artigo é argumentar que, numa economia aberta, a questão sobre se a desindustrialização pode ser culpada por um “desajuste estrutural” não pode ser adequadamente considerada nos termos isolados de uma economia doméstica. Tal questão tem um significado sensível apenas no contexto das interações da economia com o resto do mundo, isso é, nos termos de sua posição comercial e de pagamentos na economia mundial.”

condicionamento da estrutura de demanda, uma vez que a competição internacional poderia ter como consequência uma especialização produtiva nociva aos parques industriais nacionais, fazendo com que a demanda fosse direcionada para indústrias situadas no exterior; e 3) via canalização do investimento, pois no caso de especialização nociva os investimentos seriam direcionados aos parques industriais capazes de auferir maiores lucros, notadamente aqueles com capacidade de produzir com menor custo de mão de obra.

Para Singh (1977), portanto, a desindustrialização poderia ser deflagrada como consequência da interação da economia nacional com o restante do mundo, de modo que não seria unicamente consequência natural do desenvolvimento. Esse argumento obteve considerável influência na literatura especializada em mudança estrutural e desenvolvimento econômico, uma vez que sua extrapolação permitiu visualizar a desindustrialização como um fenômeno indesejado que poderia se abater inclusive em países subdesenvolvidos e que enfrentem desajustes no balanço de pagamentos. A leitura mais recente de Palma (2005) sobre a desindustrialização nos países subdesenvolvidos como resultado da “doença holandesa” é em grande parte tributária das análises de Singh (1977; 1979; 1987) e dos demais autores que configuraram a visão de Cambridge nas últimas décadas do século XX.

O conceito de desindustrialização ganhou, ainda, uma nova interpretação a partir da contribuição de Tregenna (2008). Para a autora, seria um equívoco considerar a desindustrialização como um fenômeno representado unicamente pela participação da manufatura no emprego agregado, conforme fora feito pela maioria dos autores desde Rowthorn e Wells (1987). Antes, a observação do comportamento da participação do valor adicionado pela indústria de transformação no PIB (o grau de industrialização) seria um indicador ainda mais relevante, uma vez que seria através da dimensão do produto que os efeitos “growth-pulling” da manufatura se manifestariam. Em sustentação ao seu argumento, a autora mostrou que em determinadas configurações a redução continuada do emprego industrial poderia ocorrer sem que fossem catalisados os efeitos negativos geralmente associados à desindustrialização, sendo estes presentes somente quando ocorresse uma simultânea redução sustentada do produto industrial⁹.

⁹ Como exemplo, a autora comparou a trajetória da Coreia do Sul e do Reino Unido entre 1980 e 2003. No país asiático houve redução do emprego manufatureiro, de 27,8% para 14,9% nesse período, ao passo que no Reino Unido registrou-se perda de 27,7% para 14,9%. Em termos de produto, contudo, apenas no Reino

Assim, a literatura internacional sobre desindustrialização partiu da tentativa de interpretação do fenômeno britânico mas, especialmente a partir da entrada no século XXI, generalizou-se como esforço de apreensão dos processos de mudança estrutural que ocorreram em várias partes do globo. O debate sobre as causas seguiu em aberto, mas o estado atual da discussão parece indicar que tanto os fatores internos apontados pela leitura ortodoxa como os desequilíbrios propagados via balanço de pagamentos que foram o foco da visão de Cambridge são fatores causadores em potencial para a desindustrialização. Nos países subdesenvolvidos, especialmente, há evidências de que ambas as dimensões poderiam atuar em concerto, potencializando o fenômeno, conforme mostrou Palma (2005) e parte da literatura brasileira que será referenciada em seguida.

2. DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O CASO CATARINENSE

Conforme explicitado por Hiratuka e Sarti (2017), o debate sobre a desindustrialização da economia brasileira se dividiu em três vertentes. Em um primeiro momento, interpretações novo-desenvolvimentistas trataram a retração relativa da indústria de transformação no Brasil como uma consequência das reformas estruturais da década de 1990 e da chamada doença holandesa. Em oposição a esse primeiro esforço, os argumentos ortodoxos deram ênfase à insuficiência da poupança privada e à estagnação da produtividade como fatores causadores da desindustrialização no pós-1990, além de terem questionado a magnitude da desindustrialização através de observações sobre a confiabilidade das séries do Sistema de Contas Nacionais (SCN-IBGE). Em paralelo, estudos de origem neoschumpeteriana buscaram observar a desindustrialização a partir de uma perspectiva meso e microeconômica, com o objetivo compreender as especificidades setoriais da retração da manufatura, além de apontar para as transformações na estrutura produtiva global no século XXI como os potenciais inibidores da atividade industrial nos países subdesenvolvidos.

Na vertente novo-desenvolvimentista, ganharam destaque os trabalhos de Bresser-Pereira e Marconi (2008), Oreiro e Feijó (2010) e Bresser-Pereira (2012), entre

Unido houve um movimento negativo, com perda média do grau de industrialização em 1,2% ao ano, enquanto na Coreia do Sul o mesmo indicador registrou ganho anual de 1,4%. Essa diferença explicaria o motivo da indústria coreana ter ganhado relevância mundial no período, enquanto a indústria britânica perdeu considerável espaço, justificando apenas esse último caso como, de fato, de desindustrialização.

outros. No primeiro desses trabalhos, Bresser-Pereira e Marconi (2008) conceituaram e deram destaque ao conceito de doença holandesa¹⁰. Para os autores, esse fenômeno seria consequência de uma “grave falha de mercado”, cuja consequência seria a coexistência de duas taxas de câmbio de equilíbrio, uma representando o equilíbrio de mercado para a conta corrente do balanço de pagamentos, e outra marcando o equilíbrio na balança comercial dos bens industriais comercializáveis (Bresser-Pereira; Marconi, 2008, p.8-9). A primeira dessas taxas de câmbio seria, no Brasil desde as reformas da década de 1990, estruturalmente apreciada em relação a segunda, de modo que a indústria de transformação se encontraria numa posição crônica de desfavorecimento comercial, o que seria o principal vetor da desindustrialização¹¹. Para os autores, o aparato institucional brasileiro possuía um certo arcabouço capaz de neutralizar os efeitos nocivos da doença holandesa até a década de 1990, como controles tarifários, alfandegários, cambiais etc. Com as reformas introduzidas pelos governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), contudo, a capacidade desses instrumentos para neutralizar os efeitos nocivos da doença holandesa teria sido drasticamente reduzida, de modo que pôde se formar um ambiente macroeconômico catalisador de uma mudança estrutural que privilegiou o setor primário em detrimento da indústria.

Como consequência desses fatores, argumentam Oreiro e Feijó (2010), houve a desindustrialização da economia brasileira, apreendida como manifestação da redução combinada da participação relativa da indústria de transformação no produto e emprego agregados. Recuperando dados de Almeida (2006), os autores mostraram que do ponto de vista do emprego, houve redução de 3,1 p.p. entre 1980 e 1995 (de 15,5% para 12,4%) na parcela da população ocupada alocada na manufatura. Pela perspectiva do produto, a

¹⁰ Conforme consta em Palma (2005), a doença holandesa poderia se manifestar em países possuidores de ampla oferta de recursos naturais. Nesses países, poderia se configurar um quadro de sustentação do saldo comercial a partir de superávits expressivos na balança comercial de bens primários, sem necessidade de sustentar um saldo comercial positivo nos produtos industriais transacionáveis. A partir desse fenômeno, haveria uma atração de recursos ao setor primário capaz de gerar superávits comerciais, de modo que a indústria de transformação

¹¹ Conforme os autores: “A taxa de câmbio de equilíbrio corrente é estabelecida pelo mercado com base no custo marginal da(s) mercadoria(s) que dão origem à doença holandesa porque a essa taxa seus produtores estarão realizando o retorno necessário para investirem. Porém, essa taxa de câmbio inviabiliza a competitividade dos setores que não usufruem das mesmas rendas ricardianas, que são os que produzem bens comercializáveis que incorporam tecnologia no estado da arte. Esses setores necessitam de uma taxa de câmbio que Bresser-Pereira chama de “equilíbrio industrial”. A taxa de câmbio de equilíbrio corrente, entretanto, é mais apreciada que a necessária para os demais bens comercializáveis utilizando tecnologia no estado da arte serem rentáveis e, portanto, viáveis economicamente.” (Bresser-Pereira; Marconi, 2008, p. 9).

perda foi ainda mais significativa, registrando variação de 12,2 p.p. entre 1980 e 1998 (de 31,3% para 19,1%) na relação VAM/VA. No caso brasileiro, essas evidências ganharam em dramaticidade, de acordo com os autores, porque se manifestaram num patamar de renda per capita relativamente reduzido, bastante abaixo dos países desenvolvidos que eventualmente enfrentaram trajetórias de desindustrialização, significando uma efetiva interrupção do processo de desenvolvimento. Por isso, ganhou destaque o diagnóstico novo-desenvolvimentista de que a desindustrialização brasileira seria prematura.

No que concerne aos argumentos ortodoxos, destacaram-se em especial os estudos de Bonelli, Pessoa e Matos (2013) e Bacha (2013), cujo esforço compôs a publicação do livro *O futuro da indústria no Brasil*, organizado por Bacha e de Bolle (2013).

Em Bonelli, Pessoa e Matos (2013) há, de início, um esforço por compatibilizar as diferentes metodologias do SCN-IBGE, permitindo a formação de uma série temporal mais ampla e sem falhas estruturais para o grau de industrialização da economia brasileira. Considerando essa série ajustada, os autores argumentaram que a desindustrialização brasileira começou, na verdade, na década de 1970, e não ao final dos anos 1980, como argumentaram os novo-desenvolvimentistas. Esse argumento obteve relevância pois impôs a localização de fatores causadores distintos daqueles apontados pelos novo-desenvolvimentistas, uma vez que na década de 1970 ainda não estavam vigentes as reformas estruturais que, em tese, teriam deixado a indústria de transformação nacional em posição de fragilidade. Além disso, os autores apresentaram uma análise de regressão, a partir de uma amostra composta por 170 países entre 1970 e 2010, que buscou isolar as causas da desindustrialização mais presentes entre os diferentes países da amostra e a trajetória geral de industrialização/desindustrialização desses países no período de análise.

Como resultado, mostraram que a desindustrialização brasileira não foi um ponto fora da curva, tendo na verdade ocorrido numa conjuntura de desindustrialização da maior parte da economia mundial, a qual apareceu com especial vigor nas economias da Europa Central, da OCDE e da América Latina. Do ponto de vista agregado, argumentaram que o grau de industrialização da economia global reduziu-se de 25% em 1970 para 16% em 2010, sendo que apenas na Ásia houve um movimento consolidado de industrialização nesse período (puxado em grande medida pela economia chinesa). O

caso brasileiro, para esses autores, seria antes o de uma certa “doença soviética”, caracterizada por um grau de industrialização acima do “natural” para o patamar de renda per capita, distorção que teria sido corrigida durante as décadas de 1980 e 1990, após o fim da industrialização por substituição de importações (ISI).

Bacha (2013), por sua vez, tentou isolar a conjuntura da economia brasileira nos anos 2010 como um fator relevante para o declínio relativo da indústria. Para tanto, o autor argumentou que o boom das commodities e o aumento na entrada de capitais estrangeiros, o que ocorreu entre 2005 e 2011, resultaram no crescimento do gasto doméstico acima do ritmo de crescimento do PIB, o que teve como consequência uma maior demanda por importações de bens comerciáveis e um deslocamento da demanda interna em direção ao setor de serviços. O resultado dessa dupla pressão dos gastos domésticos seria a canalização dos recursos para o setor terciário, o qual teria absorvido parcela importante de mão de obra durante o período e, passo seguinte, aumentado sua participação no PIB. Assim como em Bonelli, Pessoa e Matos (2013), para Bacha (2013) a desindustrialização da economia brasileira não seria um fator negativo decorrente de políticas econômicas equivocadas, mas sim um fator de “ajuste” inevitável diante de uma conjuntura estabelecida.

De um modo geral, nota-se que as contribuições dos autores ortodoxos apontaram para uma certa naturalização do processo de desindustrialização da economia brasileira. Isso porque a verificada tendência de queda no grau de industrialização seria, por um lado, homogênea ao redor do globo e, por outro lado, consequência de fatores conjunturais associados ao melhor desempenho da economia nacional. É de se destacar, contudo, que o argumento da desindustrialização prematura e de seus efeitos negativos sobre a trajetória de desenvolvimento não obteve resposta adequada por parte dos autores filiados à ortodoxia. A comparação entre países realizada por Bonelli, Pessoa e Matos (2013), por exemplo, apontou apenas para a simultaneidade temporal da desindustrialização, mas não considerou as diferenças entre os níveis de renda per capita, de modo que passou ao largo de isolar as consequências distintas da desindustrialização nos países de renda alta (como no caso dos países da OCDE que são utilizados como referência) e de renda baixa (destacadamente América Latina e Europa Central). Nesse sentido, as contribuições ortodoxas em algum nível subvalorizaram as especificidades do

fenômeno no Brasil, especialmente em relação ao diagnóstico de interrupção da trajetória esperada de desenvolvimento e de mudança estrutural.

Diferenciando-se dos autores novo-desenvolvimentistas e ortodoxos, Hiratuka e Sarti (2017) apresentam uma terceira via de interpretação da desindustrialização brasileira, cujo referencial principal é a tradição neoschumpeteriana. De acordo com os autores, essa vertente teria apontamentos importantes ao fazer porque seria menos agregativa, e, portanto, capaz de destacar fatores concernentes às dimensões microeconômicas que são específicas ao setor industrial. Seriam análises integrantes dessa vertente as que constam em IEDI (2007), Nassif (2008), Nassif et al. (2012), Squef (2012) e Morceiro (2012). Publicações posteriores ao artigo de Hiratuka e Sarti (2017), como Morceiro (2018; 2021) e Nassif e Morceiro (2021) poderiam também ser citadas como filiadas à mesma tradição.

Dentre esses, o trabalho de Nassif (2008) pode ser apontado como o que exerceu maior influência sobre a literatura posterior. Aqui, houve uma análise da mudança estrutural da economia brasileira entre 1991 e 2005 a partir da evolução da produtividade do trabalho e dos diferentes níveis tecnológicos constituintes da manufatura. Nassif (2008) identificou, em primeiro lugar, uma tendência de redução da produtividade do trabalho consolidada desde o início da década de 1990, a qual foi motivada principalmente pela redução dos níveis de formação bruta de capital fixo. Amparado nos dados de Bonelli (2005), o autor apontou a década de 1980 como início da redução do grau de industrialização do Brasil, portanto em período anterior à abertura comercial, e isolou a redução da produtividade do trabalho como o principal vetor desse fenômeno.

No que concerne ao argumento de Hiratuka e Sarti (2017), surge com relevância o destaque dado à dimensão externa no condicionamento da desindustrialização no Brasil, especialmente a partir do início do século XXI. De acordo com esses autores, seria condição necessária para a consideração do fenômeno da desindustrialização “explicitar que a forma como o desenvolvimento industrial e tecnológico se projeta na economia global não é uniforme”, o que implicaria na existência de assimetrias e especificidades relevantes, especialmente em se tratando dos países subdesenvolvidos. Foram destacados quatro processos externos de consideração fundamental: 1) a nova estratégia de organização das empresas transacionais; 2) o surgimento da China como grande fornecedora de produtos manufaturados baratos; 3) o monopólio do domínio tecnológico

por parte das grandes empresas transnacionais; e 4) as políticas ativas de proteção à atividade industrial implementadas por vários dos países desenvolvidos.

A combinação desses quatro processos redundaria numa crescente dificuldade dos países em desenvolvimento em geral, e do Brasil em particular, para se manterem competitivos no mercado global. A desindustrialização da economia brasileira poderia ser entendida corretamente apenas a partir desse pano de fundo. Ou seja:

Coloca-se, portanto, a dificuldade de enfrentar uma competição em custo bastante acirrada, liderada pela produção chinesa, mas que envolve outros produtores asiáticos, que combinam custos de mão de obra, escala, câmbio, e incentivos governamentais bastante potentes. De outro lado, a competição é reforçada pelas empresas líderes dos oligopólios globais que lançam mão de seu escopo mundial para reforçar ativos, em especial os intangíveis, como marcas, canais de comercialização e capacitações tecnológicas, capazes de comandar cadeias de valores globais, com maior flexibilidade em seu comprometimento de recursos. (Hiratuka; Sarti, 2017, p. 204-205)

No geral, observa-se que os diferentes participantes do debate sobre a desindustrialização no Brasil apresentaram contribuições que parecem explicar facetas distintas do fenômeno. Em alguma medida, pode-se entender que alguns dos argumentos são complementares, ainda que originados em vertentes teóricas distintas. O argumento novo-desenvolvimentista da desindustrialização prematura como catalisada na década de 1990 por conta das políticas de liberalização comercial e financeira e de sobreapreciação cambial parece ser uma chave explicativa convincente sobre as origens desse fenômeno no caso brasileiro, especialmente no que concerne à redução do grau de industrialização no momento pré-crise de 2008¹². No pós-crise, contudo, parecem indispensáveis as considerações de Hiratuka e Sarti (2017) sobre o novo formato da competição industrial mundial, a qual impõe um novo cenário para os países que se encontram em rota de desindustrialização.

2.1. O CASO CATARINENSE

A indústria de Santa Catarina acompanhou, em grande medida, a trajetória geral da indústria brasileira no que concerne aos movimentos de industrialização e de desindustrialização. Se de início, durante o período colonial e imperial, a indústria

¹² Além estar alinhada à literatura internacional especializada na discussão sobre desindustrialização, vide Palma (2005), o argumento novo-desenvolvimentista sobre o início da redução do grau de industrialização encontra respaldo nas novas evidências apresentadas por Morceiro (2018; 2021), as quais resolveram imprecisões metodológicas que até então nublavam o debate sobre a desindustrialização no Brasil.

catarinense era primariamente dedicada às atividades produtoras de bens de subsistência, como farinha, aguardente, madeira etc., com o início do período republicano houve um movimento em direção à consolidação da indústria manufatureira básica, em especial nos setores têxteis, alimentares e extrativistas, os quais seguiram ganhando espaço até pelo menos a metade do Século XX. No bojo do esforço implementado pelo Plano de Metas e pelos primeiros passos da tentativa de industrialização por substituição de importações, a indústria de Santa Catarina diversificou-se e consolidou as atividades cerâmicas, metalmeccânicas e de papel e celulose, as quais não superaram a hegemonia dos setores que se estabeleceram na primeira metade do século, mas ainda assim guardaram considerável relevância econômica¹³.

A interrupção da fase ascendente da indústria catarinense se deu entre as décadas de 1980 e 1990, quando as reformas de liberalização comercial e financeira expuseram a fragilidade da indústria nacional e deflagraram o processo de desindustrialização. No que concerne à particularidade desse fenômeno em Santa Catarina, Goularti (2010) destacou que os primeiros e mais potentes impactos foram sentidos nos setores têxteis e cerâmicos, os quais entraram em rota de desestruturação como consequência de mudanças tarifárias que afetaram a competitividade de seus produtos no mercado nacional. O mesmo autor ainda apontou para a concentração da indústria alimentícia do interior do estado, o que teve como consequência a formação de um ocioso de mão de obra que se deslocou para o litoral em busca de empregos no setor de serviços. Lins e Mattei (2010), adicionalmente, mostraram que a indústria carvoeira foi afetada pela abertura do mercado nacional ao carvão estrangeiro, o qual era mais barato e eficiente, retraindo em nível de produção e de emprego desde então.

Cario e Fernandes (2010), Cario et al. (2013) e Cario e Fernandes (2013), por sua vez, abordaram essa conjuntura a partir do quadro conceitual característico da discussão sobre desindustrialização. Para esses autores, as reformas da década de 1990 tiveram como consequência um processo de “desindustrialização relativa” da economia catarinense, o qual se manifestou em especial a partir da redução da relação VAM/VA, da reprimarização da pauta exportadora e da redução do número de estabelecimentos industriais.

¹³ Não faz parte dos objetivos desse breve artigo realizar uma síntese sobre a evolução industrial de Santa Catarina. Para tanto, pode-se consultar Goularti (2010). Para leituras mais completas sobre esse mesmo tópico, é possível conferir CEAG (1980), Cunha (1982) e Goularti (2016).

Cario et al. (2013) compilaram evidências para a composição setorial do PIB catarinense entre 1996 e 2009, e mostraram que houve redução na participação da indústria de transformação nesse período na ordem de 3,8 p.p. (em 1996, a manufatura representava 26,1% do PIB de Santa Catarina, em 2009 esse mesmo indicador era de 22,3%). Em contraposição, ganharam espaço as atividades dos serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e do comércio. Do ponto de vista do emprego formal, os autores destacaram que em 1999 o emprego industrial representava cerca de 33,0% do emprego total em Santa Catarina, ao passo que em 2011 a proporção era de 29,2%. Por fim, os autores indicaram que houve perda relativa na maior parte dos setores industriais no que diz respeito ao crescimento do valor das exportações, sendo os dados nacionais utilizados como referência. Cario e Fernandes (2010, 2013), por sua vez, registraram evidências bastante similares.

Em linhas gerais, esses trabalhos apontaram que nos primeiros anos do século XXI a economia de Santa Catarina não passou ilesa ao processo de desindustrialização que se abateu sobre a economia nacional. Do ponto de vista empírico, contudo, as análises guardaram imprecisões especialmente nos dados relativos à participação da indústria de transformação no PIB, uma vez que as mudanças metodológicas entre os distintos sistemas de contas regionais foram ignoradas. Na seção seguinte, parte dos indicadores utilizados para observar a desindustrialização da economia de Santa Catarina são reconstruídos, com o intuito de abranger o período entre 1985 e 2020 e apresentar um marco temporal mais adequado à comparação dos anos pré e pós reestruturação produtiva. Além disso, os dados da participação da indústria de transformação no valor adicionado serão ajustados, evitando-se comparações equivocadas entre metodologias distintas. Espera-se com a conjugação e análise desses indicadores apresentar uma leitura atualizada sobre a desindustrialização da economia catarinense, especialmente no que concerne aos fenômenos que se manifestaram na última década, período que ainda carece de análises alinhadas à metodologia usual nesse campo de estudos.

3. RESUMO DAS EVIDÊNCIAS RECENTES

Comumente, utiliza-se no Brasil a participação do valor adicionado pela manufatura (VAM) no PIB a preços correntes (ou no VA a preços correntes) como o indicador de desindustrialização. Segundo Morceiro (2012), essa escolha se deu,

eminentemente, pela melhor disponibilidade de dados de produção em relação às informações de emprego, além de características próprias do processo no Brasil que fizeram com que a perda de espaço da indústria de transformação fosse mais sensivelmente captada pela dimensão da produção industrial do que pelas demais esferas. No que concerne aos estudos sobre as manifestações regionais da desindustrialização no Brasil, manteve-se essa tônica, sendo os indicadores de emprego e setor externo, na maior parte das vezes, apenas auxiliares. Em relação ao caso catarinense, as análises de Cario e Fernandes (2010), Teixeira e Rodolfo (2012), Cario et al. (2013) e Rosa e Mattei (2022), em distintos níveis, também cumpriram com essa norma.

A importância de aplicar ajustes às diferenças metodológicas do IBGE foi ressaltada no âmbito do debate nacional sobre desindustrialização por Bonelli, Pessoa e Matos (2013) e, especialmente, por Morceiro (2018; 2021). Os ajustes aplicados por esses autores serão as referências para a proposta de correção da descontinuidade serial que será aplicada em seguida. No que concerne ao encadeamento das séries, será aplicado um ajuste que consta em ambos os autores, enquanto as contribuições de Morceiro (2018; 2021) serão relevantes para a distribuição do dummy financeiro que constava como artifício de cálculo no SCR Ref. 1985 e que deixou de ser incluído no SCR Ref. 2010. O ajuste, portanto, se dará em duas etapas: 1) encadeamento dos resultados do SCR Ref. 1985 para o patamar da série do SCR Ref. 2010, corroborando com os procedimentos de Bonelli, Pessoa e Matos (2013) e Morceiro (2018; 2021); e 2) distribuição proporcional do dummy financeiro do SCR Ref. 1985, reproduzindo o que foi realizado por Morceiro (2018; 2021) para os dados nacionais¹⁴. A série resultante para o grau de industrialização consta na Tabela 1.

¹⁴ Uma exposição mais detalhada sobre os ajustes aplicados às séries históricas do SCR/IBGE pode ser conferida em Rosa (2023).

Tabela 1 - Participação (%) dos setores no valor adicionado (VA) em Santa Catarina, preços correntes com encadeamento da série e DF distribuído (1985 - 2020)

Ano	Agropecuária	Indústria de Transf. (VAM)	Outras indústrias	Serviços	VA
1985	13,52	25,69	4,04	56,75	100,00
1986	15,91	26,16	4,56	53,36	100,00
1987	10,78	22,19	3,02	64,00	100,00
1988	11,52	27,36	3,92	57,19	100,00
1989	15,40	28,35	3,61	52,64	100,00
1990	9,79	24,12	3,49	62,60	100,00
1991	7,99	24,04	3,80	64,17	100,00
1992	9,00	26,79	3,65	60,56	100,00
1993	8,19	27,06	3,73	61,02	100,00
1994	12,98	24,45	4,40	58,18	100,00
1995	10,53	22,47	5,15	61,84	100,00
1996	9,51	22,50	5,92	62,07	100,00
1997	8,89	21,79	6,63	62,68	100,00
1998	8,86	21,56	6,43	63,15	100,00
1999	9,77	23,37	5,89	60,97	100,00
2000	9,86	24,05	7,07	59,02	100,00
2001	9,70	24,44	7,33	58,52	100,00
2002	10,25	23,74	7,43	58,58	100,00
2003	10,61	25,22	5,93	58,24	100,00
2004	9,43	26,88	6,21	57,48	100,00
2005	8,38	26,15	5,68	59,79	100,00
2006	7,36	25,48	6,76	60,40	100,00
2007	7,32	25,35	9,26	58,06	100,00
2008	8,04	24,94	7,72	59,29	100,00
2009	7,71	22,25	8,67	61,36	100,00
2010	6,85	22,31	10,35	60,49	100,00
2011	6,08	23,62	10,11	60,18	100,00
2012	5,49	22,69	9,62	62,20	100,00
2013	6,69	21,87	8,92	62,52	100,00
2014	6,19	22,21	8,11	63,48	100,00
2015	5,95	20,42	8,33	65,30	100,00
2016	6,89	19,02	8,12	65,98	100,00
2017	6,07	20,04	6,98	66,90	100,00
2018	5,51	19,69	7,06	67,74	100,00
2019	5,68	19,64	6,92	67,76	100,00
2020	6,71	19,63	7,37	66,28	100,00

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais. Elaborado pelo autor.

Em primeiro lugar, nota-se que a amplitude da série diminuiu consideravelmente em relação aos dados “oficiais”, isso porque os pontos de máximo e de mínimo agora guardam uma diferença de 9,3 p.p., a qual é sensivelmente menor do que na série oficial e parece ser mais realista. Além disso, a distribuição do dummy financeiro revelou um novo ponto de máximo¹⁵, agora localizado em 1989 e não em 1993, quadro que melhor

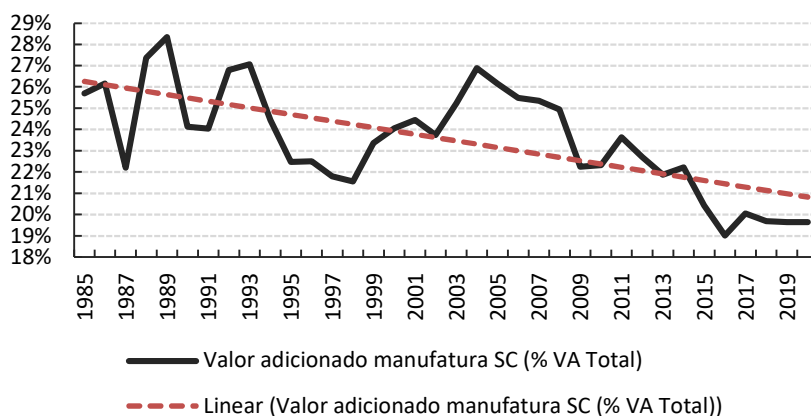
¹⁵ De acordo com Morceiro (2021), o grau de industrialização máximo no Brasil se deu em 1986, quando a relação VAM/VA atingiu 27,3%. O pico catarinense, portanto, foi ligeiramente superior.

se adequa às variações do ciclo econômico e às convenções da literatura sobre a maturação dos investimentos produtivos realizados nas décadas de 1970 e 1980.

O diagnóstico de uma tendência de desindustrialização de longo prazo do ponto de vista agregado, porém, segue válido: entre 1989 e 2020, a participação da indústria de transformação catarinense no valor adicionado no estado se reduziu de 28,35% para 19,63%, ou seja, em 8,72 pontos percentuais. Nota-se que o primeiro movimento acelerado de desindustrialização se deu entre 1989 e 1998, na esteira do esgotamento dos investimentos realizados nas décadas de 1970 e 1980 e da implementação das reformas estruturais dos anos 1990. Nesse ínterim, destaca-se especialmente o intervalo entre 1993 e 1995, quando houve redução de 4,59 p.p. em apenas dois anos.

Do ponto de vista nacional, nesses anos foram operacionalizadas as reformas de privatização e abertura comercial iniciadas pelo governo Fernando Collor e concluídas por Itamar Franco, as quais se aglutinaram nas iniciativas da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) e do Plano Nacional de Desestatização (PND), cujas consequências para o setor industrial foram severas (Castro, 2011, p. 136-138). Além disso, a partir de 1994, a tentativa definitiva de estabilização inflacionária implementada pelo Plano Real teve como custo a desaceleração do crescimento econômico e a crescente inviabilidade de diversos componentes da indústria de transformação, principalmente por conta da superapreciação cambial e da continuidade das políticas de abertura comercial (Ferrari Filho, 2002; Giambiagi, 2011).

Gráfico 1 - Participação do VAM (%) no valor adicionado (VA) em Santa Catarina, preços correntes, com encadeamento e DF distribuído (1985 - 2020)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais. Elaborado pelo autor.

Entre 1998 e 2004, contudo, houve um novo impulso para o setor industrial, conforme também pode ser visualizado no Gráfico 4. Nesse período, o grau de industrialização da economia catarinense expandiu-se em 5,32 p.p., alcançando a participação de 26,9%, o maior indicador desde 1993. Esse movimento também aparece nos dados nacionais, porém em magnitude consideravelmente menor, sendo o pico do grau de industrialização em 2004 na ordem de 17,8% (Morceiro, 2021).

De 2004 em diante o movimento é eminentemente retrativo. Até 2010 nota-se que a queda da participação da manufatura se deu a partir dos ganhos dos demais setores de indústria, os quais expandiram 4,14 p.p. no período. Dentre esses agrupamentos, destaca-se o crescimento das indústrias de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP), que passou de 0,62% do VA estadual, em 2004, para 2,84%, em 2010, e da indústria de construção civil, cuja participação se expandiu de 5,22% para 7,09% no mesmo período. O agrupamento das indústrias extrativas também expandiu, porém em ritmo inferior.

A partir de 2010, porém, o que se assiste é o crescimento sustentado do setor de serviços em detrimento da indústria de transformação. É digno de nota que entre 2010 e 2020 todos os componentes setoriais do valor adicionado se reduziram, consolidando o setor de serviços como o componente hegemônico da distribuição setorial da atividade econômica em Santa Catarina. No que concerne à manufatura, a década foi marcada por uma inequívoca tendência de queda, sendo o piso da série histórica alcançado em 2016, quando a indústria de transformação dizia respeito a 19,02% do valor adicionado. Alçando mão dos dados da produção física industrial, pode-se notar que essa perda de participação relativa se deu, principalmente, em decorrência de uma estabelecida tendência da desaceleração produtiva, conforme destacado por Rosa e Mattei (2022). Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE), em Santa Catarina a indústria de transformação regrediu em 6 anos da referida década, acumulando retrações particularmente no período entre 2014 e 2016, anos de recessão econômica. Destaca-se que esse período de pior dinamismo produtivo coincide com o piso do grau de industrialização, reforçando o ponto anterior.

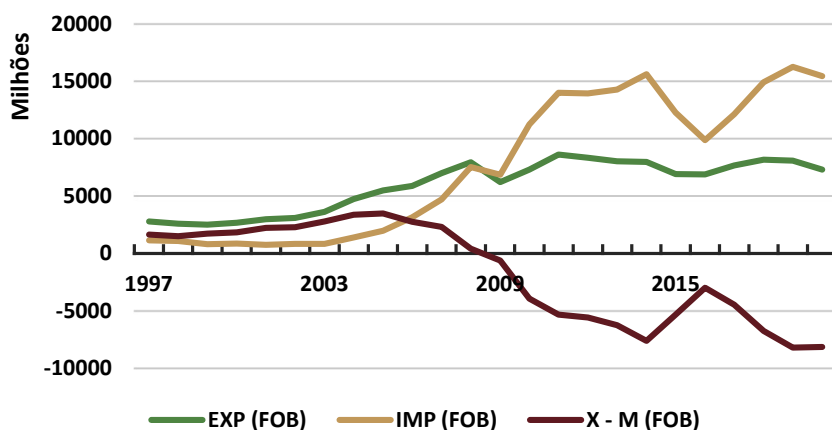
Como saldo do período 1985-2020, portanto, a análise da evolução setorial da atividade econômica em Santa Catarina destaca uma crescente concentração do valor adicionado nas atividades de serviços. Os setores aglutinados na categoria outras

indústrias também cresceram em participação, porém em nível bem inferior. A atividade agropecuária e a indústria de transformação, por outro lado, regrediram. Em relação ao debate sobre a desindustrialização, a redução de 8,72 p.p. na série do grau de industrialização torna inevitável o reconhecimento do fenômeno. Vale, contudo, destacar um último ponto: na comparação com o indicador nacional, que no mesmo período registrou queda de -15,8 p.p. de acordo com o calculado por Morceiro (2018, 2021), o descenso catarinense apresentou um ritmo consideravelmente inferior, o que indica, pelo menos a partir da análise desse indicador isoladamente, que a desindustrialização que se abateu sobre a economia catarinense foi menos potente comparativamente à manifestação nacional do fenômeno.

O Gráfico 2 mostra a evolução recente da balança comercial da indústria de transformação em Santa Catarina, destacando-se que entre 1997 e 2008 houve registro de superávits em todos os anos, especialmente em função de um crescimento relativamente estável das exportações manufaturadas. A partir de 2004, contudo, houve uma aceleração considerável do valor das importações, ao ponto que em 2009 registrou-se o primeiro déficit comercial da série, da ordem de 632 milhões de dólares (US\$ FOB). De 2009 em diante foram registrados déficits comerciais em todos os anos, sendo que o mais expressivo, de pouco mais de 8 bilhões de dólares (US\$ FOB), ocorreu em 2019, penúltimo ano da série¹⁶. É digno de nota que entre 2009 e 2019 o déficit comercial da indústria de transformação catarinense registrou crescimento de 1295,7%, o que dá a tônica da deterioração das contas comerciais da manufatura de Santa Catarina na última década.

¹⁶ Dados mais recentes mostram que o cenário se tornou ainda mais negativo nos anos seguintes: em 2021 e 2022 o déficit da indústria de transformação catarinense alcançou, respectivamente, 14,4 bilhões de dólares e 16,8 Bilhões de dólares (US\$ FOB) (Comex Stat, 2023).

Gráfico 2 – Valor das exportações, importações e saldo comercial (US\$ FOB) da indústria de transformação de Santa Catarina, 1997-2020



Fonte: MDIC, Comex Stat. Elaborado pelo autor.

Um fato relevante para a consolidação desses resultados foi a aprovação, em fevereiro de 2007, do programa “Pró-Emprego”, cujo objetivo visava a promoção do “incremento da geração de emprego e renda no território catarinense, por meio de tratamento tributário diferenciado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação – ICMS” (Santa Catarina, 2007). A operacionalização do programa se dava a partir da concessão de benefícios tributários às empresas aderentes, como a compensação do ICMS devido por importações de mercadorias a partir de um saldo tributário anterior, redução nos impostos relativos à energia elétrica e diferimento tributário a partir da importação por portos catarinenses, o que deflagrou um movimento conhecido como “guerra fiscal dos portos” (Lizote; Bidinha, 2012). Em contrapartida, esperava-se que as empresas enquadradas no programa expandissem a capacidade instalada, ofertando postos de trabalho e contribuindo para a geração de renda.

Do ponto de vista da balança comercial da indústria de transformação, contudo, isso significou um estímulo potente para a importação de produtos que até então eram produzidos localmente. A indústria têxtil, por exemplo, que antes contribuía com parcela significativa do valor das exportações estaduais, passou a ser eminentemente deficitária, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000, quando a China adquiriu centralidade na oferta de produtos manufaturados nesse segmento¹⁷. Da mesma forma, a

¹⁷ Se destaca que no período posterior à implementação do Pró-Emprego o setor têxtil catarinense apresentou perda na participação do emprego formal, conforme pode ser visualizado nas tabelas da RAIS

indústria de máquinas e equipamentos reduziu expressivamente sua participação na pauta de exportações, passando a ser estruturalmente deficitária desde 2009. No saldo, portanto, o marco legal de incentivo às importações e a emergência da China como a nova fábrica do mundo significaram para a indústria de transformação catarinense uma considerável deterioração das contas comerciais.

Uma maneira alternativa de observar essas evidências é através da taxonomia das atividades econômicas por intensidade tecnológica (IT) desenvolvida pela OCDE. Nessa categorização há a divisão dos setores de atividades de acordo com a participação da pesquisa e desenvolvimento (P&D) no valor adicionado, consolidando-se uma estratificação em setores de alta, média-alta, média, média-baixa e baixa intensidades tecnológicas. A versão mais recente dessa taxonomia, publicada em 2016, expandiu o seu escopo para as atividades não industriais, abrangendo também o setor de serviços. No que concerne à manufatura, contudo, não há setores de baixa intensidade tecnológica listados, sendo o nível inferior restrito aos segmentos de média-baixa (OCDE, 2016). A Tabela 2 agrupa a pauta de exportações da indústria de transformação de Santa Catarina de acordo com a taxonomia proposta pela OCDE.

Entre 1997 e 2020, houve expansões em todos os agrupamentos, à exceção de média intensidade tecnológica. As indústrias média-alta apresentaram as maiores expansões, com ganho de 1,49 p.p. no período. A perda dos segmentos de média intensidade tecnológica, por sua vez, foi de -2,57 pontos percentuais. O nível de cada um desses agrupamentos, porém, parece ser o dado mais relevante: em 2020, 69,53% das exportações da indústria de transformação catarinense diziam respeito a produtos com média-baixa intensidade tecnológica, caracterizando um aumento de 0,71 p.p. em relação a 1997. A indústria de média-alta tecnologia, por sua vez, representava 25,08% da pauta de exportações¹⁸, sendo os 5,39% restantes divididos entre as indústrias de média e alta tecnologia.

disponibilizadas no apêndice. Isso ocorreu por conta de uma maior penetração da importação de artigos de vestuário e acessórios já manufaturados, em detrimento da produção interna a partir dos insumos fornecidos pela indústria têxtil. Para além de comprometer o saldo comercial, portanto, o Pró-Emprego parece não ter sido bem-sucedido no cumprimento de seus objetivos.

¹⁸ A participação do setor de média-alta intensidade tecnológica é um dado positivo quando comparado às demais unidades da federação e ao agregado nacional. Em boa medida, essa participação se sustenta nas atividades exportadoras dos segmentos produtores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e máquinas e equipamentos, os quais operam em Santa Catarina a partir de empresas importantes nacionalmente e de inserção nacional, como a WEG de Jaraguá do Sul.

Tabela 2 – Pauta de exportações da indústria de transformação de Santa Catarina por intensidade tecnológica, 1997, 2010 e 2020 (% do total)

Sector de atividade	1997	2010	2020	p.p. (1997-10)	p.p. (97-20)	p.p. (10-20)
Alta IT	0,20	0,68	0,58	0,48	0,37	0,11
Aeronaves e comp.	-	-	-	-	-	-
Farmacêutica	0,04	0,05	0,19	0,01	0,15	0,14
Informática	0,16	0,63	0,38	0,47	0,22	-0,25
Média-alta IT	23,6	27,08	25,08	3,48	1,49	-2,00
Armas e munições	-	-	-	-	-	-
Veículos autom.	4,59	5,12	5,86	0,53	1,27	0,74
Instrum. Médicos	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equps.	11,64	11,34	7,29	-0,29	-4,35	-4,06
Químicos	0,59	1,32	3,92	0,73	3,33	2,60
Máquinas e Equps. Elétricos	6,69	9,22	7,43	2,53	0,74	-1,79
Veículos ferroviários	0,08	0,07	0,58	-0,02	0,5	0,52
Média IT	7,38	5,85	4,81	-1,53	-2,57	-1,04
Plásticos e borracha	0,64	0,94	1,15	0,3	0,52	0,22
Construção de embarcações	-	-	-	-	-	-
Produtos diversos	0,58	0,61	0,3	0,03	-0,28	-0,31
Minerais não metálicos	5,04	1,95	2,08	-3,09	-2,96	0,13
Metalurgia básica	1,12	2,34	1,28	1,22	0,15	-1,07
Manut. Rep. Inst. M&Es	-	-	-	-	-	-
Média-baixa IT	68,82	66,39	69,53	-2,43	0,71	3,14
Têxteis	7,71	1,92	1,61	-5,79	-6,10	-0,32
Calçados, artef. de couro	1,16	0,77	0,96	-0,40	-0,21	0,19
Papel e celulose	3,36	2,52	3,50	-0,84	0,14	0,98
Alimentos, bebidas e fumo	35,17	50,15	44,32	14,97	9,15	5,82
Vestuário e acessórios	3,42	0,78	0,61	-2,65	-2,81	-0,16
Produtos de metal	1,08	1,21	1,00	0,13	-0,08	-0,20
Refino de petróleo e combs.	0,01	0,00	0,48	0,00	0,48	0,48
Móveis	6,77	3,44	3,76	-3,33	-3,01	0,33
Madeira e produtos de madeira	8,53	5,62	13,29	-2,91	4,76	7,67
Impressão e rep.de grav.	1,61	0,00	0,00	-1,61	-1,61	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	-	-	-

Fonte: MDIC, Comex Stat. Elaborado pelo autor.

Em termos de intensidade tecnológica, as importações se comportaram conforme o exposto na Tabela 3. Em 2020, 43,71% das importações catarinenses eram oriundas de indústrias de média-alta intensidade tecnológica, com especial participação da indústria de produtos químicos. Na sequência localizaram-se as importações de média (23,18%), média-baixa (22,94%) e alta (0,58%). Sobre as variações, se destacou que as importações de média-alta perderam espaço entre 1997 e 2020, ainda que sem perder a hegemonia, abrindo o campo para as altas verificadas na importação de produtos oriundos de indústrias de média IT, sendo que a maior parte desse movimento ocorreu na primeira década do século. Entre 2010 e 2020, contudo, o que se notou foi uma parcial reversão desse fenômeno.

Tabela 3 – Pauta de importações da indústria de transformação de Santa Catarina por intensidade tecnológica, 1997, 2010 e 2020 (% do total)

Setor de atividade	1997	2010	2020	p.p. (1997-10)	p.p. (1997-20)	p.p. (2010-20)
Alta IT	4,74	9,60	10,17	4,86	5,43	0,57
Aeronaves e comp.	-	-	-	-	-	-
Farmacêutica	0,44	0,05	0,19	0,01	0,15	0,14
Informática	4,30	8,83	8,06	4,53	3,76	-0,77
Média-alta IT	59,05	37,46	43,71	-21,58	-15,34	6,24
Armas e munições	-	-	-	-	-	-
Veículos autom.	0,87	1,07	3,29	0,20	2,42	2,22
Instrum. Médicos	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equips.	32,31	10,47	9,38	-21,84	-22,93	-1,09
Químicos	16,42	19,53	22,25	3,10	5,83	2,73
Máquinas e Equps. Elétricos	9,04	5,35	7,84	-3,70	-1,21	2,49
Veículos ferroviários	0,41	1,05	0,94	0,64	0,54	-0,11
Média IT	10,06	33,62	23,18	23,56	13,11	-10,44
Plásticos e borracha	3,69	5,25	5,94	1,56	2,25	0,69
Construção de embarcações	-	-	-	-	-	-
Produtos diversos	1,09	1,55	3,19	0,47	2,10	1,63
Minerais não metálicos	2,37	1,35	1,12	-1,02	-1,25	-0,23
Metalurgia básica	2,92	25,46	12,93	22,54	10,01	-12,53
Manut. Rep. Inst. M&Es	-	-	-	-	-	-
Média-baixa IT	26,15	19,32	22,94	-6,84	-3,21	3,63
Têxteis	5,87	7,45	6,05	1,59	0,19	-1,40
Calçados, artef. de couro	0,13	0,77	0,49	0,64	0,36	-0,28
Papel e celulose	0,85	0,86	0,62	0,00	-0,23	-0,23
Alimentos, bebidas e fumo	14,62	5,20	9,43	-9,41	-5,19	4,22
Vestuário e acessórios	1,59	2,47	2,97	0,88	1,38	0,50
Produtos de metal	2,20	1,51	2,31	-0,69	0,11	0,80
Refino de petróleo e combs.	0,04	0,72	0,38	0,68	0,34	-0,34
Móveis	0,24	0,15	0,56	-0,09	0,33	0,41
Madeira e produtos de madeira	0,63	0,18	0,13	-0,45	-0,50	-0,06
Impressão e rep.de gravs.	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	-	-	-

Fonte: MDIC, Comex Stat. Elaborado pelo autor.

Esses resultados indicam que na última década houve intensificação da dependência de importação de produtos tecnologicamente sofisticados, especialmente os vinculados às indústrias de veículos automotores (variação de 2,22 p.p.), de produtos químicos (variação de 2,73 p.p.) e de máquinas e equipamentos elétricos (variação de 2,49 p.p.), as quais tem perdido capacidade de internalização da produção desde 2010. Importante notar que esse é o mesmo período em que se verificou a aceleração da exportação nos produtos de média-baixa intensidade tecnológicas, o que configura para a economia catarinense uma conjuntura recente caracterizada pela exportação de produtos de média-baixa IT e pela importação de produtos de média-alta e alta IT, o que reforça o já mencionado argumento de aceleração da reprimarização da economia de Santa Catarina na última década.

Em suma, a análise das evidências do setor externo corrobora o diagnóstico de desindustrialização com reprimarização da estrutura produtiva de Santa Catarina. É verdade que esse diagnóstico já estava presente em alguns dos estudos anteriores sobre a manifestação do fenômeno no estado, como é o caso das análises de Cario e Fernandes (2010); Cario et al. (2013) e Cavalieri et al. (2013). Contudo, o que se destaca a partir das evidências mais recentes elencadas nesse capítulo é que a década de 2010 significou, essencialmente, uma intensificação do processo de regressão da estrutura produtiva, haja vista que nesse período houve a aceleração da tendência de queda do grau de industrialização, o início de um processo até hoje sustentado de perda do emprego industrial (dinâmica não visualizada na primeira década do século) e o movimento simultâneo de especialização na exportação de artigos de pouca intensidade tecnológica e importação de produtos tecnologicamente sofisticados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, a análise das evidências compiladas apontou para a corroboração das análises que indicaram a desindustrialização da economia de Santa Catarina durante a primeira década do século XXI. Pela perspectiva do produto, foi possível visualizar uma tendência consolidada de redução do grau de industrialização e de desadensamento do tecido industrial, o que apontou para a fragilização da estrutura industrial catarinense nesse período, ainda que a redução da participação da manufatura no PIB de Santa Catarina tenha sido menos significativa do que o verificado em nível nacional. A partir dos dados do setor externo, notou-se que os anos 2000 significaram para a manufatura catarinense um quadro de especialização na exportação dos produtos das indústrias de alimentos, bebidas e fumo, sinalizando um diagnóstico de desindustrialização com reprimarização da estrutura produtiva.

No que concerne aos anos 2010, que não encontraram abrangência nos estudos anteriores que se debruçaram sobre a desindustrialização catarinense, o presente trabalho apresentou novas contribuições à literatura. As evidências da balança comercial da manufatura, por sua vez, indicaram um cenário combinado de deterioração das contas comerciais com reprimarização da estrutura produtiva, o que ficou evidenciado pelo aumento expressivo da participação dos produtos oriundos das indústrias de média-baixa tecnologia na pauta exportadora, que alcançaram a marca de 69,53% do total exportado

pela indústria de transformação catarinense no ano de 2020. Se destacou, também, que somente as indústrias de produtos alimentícios, bebidas, fumo e madeira representaram 57,61% das exportações totais da manufatura de Santa Catarina em 2020, evidenciando o cenário de especialização na produção desses produtos que se caracterizam por relativa falta de sofisticação tecnológica e por um potencial reduzido de encadeamentos a montante e a jusante.

O que essas evidências apontam, portanto, é que a desindustrialização da economia de Santa Catarina não só manteve vigência na última década como, de fato, ganhou intensidade. O que está consolidado é um cenário de desindustrialização com reprimarização da estrutura produtiva, o que elenca preocupações consideráveis para a sustentabilidade do crescimento econômico estadual no médio e no longo prazo, seja por conta da interrupção dos efeitos de transbordamento da atividade industrial na produtividade, pela presumida maior dificuldade na internalização do progresso técnico ou pelo potencial reduzido de oferta de empregos formais e de qualidade relativamente superior.

REFERÊNCIAS

ALCKMIN, G. **Discurso do vice-presidente Geral Alckmin**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/comunicacao/2023/01/discurso-do-vice-presidente-geral-do-alckmin>>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

ALMEIDA, JSG. **Política monetária e crescimento no Brasil**. IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. 2006.

BACHA, E. Bonança externa e desindustrialização. Uma análise do período 2005-2011. In: BACHA, E.; BOLLE, MB. (Orgs.) **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BACHA, E.; BOLLE, MB. (Orgs.) **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BONELLI, R. Industrialização e desenvolvimento. Notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. **Seminário Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**, IEDI/FIESP, 2005.

BONELLI, R.; PESSOA, AS.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E.; BOLLE, MB. (Orgs.) **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BOTELHO, M.; SOUZA, GF.; AVELLAR, AP. A incidência desigual do processo de desindustrialização nos estados brasileiros. **Revista de Economia**, v. 43, n. 3, 2016.

BRESSER-PEREIRA, LC. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 7-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? **IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, março de 2008.

CARIO, SAF.; FERNANDES, RL. Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial. In: MATTEI, LF.; LINS, HN. (Orgs.) **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Editora Argos, 2010.

CARIO, SAF.; NICOLAU, JA.; SEABRA, F.; BITTENCOURT, PF. Processo de desindustrialização em Santa Catarina. **Texto para discussão FIESC**. Florianópolis, 2013.

CASTRO, LB. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F; et al. (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

CAVALIERI, H.; CARIO, SAF.; FERNANDES, RL. Estrutura industrial brasileira e de Santa Catarina - alguns indícios de desindustrialização. **Indicadores econômicos FEE**, v. 40, n. 3, p. 81-104, 2013.

CEAG – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: Macmillan, 1940.

CUNHA, IJ. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Editores, 1982.

FUCHS, VR. **Economic growth and the rise of service employment**. Massachusetts: National Bureau of Economic Research, jun. 1980.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In: GIAMBIAGI, F; et al. (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, L. LINS, HN (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Editora Argos, 2010.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

HIRATUKA, C; SARTI, F. Transformação na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, mar. 2017.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente**. São Paulo: IEDI, 2007.

LINS, H.N.; MATTEI, L. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, LF.; LINS, HN. (Orgs.) **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Editora Argos, 2010.

LIZOTE, S.A.; BIDINHA, E.R. Guerra fiscal dos portos: um estudo sobre o impacto da unificação do ICMS interestadual em 4% para produtos importados no estado de Santa Catarina. **IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Itajaí, 2012.

KUZNETS, S. **Crescimento econômico moderno**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

MATTEI, L. LINS, HN. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Editora Argos, 2010.

MORCEIRO, PC. **Desindustrialização na economia brasileiro no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MORCEIRO, PC. **A indústria brasileira no limiar do Século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. Tese (Doutorado em Economia) – São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2018.

MORCEIRO, PC. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 41, n. 4, p. 700-722, dez. 2021.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 72-96, mar. 2008.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind? Porto de Galinhas, **Anais do 40º Encontro da ANPEC**, 2012.

LULA DA SILVA, LI; ALCKMIN, G. Neindustrialização para o Brasil que queremos. **Estadão**, 2023. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/neoindustrializacao-para-o-brasil-que-queremos/>>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

OREIJO, JL.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceitos, causas e efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010

PALMA, JG. Four Sources of ‘de-industrialisation’ and a new concept of the ‘dutch disease’, in OCAMPO, JA (org.), **Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability**, New York, Stanford University Press, 2005.

ROSA, MS. **Desindustrialização na economia de Santa Catarina: discussão metodológica e análise das evidências do período 1985-2020**. 2023. 118p. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

ROSA, MS.; MATTEI, LF. A produção industrial catarinense diante da pandemia: instabilidade e tendência de retração da produção física. In: MATTEI, LF. (Org.) **O legado econômico e social da Covid-19 no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Insular, 2022.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. **Deindustrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, trade and deindustrialization**. International Monetary Fund, IMF Working Paper 98/60, abr. 1998.

SINGH, A. UK industry and the world economy: a case of de-industrialisation? **Cambridge Journal of Economics**, v. 1, n. 2, p. 113-136, jun. 1977.

SINGH, A. The basic needs approach to development vs the new international economic order: the significance of third world industrialization. **World Development**, v. 7, n. 6, p. 585-606, jun. 1979.

SINGH, A. Manufacturing and de-industrialization. **The New Pelgrave: A dictionary of Economics**, n.1, 1987.

SOUZA, IEL.; VERÍSSIMO, MP. Produção e emprego industrial nos estados brasileiros: evidências de desindustrialização. **Nova Economia**, v. 29, n. 1, p. 75-101, 2019.

SQUEFF, GC. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. **Texto para discussão IPEA**, n. 1747. Brasília, jun. 2012.

TEIXEIRA, FW.; RODOLFO, F. Trajetória recente do setor industrial catarinense: uma análise com base nos dados da produção física. **Revista Necat**, v. 1, n. 1, p. 22-30, 2012.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433-466, nov. 2008.

AS NORMAS E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMOSC/SC¹

Fernanda Luiza dos Santos²

Daniel Arruda Coronel³

Resumo: Para a consolidação das contas públicas, é necessário que haja fidedignidade nas demonstrações. Nesse sentido, este trabalho busca determinar quais verificações podem ser utilizadas pelos municípios para melhorar a qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi), atendendo às dimensões do *ranking* elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Seguindo essa temática, foi proposta a elaboração de um guia prático que possibilite a melhora na qualidade da informação contábil enviada ao Siconfi, por meio da sistematização do conjunto de itens que compõem as dimensões da qualidade das informações elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), comparando a evolução na pontuação no *Ranking* dos Municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), nos períodos de 2019, 2020 e 2021, e descrição de quais têm os melhores resultados. Quanto ao objetivo, pode ser considerada uma pesquisa descritiva, sendo utilizada para registrar, analisar e correlacionar as informações pesquisadas. A análise dos elementos permitiu constatar que as dimensões II (Informações Contábeis) e IV (Informações Contábeis x Informações Fiscais) foram as responsáveis por diminuir a média geral dos municípios da região da AMOSC nos anos em estudo. Assim, foi possível verificar que o demonstrativo que exige mais atenção dos responsáveis pelo envio dos dados é a Demonstração de Contas Anuais (DCA), que serve como base de análise, e os valores informados são cotejados com os enviados na Matriz Contábil de Encerramento e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre do exercício.

Palavras-chave: contabilidade pública, qualidade da informação, transparência.

STANDARD AND QUALITY OF ACCOUNTING INFORMATION: A STUDY IN THE MUNICIPALITIES OF THE AMOSC/SC REGION

Abstract: The consolidation of public accounts it is necessary reliability in the statements, this research determined which checks can be used by municipalities to improve the quality of accounting information sent to the Accounting and Fiscal Information System (Siconfi). We considered the dimensions of the ranking prepared by the National Treasury Secretariat (STN). Following this theme, we proposed to develop a practical guide that improve the quality of accounting information sent to the Accounting and Tax Information System (Siconfi), through item systematization, which make the dimensions of information quality. It was prepared by the National Treasury Secretariat (STN), comparing the evolution of the score in the ranking of municipalities

¹ Artigo oriundo da Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações Públicas, da primeira autora, orientada pelo segundo.

² Mestra em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8146-0103> E-mail: fernanda_luiza_santos@hotmail.com

³ Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais, com atuação como Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação (Stricto sensu) em Administração Pública, em Gestão de Organizações Públicas e de Economia e Desenvolvimento da UFSM e Bolsista de Produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0264-6502> E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

belonging to the Association of Municipalities of the West of Santa Catarina (AMOSC), in the periods of 2019, 2020 and 2021, and have the best results. It is considered descriptive research, being used to record, analyze and correlate the information researched. The analysis of the elements revealed that dimensions II (Accounting Information) and IV (Accounting Information x Tax Information) were responsible for reducing the general average of the municipalities in the AMOSC region in the years under study. So, we verified that the statement that requires the most attention from those responsible for sending the data is the Annual Accounts Statement (DCA), which serves as a basis for analyzing Dimensions II and IV and also the values reported in the DCA are compared with those sent in the Closing Accounting Matrix and in the Budget Execution Summary Report for the sixth two months of the year.

Keywords: public accounting, transparency, information quality.

INTRODUÇÃO

Para acompanhar a execução orçamentária, pode se utilizar a contabilidade aplicada ao setor público como forma de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas. Moraes et al. (2018) afirmam que a contabilidade pública age na condução ética da gestão e na obrigação dos gestores públicos de prestar contas, pois as demonstrações contábeis devem representar uma visão justa e adequada da movimentação e aplicação de recursos públicos, bem como dos resultados alcançados, aliando as boas práticas da governança pública.

A necessidade de conhecer os aspectos relacionados à receita e à despesa no âmbito do setor público é essencial para a ampliação da transparência das contas públicas e para o fornecimento de informações confiáveis e de qualidade para o cidadão. Essas informações estão disponíveis em publicações periódicas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a Demonstração de Contas Anuais (DCA).

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (Brasil, 2022b), a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) é uma estrutura básica para o envio de informações contábeis (uma espécie de balancete), baseada nas contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), associadas a atributos e informações complementares. Por meio da MSC, os entes enviam os saldos e movimentações das suas contas e informações auxiliares que permitem a elaboração dos principais demonstrativos contábeis e fiscais. Portanto, o demonstrativo é a base de envio das informações que são utilizadas para gerar o Ranking das Informações Contábeis e Fiscais elaborado pela Secretaria do Tesouro

Nacional, o qual determina qual é a classificação de um município dentre os demais municípios brasileiros.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2020), embora seja uma importante iniciativa da STN promover o ranking, pois este serve como parâmetro para demonstrar como os contadores e contabilistas dos municípios estão se comportando para atender às constantes mudanças determinadas pelo órgão regulador central, é importante compreender as dificuldades que municípios têm em alcançar resultados minimamente desejáveis.

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza civil, com prazo de duração indeterminado. De acordo com o estatuto social da entidade, há a finalidade de, entre outras, fomentar, promover e proporcionar meios que viabilizem a modernização das administrações públicas locais, com a capacitação dos servidores públicos municipais, a eficiência do controle interno e a organização dos serviços.

Nesse sentido, este trabalho tem como problema de pesquisa responder a seguinte questão: Quais adequações podem ser feitas pelos municípios da região da AMOSC para melhorar a qualidade da informação contábil enviada ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi)? Especificamente, visa melhorar a qualidade da informação contábil enviada ao Siconfi pelos municípios da região da AMOSC.

Foram encontrados estudos que fazem a análise da pontuação e procuram correlacionar o tamanho da população ou área territorial com a classificação do município/estado. Este trabalho, contudo, diferencia-se dos demais estudos, pois tem como produto final um guia que permita auxiliar contadores a melhorar sua classificação do Ranking da Informação Contábil e Fiscal da STN, tendo uma aplicabilidade prática na melhora da qualidade da informação contábil e, assim, melhora na pontuação e classificação do município.

Este trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção trata do referencial teórico; na seguinte, apresenta-se a metodologia; na quarta seção, os resultados são analisados e discutidos. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), sistema desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), tem como meta se tornar o mais importante canal de intercâmbio de informações fiscais, contábeis e financeiras entre a União e os demais entes da Federação. Nascido da necessidade de automatizar o recebimento de informações qualificadas e confiáveis, o Siconfi tornou-se um sistema essencial para disseminação de práticas de transparência pública e de controle social, aplicável aos 5.570 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União (Brasil, 2022b).

De acordo com o glossário da STN, a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) é uma estrutura padronizada para o recebimento de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins de consolidação das contas nacionais, da geração de estatísticas fiscais em conformidade com acordos internacionais firmados pelo Brasil, além da elaboração das declarações do setor público (Demonstrações Contábeis e Demonstrativos Fiscais). É composta pela estrutura que reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares e foi produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A MSC está dividida em dois tipos: a MSC Agregada e a de Encerramento. A MSC Agregada é mensal e responsável pela geração dos relatórios fiscais (Relatório Resumido da Execução Orçamentária [RREO] e Relatório de Gestão Fiscal [RGF]). Já a MSC de Encerramento tem periodicidade anual, sendo responsável pela geração da Declaração das Contas Anuais (DCA). Por fim, os dados recebidos pela Matriz de Saldos Contábeis são utilizados para gerar o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (Brasil, 2022a).

O *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional, criada para avaliar a consistência da informação que o Tesouro recebe por meio do Siconfi e disponibilizada para acesso público. A intenção é aumentar a qualidade da informação contábil e fiscal que é utilizada tanto pelo Tesouro Nacional quanto pelos demais usuários dessas informações (Brasil, 2022a).

Algumas verificações de consistência feitas pelo Ranking envolvem dados fiscais e contábeis que são utilizados no cálculo da Capacidade de Pagamento (Capag), de que trata a Portaria ME n.º 501, de 23 de novembro 2017. Caso o município falhe

nesses testes, no momento de solicitação de garantia da União, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da Secretaria do Tesouro Nacional, poderá entrar em contato para buscar compreender melhor os seus dados fiscais e contábeis. Portanto, possuir os dados consistentes pode acelerar o processo de análise de Capag, facilitando a obtenção de garantia da União.

O ranking da qualidade da informação é dividido em dimensões de avaliação. Em cada uma, reúne um conjunto de verificações que têm o mesmo objetivo ou que estão relacionadas ao mesmo tipo de informação. Cada verificação segue os conceitos evidenciados no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, no Manual de Demonstrativos Fiscais e nas Instruções e Guias de Preenchimento do Siconfi.

Dimensão I - Gestão da Informação: Reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no Siconfi. Para análise da pontuação da Dimensão I, são verificadas todas as declarações e matrizes de saldos contábeis enviadas pelos entes.

Dimensão II - Informações Contábeis: Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), consistência entre os demonstrativos etc. Os dados analisados são os que foram homologados por meio da Declaração de Contas Anuais (DCA) e enviados por meio da MSC de encerramento. Considera apenas os dados enviados pelos entes relativos a Demonstrativo de Contas Anuais e à Matriz de Saldos Contábeis, sendo, portanto, apurado apenas no encerramento do exercício.

Dimensão III - Informações Fiscais: Agrupa as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações. Na avaliação da Dimensão III, são considerados os dados constantes no Relatório de Gestão Fiscal e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Em síntese, nessa dimensão, é avaliado se os dados que estão em um relatório correspondem aos dados informados no outro e se conferem com o que está registrado pelos demais entes.

Dimensão IV - Informações Contábeis x Informações Fiscais: Efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais, avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes.

Dessa forma, além de incentivar os municípios e os estados a melhorarem a qualidade da informação contábil e fiscal, o Ranking da Qualidade da Informação

Contábil e Fiscal no Siconfi visa minimizar a assimetria informacional existente entre os gestores públicos e a sociedade.

2. METODOLOGIA

Quanto ao objetivo, esta é uma pesquisa descritiva, sendo utilizada para registrar, analisar e correlacionar as informações pesquisadas. Barros e Lehfeld (2000, p. 71) afirmam que, por meio de pesquisas descritivas, procura-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos. As pesquisas ad-hoc permitem descrever situações a partir de dados primários, relacionando e confirmando hipóteses levantadas na definição dos problemas de pesquisa.

Também pode ser descrita como uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias têm como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Podem ser descritas como características desse método a flexibilidade e a possibilidade de se obter um primeiro contato com a situação a ser pesquisada ou um melhor conhecimento sobre o objeto de estudo.

Este estudo possui características de um estudo de caso. Esse método pode ser utilizado em situações variadas, como forma de contribuir para melhorar o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos, entre outros (Yin, 2015)

Quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada, pois objetiva utilizar as informações para solucionar problemas específicos. Vergara (2003) afirma que a pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não, tendo finalidade prática, é oposta à pesquisa pura, a qual é motivada basicamente pela curiosidade do pesquisados.

Quanto aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica (referencial teórico constante em livros, periódicos, estudos, artigos e dissertações), que abrangeu a contabilidade pública, administração financeira e orçamentária. Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para

os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.” Dessa forma, é caracterizado como um estudo teórico.

Esta pesquisa tem como amostra os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). Fundada em 1968, como entidade municipalista, mantida exclusivamente com recursos dos municípios, a AMOSC está ao lado dos consorciados como um órgão prestador de serviços em projetos, consultoria e assessoramento técnico municipal. Fornece a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade dos vinte municípios consorciados, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 - Dados dos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (2023)

Município	População	Área	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)
Águas de Chapecó	6.515	139,511	103.559.185,00	R\$ 15.895,50
Águas Frias	2.354	76,631	98.761.598,00	R\$ 41.954,80
Arvoredo	2.234	90,503	100.361.837,00	R\$ 44.924,73
Caxambu do Sul	3.551	140,873	119.271.845,00	R\$ 33.588,24
Chapecó	224.013	624,846	9.602.336.735,00	R\$ 42.865,09
Cordilheira Alta	4.520	83,556	257.006.578,00	R\$ 56.859,86
Coronel Freitas	9.940	233,698	269.997.889,00	R\$ 27.162,77
Formosa do Sul	2.495	100,408	55.333.884,00	R\$ 22.177,91
Guatambu	4.698	206,196	226.280.235,00	R\$ 48.165,23
Jardinópolis	1.546	68,499	39.803.107,00	R\$ 25.745,86
Nova Erechim	5.092	65,087	163.898.731,00	R\$ 32.187,50
Nova Itaberaba	4.329	137,388	107.210.821,00	R\$ 24.765,72
Paial	1.474	86,048	41.073.834,00	R\$ 27.865,56
Planalto Alegre	2.888	63,1	94.867.178,00	R\$ 32.848,75
Pinhalzinho	20.712	128,726	1.122.662.152,00	R\$ 54.203,46
Santiago do Sul	1.235	73,335	33.849.477,00	R\$ 27.408,48
São Carlos	11.369	162,12	424.613.842,00	R\$ 37.348,39
Serra Alta	3.256	90,564	81.305.775,00	R\$ 24.971,06
Sul Brasil	2.423	113,125	56.385.675,00	R\$ 23.271,02
União do Oeste	2.412	92,857	59.537.444,00	R\$ 24.683,85

Fonte: AMOSC.

Analisando o Quadro 1, é possível verificar a diversidade dos municípios que compõem a AMOSC, tanto na quantidade de habitantes, quanto na área, PIB e no PIB per capita. A escolha desses municípios deve-se à importância do oeste catarinense na economia do estado de Santa Catarina e do país, pela similaridade de porte (com exceção

de Chapecó e Pinhalzinho, que possuem maior quantidade de habitantes), por possuírem territórios limítrofes e por fazerem parte da mesma associação.

A análise ou pesquisa documental caracteriza-se pela coleta de dados em fontes primárias, como em documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e fontes estatísticas (Lakatos & Marconi, 2003). A pesquisa documental neste estudo envolveu o levantamento dos dados constantes no Siconfi e no Ranking da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e em legislações federais que instituem e regulamentam aspectos relacionados à Contabilidade Pública e Transparência, tais como: Lei n.º 4.320/64, Lei n.º 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, entre outros. Também foram verificadas informações disponíveis no endereço eletrônico da AMOSC e municípios que compõem a Associação, em relatórios de gestão e em publicações oficiais de relatórios. A análise documental torna-se adequada por possibilitar o acesso às informações que auxiliarão na compreensão acerca da qualidade da informação contábil e fiscal. A sistematização do conjunto de itens que compõem as dimensões da qualidade da informação elaboradas pela STN foi alcançada realizando uma relação entre o item avaliado pelo Ranking e a demonstração contábil em que pode ser localizado.

Para a elaboração da classificação de cada município e comparabilidade dos dados, foi utilizado o pacote Excel do software Microsoft Office Professional Plus 2016.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira dimensão do Ranking verifica o comportamento dos entes no envio das informações. Por exemplo, o envio das declarações, o cumprimento de prazo, quantidade de retificações etc. Nesse quesito, no ano de 2019, a média dos municípios foi de 86% dos 100 pontos possíveis, sendo que apenas o município de Águas Frias teve todas as obrigações entregues no prazo e sem retificações. Sul Brasil e Arvoredo obtiveram as menores notas – 65 e 65,8 – seguido de Pinhalzinho, com 71,7%.

A segunda dimensão do Ranking avalia os dados contábeis recebidos, adequação às regras do MCASP e consistência entre os demonstrativos. Esse item teve a maior média dentre as quatro dimensões, tendo alcançado os 100 pontos possíveis os municípios de Águas Frias, Guatambu, Jardinópolis, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, São Carlos e Sul Brasil. É importante ressaltar que Arvoredo teve pontuação zerada neste item.

A terceira dimensão objetiva avaliar os dados fiscais recebidos, adequação às regras do Manual de Demonstrativos Fiscais e a consistência entre os demonstrativos. Em 2019, as menores pontuações foram de Paial, União do Oeste, Coronel Freitas e Serra Alta, com menos de 70% da pontuação possível. Atingiram a pontuação máxima: Águas Frias, Caxambu do Sul, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.

A quarta dimensão efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais recebidos. Obtiveram a pontuação máxima: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Nova Itaberaba e Planalto Alegre. Com as pontuações mais baixas estão Coronel Freitas e Paial. O município de Arvoredo também teve pontuação zerada neste item. Considerando que nessa dimensão são analisados os dados contábeis e fiscais homologados por meio da Declaração de Contas Anuais e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de todos os poderes e órgãos, a pontuação zerada (assim como na segunda dimensão) deve ser relativa à ausência de envio de alguma dessas demonstrações.

No ano de 2020, nenhum município teve a pontuação zerada em alguma dimensão. Na primeira dimensão, os municípios que tiveram a maior pontuação foram Águas Frias, São Carlos, Caxambu do Sul e Nova Itaberaba. Apenas três obtiveram pontuação menor que 70 pontos.

Na segunda dimensão, Guatambu, Nova Itaberaba, Pinhalzinho e São Carlos obtiveram 100% dos pontos. Destaca-se o município de Jardinópolis por apresentar somente 2,8 pontos. Arvoredo teve diminuição da pontuação em 2019 – tal pontuação baixa deve-se à apresentação da Matriz Contábil de Encerramento e da Demonstração de Contas Anuais, com inconsistências e ausência de dados e, portanto, não teve nenhum ponto nesse quesito.

Analisando a terceira dimensão, é possível verificar que Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta e Planalto Alegre remeteram os dados fiscais com adequação às regras do Manual de Demonstrativos Fiscais e há consistência entre os demonstrativos, já que contabilizaram 100 pontos percentuais. A menor pontuação foi do município de Guatambu, com 60 pontos.

Na quarta dimensão, que efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais recebidos, Nova Itaberaba, Pinhalzinho e São Carlos atenderam às exigências e

apresentaram os 100 pontos possíveis. Chapecó e Jardinópolis apresentaram as menores pontuações: 5,3% e 15,8%, respectivamente.

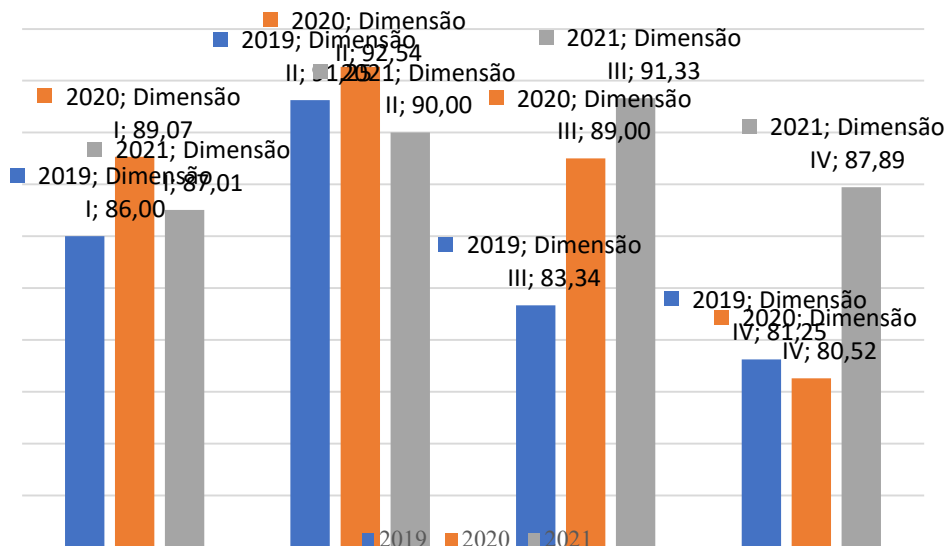
No ano de 2021, foram destaques na primeira dimensão Águas Frias, São Carlos, Nova Itaberaba e Formosa do Sul, que estiveram acima de 90 pontos percentuais. Apenas Nova Erechim teve pontuação abaixo de 64 pontos.

Na segunda dimensão, vários municípios atingiram a nota máxima: Águas de Chapecó, Águas Frias, Guatambu, Jardinópolis, Pinhalzinho e São Carlos. O município de Nova Erechim teve a pontuação zerada nesse item, e os demais tiveram pontuação acima de 80 pontos.

Na terceira dimensão, apenas Santiago do Sul teve nota abaixo de 70 pontos. Caxambu do Sul, Formosa do Sul, Planalto Alegre, Pinhalzinho e Sul Brasil alcançaram 100 pontos percentuais.

Na quarta e última dimensão, os destaques com maiores notas foram: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Formosa do Sul, Jardinópolis, Planalto Alegre, Pinhalzinho, Sul Brasil e União do Oeste. Com apenas 15,8% dos pontos, Guatambu teve a menor média.

Figura 1 - Variação na média em cada dimensão (2019-2021)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a pontuação de cada dimensão, no ano de 2021, é possível verificar que a melhor média foi da terceira dimensão, seguido pela segunda, quarta e primeira. A

Figura 1 representa a variação na média em cada dimensão nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Observa-se que a maior média por dimensão, nos anos de 2019, 2020, e 2021, foi apresentada no ano de 2020, na Dimensão II (compreendendo as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do MCASP, consistência entre os demonstrativos etc. Os dados analisados são os que foram homologados por meio da DCA e enviados por meio da MSC de encerramento). Nessa mesma dimensão, nos demais anos, a média apresentada foi de 90 ou mais pontos.

As menores médias foram apresentadas na Dimensão IV, sendo que, nos três anos, os valores ficaram abaixo de 90% dos pontos percentuais possíveis. O ano de 2020 apresentou apenas 80,52 pontos. Essa dimensão efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais, avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes, e utilizando as informações obtidas na Declaração de Contas Anuais, nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária na Matriz de Saldos Contábeis. A variedade de demonstrativos e atributos analisados pode ser a causa de essa dimensão apresentar as médias mais baixas.

A Dimensão III foi a única que apresentou crescimento do primeiro ao terceiro ano em análise. Em 2019, a média foi de 83,34%, seguido de 89,00% em 2020 e por fim, 91,33% em 2021. Essa dimensão considera as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Por fim, a Dimensão I, que reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no Siconfi por meio da análise da Matriz de Saldos Contábeis, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal e Declaração de Contas Anuais, apresentou crescimento do ano de 2019 em comparação com o ano de 2020. Porém, apresentou queda em 2021. É válido salientar que, apesar de apresentar essa queda, o ano de 2021 ainda apresenta melhor resultado que o ano inicial de 2019.

Em síntese, fazendo a média geral das quatro dimensões em cada um dos anos, os municípios da região da AMOSC apresentaram melhora gradativa em sua pontuação no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. Sendo que, inicialmente, em 2019, a nota média geral foi de 85,46%, passado a 87,78% em 2020 e 89,06% em 2021.

Esse incremento de notas representa aperfeiçoamento nas características qualitativas e quantitativas de melhoria das informações contábeis: relevância, representação fidedigna, comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensividade.

Os estudos encontrados sobre o tema fazem análise da pontuação e correlacionam o tamanho da população ou área territorial com a classificação do município ou estado, não tendo sido encontrados pesquisas semelhantes. Dessa forma, não foi possível fazer comparações e análises mais robustas com outros trabalhos da literatura.

3.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A análise dos elementos permitiu constatar que as dimensões II e IV foram as responsáveis por diminuir a média geral dos municípios da região da AMOSC nos anos em estudo. Assim, usando os atributos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para aumento da pontuação da Dimensão II, devem ser efetuadas conferências abaixo:

Na Demonstração de Contas Anuais:

Variação Patrimonial Aumentativa do Fundeb: verificar se foi informada a Variação Patrimonial Aumentativa com o Fundeb;

Variação Patrimonial Diminutiva do Fundeb: verificar se foi informada a Variação Patrimonial Diminutiva com o Fundeb;

Dedução de receitas para formação do Fundeb: verificar se foi informado o registro orçamentário de destinação ao Fundeb;

Receitas orçamentárias do Fundeb: verificar se foi informado registro orçamentário de entrada de recursos para o Fundeb;

Despesas orçamentárias com encargos patronais: verificar se foi informado registro orçamentário de despesa com encargos patronais relativos aos servidores e funcionários do ente;

Despesas orçamentárias com pessoal: verificar se foi informado registro orçamentário de despesa com os servidores e funcionários do ente;

Despesas orçamentárias de custeio: verificar se foi informado registro orçamentário de outros grupos de natureza da despesa relacionados a custeio diferente de "Pessoal e Encargos Sociais" e "Juros e Encargos da Dívida";

Despesa orçamentárias por função: verifica se foi informado registro orçamentário das despesas classificadas por função do gasto público;

Receitas de transferências intergovernamentais: verificar se foi informado registro orçamentário das receitas de transferências de outros entes e entidades;

Receitas orçamentárias tributárias: verificar se foi informado registro orçamentário da arrecadação tributária;

Receitas orçamentárias e suas deduções: verificar se o valor de deduções de receitas é superior ao valor das receitas orçamentárias. Avalia também se o valor foi informado com sinal invertido;

Ajustes para perdas X Contas principais: verificar a relação entre o valor de ajuste para perdas dos "Créditos a curto e longo prazo" e suas contas principais. Os valores de ajustes não podem ser superiores aos valores das contas originais;

Ajustes para perdas X Contas principais: verificar a relação entre o valor de ajuste para perdas dos "Demais créditos e valores a curto e longo prazo" e suas contas principais. Os valores de ajustes não podem ser superiores aos valores das contas originais;

Valor patrimonial de bens móveis: verificar se foi informado saldo patrimonial de bens móveis;

Depreciação acumulada de bens móveis: verificar se foi informado saldo patrimonial de depreciação acumulada de bens móveis;

Variação patrimonial diminutiva de depreciação de bens móveis e imóveis: verificar se foi informado variação patrimonial diminutiva de depreciação de bens móveis e imóveis;

Depreciação acumulada de bens móveis: verificar se os valores de depreciação de bens móveis são inferiores ao valor total de bens móveis;

Valor patrimonial de bens imóveis: verificar se foi informado saldo patrimonial de bens imóveis;

Depreciação acumulada de bens imóveis: verificar se foi informado saldo patrimonial de depreciação acumulada de bens imóveis;

Depreciação acumulada de bens imóveis: verificar se os valores de depreciação acumulada de bens imóveis são inferiores ao valor total de bens imóveis;

Relação entre a VPA de Contribuições para o RPPS e a Provisão Atuarial do RPPS: verificação da existência de saldo na conta de provisão atuarial no balanço patrimonial sempre que existirem valores de VPA de contribuições para o RPPS.

Inscrição de restos a pagar não processados: verificar se o valor inscrito em RPNP no exercício é menor ou igual à diferença entre os valores registrados de despesa empenhada e liquidada;

Inscrição de restos a pagar processados: verificar se o valor inscrito em RPP no exercício é menor ou igual à diferença entre os valores registrados de despesa liquidada e paga;

Passivo Circulante Financeiro e Passivo Circulante: verificar se o valor do Passivo Circulante Financeiro é menor ou igual ao valor de Passivo Circulante;

Relação entre empréstimos e financiamentos e a VPD de Juros e Encargos: verificar a existência de VPD de Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos quando foram informados valores de Obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos;

Contas de terceiro nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-AB: verificar se foram informados valores nas contas de balanço, no terceiro nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;

Contas de terceiro nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-HI: verificar se foram informados valores nas contas da DVP, no terceiro nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;

Reconhecimento de Ajuste de Dívida Ativa (Tributária + Não Tributária): verificar se o ente está aplicando preceito do PIPCP de ajuste para perdas da dívida ativa. Quando existe saldo de dívida ativa, é verificada a existência de valor de ajuste para perdas no mesmo grupo;

Informação de receitas que não são de competência do ente: verificar se foi informada alguma receita ou dedução de receita que não é de competência do ente;

Contas de quinto nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-HI: verificar se foram informados valores nas contas da DVP, no quinto nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;

Deduções de receitas negativas: verificar se foram informados valores negativos nas colunas das deduções da receita do Anexo I-C;

Evidenciação de créditos tributários - PIPCP item 1: verificar se houve evidenciação de créditos tributários: se existe VPA de tributos, deve haver o registro do crédito no ativo curto/longo prazo - PIPCP item 1;

Registro de créditos tributários do período: verificar se houve registro de créditos tributários no período;

Evidenciação de créditos previdenciários - PIPCP item 2: verificar se existem créditos previdenciários registrados;

Provisão por competência VPD e passivo: verificar as provisões por competência: se há valor de VPD de provisão, deve haver o registro no passivo de curto ou de longo prazo;

Contas de quinto nível do PCASP com saldos invertidos no Anexo - I-AB: verificar se foram informados valores nas contas de balanço, no quinto nível do PCASP, com natureza do saldo invertida;

Relação entre ativo intangível e a respectiva amortização: verificar se o valor de amortização acumulada é inferior ao valor do ativo intangível;

Deve ser verificado na Demonstração de Contas Anuais e da Matriz de Encerramento:

Igualdade nas receitas arrecadadas na MSC de encerramento e na DCA: verificar se o valor acumulado das receitas arrecadadas da MSC de encerramento é igual às receitas arrecadadas do Anexo I-C da DCA;

Igualdade nas receitas com tributos estaduais na MSC de encerramento e na DCA: verificar se o valor acumulado das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;

Igualdade nas receitas com tributos municipais na MSC de encerramento e na DCA: verificar se o valor acumulado das receitas com Tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;

Igualdade nas receitas estaduais com transferências constitucionais na MSC de encerramento e na DCA: verificar se o valor acumulado das receitas estaduais com transferências (Cota-Parte do FPE e Transferências do Fundeb) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;

Igualdade nas receitas municipais com transferências constitucionais na MSC de encerramento e na DCA: verificar se o valor acumulado das receitas municipais com

transferências (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do Fundeb) da MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-C da DCA;

Igualdade de Despesas na MSC de encerramento e na DCA - Empenhado/Liquidado/Pago: verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-D da DCA: Empenhado/Liquidado/Pago;

Igualdade de Despesas na MSC de encerramento e na DCA - RPP e RPNP: verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de encerramento é igual ao informado no Anexo I-D da DCA: RPP e RPNP;

Igualdade da receita realizada entre relatórios: verificar a igualdade dos valores de receita realizada entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Balanço Orçamentário do RREO;

Igualdade da execução da despesa entre relatórios: verificar a igualdade dos valores da execução da despesa entre o Quadro de Despesas Orçamentárias da DCA e o Balanço Orçamentário do RREO: Empenhado/Liquidado/Pago/RPNP;

Igualdade da execução da despesa por função entre relatórios (exceto intraorçamentária): verificar a igualdade dos valores da execução da despesa por função, exceto intraorçamentária, entre o Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo da Despesa por Função/Subfunção do RREO;

Igualdade da execução da despesa por função entre relatórios (intraorçamentária): verificar a igualdade dos valores da execução da despesa por função intraorçamentária entre o Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo da Despesa por Função/Subfunção do RREO;

Igualdade dos restos a pagar não processados e processados entre relatórios. verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar processados e não processados do Quadro de Despesas Orçamentárias da DCA (Execução dos Restos a Pagar) e o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO;

Igualdade dos restos a pagar não processados entre relatórios: verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar não processados na Execução dos Restos a Pagar do Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO;

Igualdade dos restos a pagar processados entre relatórios: verificar a igualdade dos valores dos restos a pagar processados na Execução dos Restos a Pagar do Quadro de Despesas por Função da DCA e o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO;

Igualdade das receitas com alienação de ativos entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com alienação de ativos entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos do RREO;

Igualdade das receitas com tributos estaduais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;

Igualdade das receitas com tributos municipais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;

Igualdade das transferências estaduais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com transferências estaduais (Cota-Parte do FPE e Transferências do Fundeb) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;

Igualdade das transferências municipais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com transferências municipais (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do Fundeb) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do RREO;

Igualdade das receitas com tributos estaduais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;

Igualdade das receitas com tributos municipais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das receitas com tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) entre

o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;

Igualdade das transferências constitucionais estaduais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das transferências constitucionais estaduais (Cota-Parte do FPE e Transferências do Fundeb) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;

Igualdade das transferências constitucionais municipais entre relatórios: verificar a igualdade dos valores das transferências constitucionais municipais (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do Fundeb) entre o Quadro de Receitas Orçamentárias da DCA e o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do RREO;

Igualdade das contribuições dos servidores e compensações financeiras entre relatórios: verificar a igualdade da soma dos valores de contribuições dos servidores e das compensações financeiras entre regimes de previdência no Anexo 03 do RREO e o Anexo I-C da DCA;

Igualdade do valor das despesas de capital entre relatórios: verificar a igualdade do valor bruto das despesas de capital entre a DCA e o RREO;

Igualdade nas receitas arrecadadas na MSC de dezembro e no RREO: verificar se o valor acumulado das receitas arrecadadas da MSC de dezembro é igual às receitas arrecadadas do Anexo 01 do RREO;

Igualdade nas receitas com tributos estaduais na MSC de dezembro e no RREO: verificar se o valor acumulado das receitas com tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD, IRRF) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO.

Igualdade nas receitas com tributos municipais na MSC de dezembro e no RREO: verificar se o valor acumulado das receitas com Tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI, IRRF) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;

Igualdade nas receitas estaduais com transferências constitucionais na MSC de dezembro e no RREO: verificar se o valor acumulado das receitas estaduais com transferências (Cota-Parte do FPE e Transferências do Fundeb) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;

Igualdade nas receitas municipais com transferências constitucionais na MSC de dezembro e no RREO: verificar se o valor acumulado das receitas municipais com

transferências (Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR e Transferências do Fundeb) da MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 03 do RREO;

Igualdade Despesas na MSC de dezembro e no RREO - Empenhado/Liquidado/Pago: verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 01 do RREO: Empenhado/Liquidado/Pago;

Igualdade Despesas na MSC de dezembro e no RREO – RPNP: verificar se o valor acumulado das despesas na MSC de dezembro é igual ao informado no Anexo 01 do RREO: RPNP.

4. CONCLUSÕES

A análise dos elementos permitiu constatar que as dimensões II e IV foram as responsáveis por diminuir a média geral dos municípios da região da AMOSC, nos anos em estudo. Ainda nesse contexto, foi possível verificar que o demonstrativo que exige mais atenção dos responsáveis pelo envio dos dados é a Demonstração de Contas Anuais (DCA), pois serve como base de análise das dimensões II E IV; além disso, os valores informados na DCA são cotejados com os enviados na Matriz Contábil de Encerramento e no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre do exercício. Cabe ressaltar a importância de enviar os dados dentro dos prazos estabelecidos pelas normativas, considerando que o envio em atraso ocasiona a perda de pontos ou até mesmo ter pontuação zerada em algum quesito.

A pesquisa apresentou limitações. Por se tratar de apenas uma região, o tamanho da amostra é reduzido (20 municípios). Além disso, como o envio das informações ao Siconfi é feito por exportação dos dados dos sistemas contábeis ao portal, é possível que ocorram inconsistências no recebimento das informações, ou seja, não conformidade na classificação das contas contábeis e, assim, distorção na qualidade da informação. Outra limitação foi a ausência de entrevista e questionário com os contadores municipais. Tal técnica seria útil para estabelecer como funciona, na prática, a análise da qualidade das informações enviadas ao Siconfi.

Não foi possível correlacionar os resultados obtidos com outros estudos da mesma região, pois os que foram encontrados fazem análise da pontuação e procuram

correlacionar o tamanho da população ou área territorial com a classificação de outros municípios e estados.

Como sugestão de trabalhos futuros, pode ser considerada a possibilidade de aumentar o tamanho da amostra, comparando-se municípios do mesmo estado ou entre os estados da federação. Outra sugestão é realizar entrevistas e questionários com os contadores municipais, buscando novas técnicas para os mais bem colocados das regiões ou do país na obtenção desses resultados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC. **Municípios da Região**. Disponível em <https://amosc.org.br/index/municipios-regiao/codMapaItem/140062>, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BARROS, A. DE J. DA S., ; LEHFELD, N. A. DE S. **Fundamentos de Metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2 ed. ampl. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.html. Acesso em 10 de abril, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de abril, 2023.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp10. Acesso em 10 de abril, 2023.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em 05 de maio, 2023.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi**. 2022a. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/ranking-da-qualidade-da-informacao-contabil-e-fiscal-estadual>. Acesso em 08 de agosto, 2023.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Siconfi. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público. SICONFI e matriz dos saldos contábeis.** 2022b Disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:16228. Acesso em 08 de agosto, 2023.

BRASIL. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 9. ed. 2022c. Disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em 08 de agosto, 2023.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A., ; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **STN divulga ranking da qualidade da informação contábil e fiscal dos Municípios no Siconfi,** 2020. Disponível em <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/stn-divulga-ranking-da-qualidade-dainformacao-contabil-e-fiscal-dos-municipios-no-siconfi>. Acesso em 10 de maio, 2023.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M., ; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, D. R. et al. A Nova Contabilidade Pública: Instrumento de Controle e Acompanhamento das Ações e Políticas Públicas. **GESTO**, v.6, n.1., p. 20-31,2018.

VERGARA, S. C.; PECCI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, p. 13-26, 2003.

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

INFORMALIDADE E SUAS APARENTES CONSEQUÊNCIAS PARA AS METAS DE CRESCIMENTO E QUALIDADE LABORAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO DO 4º TRIMESTRE DE 2015 ATÉ O 4º TRIMESTRE DE 2022

Enzo de Gaspari Ramos¹

Gueibi Peres Souza²

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a maneira como a taxa de informalidade possivelmente impactou os indicadores catarinenses relacionados às metas macroeconômicas e à qualidade laboral durante o período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022. O intuito era contribuir para ampliação da compreensão das externalidades geradas por esse fenômeno, tanto “positivas” quanto “negativas”, nos dois conjuntos de indicadores mencionados. Como resultado, a análise revelou que a informalidade aparentemente exerceu uma influência positiva nos indicadores pertencentes ao primeiro conjunto durante o período considerado. No entanto, essa mesma informalidade demonstrou ter um sugerido efeito negativo sobre as variáveis relacionadas à qualidade laboral, que compõem o segundo conjunto de indicadores. Isso evidencia que a informalidade representou uma importante fonte de ocupação e renda para uma parcela significativa da população catarinense durante o período de análise. Entretanto, as externalidades adversas associadas a essa modalidade de trabalho, como a precariedade dos empregos informais e sua baixa qualidade, aparentemente impactaram de forma negativa a sociedade e a economia local como um todo ao longo do período analisado. Como conclusão, percebeu-se a importância de medidas que promovam uma formalização gradual da economia, sem que se perca a importante fonte de renda e ocupação que esse tipo de trabalho representa para muitos catarinenses.

Palavras-chave: informalidade, Santa Catarina, qualidade laboral, formalização econômica.

INFORMALITY AND ITS APPARENT CONSEQUENCES FOR GROWTH GOALS AND WORK QUALITY IN THE STATE OF SANTA CATARINA: A STUDY FROM THE 4TH QUARTER OF 2015 TO THE 4TH QUARTER OF 2022

Abstract: This study aimed to analyze how the informal employment rate possibly impacted Santa Catarina's indicators related to macroeconomic goals and labor quality during the period from the fourth quarter of 2015 to the fourth quarter of 2022. The intention was to contribute to the understanding of the externalities generated by this phenomenon, both "positive" and "negative," on the two mentioned sets of indicators. As a result, the analysis revealed that informality apparently had a positive influence on the indicators belonging to the first set during the considered period. However, this same informality showed a suggested negative effect on the variables related to labor quality, which comprise the second set of indicators. This indicates that informality was an

¹ Graduado no curso de ciências econômicas pela Universidade Federal De Santa Catarina, Brasil. E-mail: enzogaspariot@gmail.com.

² Professor do curso de ciências econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gueibi.souza@ufsc.br.

important source of employment and income for a significant portion of the population in Santa Catarina during the analysis period. Nonetheless, the adverse externalities associated with this type of work, such as the precariousness of informal jobs and their low quality, apparently negatively impacted the local society and economy as a whole over the analyzed period. In conclusion, the importance of measures that promote the gradual formalization of the economy was recognized, without losing the important source of income and employment that this type of work represents for many residents of Santa Catarina.

Keywords: informality, Santa Catarina, labor quality, economic formalization.

INTRODUÇÃO

Segundo Benito (2021) e Vahdat et al. (2022), o trabalho informal é geralmente visto como algo que apresenta externalidades negativas em âmbito social. Isso se deve pelo fato de o mesmo afetar os indicadores sociais de forma desfavorável, contribuindo assim para a promoção do aumento da pobreza e a precarização dos postos de trabalho.

No entanto, a teoria neoclássica também oferece uma perspectiva alternativa sobre o assunto. De acordo com Blanchard (2017), existem basicamente duas forças no mercado de trabalho: a oferta de trabalho, composta pelos trabalhadores, e a demanda por trabalho, composta pelas empresas. Ainda segundo essa ideia, a redução das regulamentações trabalhistas pode estimular mais empresas a contratarem, aumentando assim a demanda por trabalho e diminuindo o desemprego de forma significativa na medida em que estimula a dinâmica econômica. No entanto, importante ressaltar que esses “novos” postos de trabalho muitas vezes apresentam qualidade laboral relativamente baixa, contrapondo o conceito de trabalho “decente” introduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT): “O conceito de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social” (Abramo, 2006).

Dessa forma, abre-se espaço para análises e debates acerca das externalidades geradas pelo setor informal em economias subdesenvolvidas, o que torna pertinente a realização de estudos que visem tentar mensurar quanto e de que forma a taxa de informalidade possivelmente influencia as variáveis socioeconômicas, permitindo assim que conclusões a respeito desta dualidade em termos de externalidades contribuam para o avanço das ideias.

Neste sentido esse trabalho apresenta como objetivo principal mensurar o quanto a taxa de informalidade, representada pelo total de pessoas empregadas no setor informal na semana de referência, aparentemente influenciou as variáveis representativas das metas macroeconômicas selecionadas e também uma variável de qualidade laboral no estado de Santa Catarina durante o período analisado. Com isto, se pretende contribuir para o debate acerca da possível dualidade da informalidade em termos de externalidades.

1. METODOLOGIA

Este trabalho se apoiou em uma abordagem quantitativa, utilizando-se de quatro modelos de regressão estimados por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) considerando quatro variáveis distintas como dependentes visando mensurar a possível influência da taxa de informalidade nas mesmas, durante o período de análise.

A seleção das variáveis e suas respectivas proxies utilizadas, foram baseadas no conceito das metas macroeconômicas que, segundo Vasconcellos (2006):

São as seguintes as metas de política macroeconômica: a) alto nível de emprego; b) estabilidade de preços; c) distribuição de renda socialmente justa; d) crescimento econômico. As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas como conjunturais, de curto prazo, constituindo-se nas chamadas políticas de estabilização. Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas consideramos que esse não é um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento de política econômica condicionado a alguma ou algumas das quatro metas básicas acima. (Vasconcellos, 2006, p. 187).

Três das variáveis analisadas representaram estas metas com maior enfoque no crescimento econômico em si, enquanto a quarta e última delas focou em representar a qualidade laboral. Por esta razão a hipótese básica deste estudo parte justamente da análise desses dois âmbitos, visando extrair conclusões a partir do estudo comparativo entre elas. Sendo assim, os indicadores considerados foram:

- a) Representando o crescimento econômico, foi utilizado o índice de atividade econômica do estado de Santa Catarina (IAE), disponível no site do Banco Central do Brasil.
- b) Para representar o nível de emprego, o número total de pessoas empregadas na semana de referência no estado de Santa Catarina (emp). Os dados coletados

para essa variável foram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD) do IBGE, obtidos do site SIDRA.

- c) Como medida da pressão inflacionária, foi empregado o Índice de Custo de Vida (ICV) elaborado pela Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Esse índice reflete a variação de preços sobre o orçamento de famílias florianopolitanas com renda entre um e quarenta salários-mínimos, levando em consideração a flutuação de preços de 247 itens.
- d) Como variável para representar o “nível” de qualidade laboral, foi considerado o rendimento mensal médio (rendimento), que pode ser entendido como um indicador de pobreza monetária. Os dados utilizados foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD) do IBGE e, também, coletados no site SIDRA.
- e) Por fim, a variável taxa de informalidade (*inf*) foi obtida a partir do cálculo da divisão do número de pessoas empregadas no setor informal na semana de referência pelo número total de pessoas empregadas na mesma semana em Santa Catarina. Os dados utilizados para essa variável são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, e foram coletados no site do SIDRA.

A amostra analisada foi referente ao estado de Santa Catarina e se remeteu ao período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022. Tal período foi determinado principalmente pela disponibilidade de dados. O *software* utilizado para analisar os dados foi o Gretl³, o qual permitiu a estimação de quatro modelos de regressão por MQO, cada um representando uma das metas macroeconômicas e proxy de qualidade laboral selecionadas como variável dependente e tendo a taxa de informalidade como variável independente nas respectivas equações.

2. TIPOS DE TRABALHO INFORMAL

Antes de discutirmos os resultados obtidos, torna-se pertinente apresentar de forma breve e resumida (ver Quadro 1) a fundamentação bibliográfica acerca dos

³ Disponível para download gratuito em <https://gretl.sourceforge.net/win32/>.

diferentes tipos de trabalho informal presentes no Brasil, o que induziu os diversos aspectos que se buscou manter presentes na análise dos dados.

Quadro 1 – Tipos de informalidade

Tipos de informalidade:	Descrição:
Informais de subsistência:	Trabalhadores informais de subsistência são caracterizados por ocupações precárias, de baixa qualidade e desprovidas de perspectivas de crescimento. Tais indivíduos, frequentemente provenientes de contextos socialmente vulneráveis, procuram qualquer forma de trabalho para obter algum tipo de renda. Em grande parte dos casos, a totalidade dessa renda é direcionada à sua própria sobrevivência. Esse grupo de informais é o mais prevalente no contexto brasileiro. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Informais com potencial produtivo:	Trabalhadores informais com potencial produtivo se distinguem por ocupações informais que demonstram um nível razoável de produtividade e uma qualidade laboral superior em comparação aos informais de subsistência, porém, encontram dificuldades em se formalizar. Diferentemente do primeiro grupo, este segundo tipo apresenta uma capacidade produtiva maior e condições de trabalho mais estruturadas. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Informais por opção:	Trabalhadores informais por opção são caracterizados por ocupações de melhor qualidade que poderiam ser desempenhadas dentro dos moldes da formalidade, mas encontram na informalidade uma oportunidade de obter maiores rendimentos. Esse grupo de informais se aproveita da não conformidade para obter vantagem na competição, gerando lucros frequentemente superiores aos do mercado. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Formais frágeis:	Formais frágeis compreendem empregos que, embora se enquadrem na formalidade, apresentam baixos rendimentos e desempenham atividades laborais precárias. Assim, mesmo sendo considerados trabalhadores formais, eles exibem características do trabalho informal e se encontram em uma condição de extrema vulnerabilidade social. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. RESULTADOS OBTIDOS

Como primeiro ponto de destaque, é relevante informar aos leitores que a maioria dos modelos, com um nível de confiança de 99%, são aceitos em todos os testes de especificação e sem apresentar problemas de multicolinearidade. A única exceção foi o modelo (3), que incluía como variável explicativa a pressão inflacionária, representada pelo Índice de Custo de Vida elaborado pela Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade Estadual de Santa Catarina. Esse modelo, no teste RESET de Ramsey, apresentou problemas que, conforme Gujarati (2011), podem indicar uma falha de especificação do modelo, o que, por sua vez, pode comprometer os resultados obtidos. Nesse contexto, por entender-se que não foi possível realizar a mensuração pretendida,

devido ao comportamento dos dados ao longo deste período e também das limitações da metodologia quantitativa adotada, optou-se por não incorporar esse modelo na divulgação dos resultados da pesquisa, conduzindo-se assim as análises utilizando apenas os modelos que se mostraram válidos em absolutamente todos os testes realizados (para mais detalhes acerca da especificação e grau de ajuste dos modelos ver o apêndice).

Dito isso, as equações obtidas pelos modelos foram respectivamente:

$$\ln(\mathbf{IAE}_t) = 0,524 + 0,755 \ln(\mathbf{inf}_t) + 0,308 \ln(\mathbf{IAE}_{t-1}) + 0,311 \ln(\mathbf{IAE}_{t-2}) + 0,479 \ln(\mathbf{IAE}_{t-3}) \quad (1)$$

$$\ln(\mathbf{emp}_t) = -0,107 + 0,285 \ln(\mathbf{inf}_t) + 1,06 \ln(\mathbf{emp}_{t-1}) \quad (2)$$

$$\ln(\mathbf{rendimento}_t) = 3,69 - 0,263 \ln(\mathbf{inf}_t) + 0,00809 \mathbf{dummy}_{ajuste} + 0,712 \ln(\mathbf{rendimento}_{t-1}) - 0,216 \ln(\mathbf{rendimento}_{t-3}) \quad (3)$$

Em relação às principais implicações dos resultados na discussão proposta, é possível segmentar as equações em dois blocos analíticos distintos. O primeiro bloco abordando as equações que tinham como foco o crescimento econômico, delineando as implicações da economia informal sobre as taxas de crescimento e produtividade. Já, no segundo bloco, direcionando-se a análise para a qualidade do trabalho, com o objetivo de avaliar a natureza do emprego informal, independentemente de seu impacto positivo ou negativo sobre o crescimento econômico e a produtividade do estado.

Especificamente com relação às interpretações dos modelos e as conclusões gerais dos blocos, considerou-se que a partir da equação (1), pode-se afirmar, com um nível de confiança de 95%, que um incremento positivo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a um aumento de aproximadamente 0,8% no índice de atividade econômica de Santa Catarina durante o período de análise. Isso demonstra que o trabalho informal aparentemente exerceu uma significativa influência na economia do estado durante o período considerado, o qual inclui a pandemia de Covid-19. Portanto, um aumento na incidência de trabalho informal foi capaz de efetivamente contribuir para uma espécie de amortecimento na queda do crescimento econômico, mantendo assim níveis relativamente mais elevados de atividade econômica.

Já na equação (2), com um nível de confiança de 95%, é possível afirmar que um acréscimo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a um aumento de 0,3%

no número total de pessoas empregadas durante a semana de referência ao longo do período estudado. Neste sentido, é plausível considerar que o aumento no número de empregos informais, que são menos regulamentados e têm custos mais baixos, de fato esteve relacionado ao aumento geral nas ocupações laborais.

Sendo assim, com base nas interpretações dos resultados das duas primeiras equações, fica evidenciado que a economia informal aparentemente exerceu, de fato, um impacto positivo nos indicadores de crescimento econômico do estado durante o período em análise. Esses resultados ressaltam a importância dos trabalhadores inseridos na economia informal como contribuintes significativos para a economia e destacam que a economia informal representa uma forma crucial de ocupação e renda para uma parcela significativa da população catarinense, mesmo que aparentemente em termo de subsistência e não de acumulação conforme destaca Benito (2021).

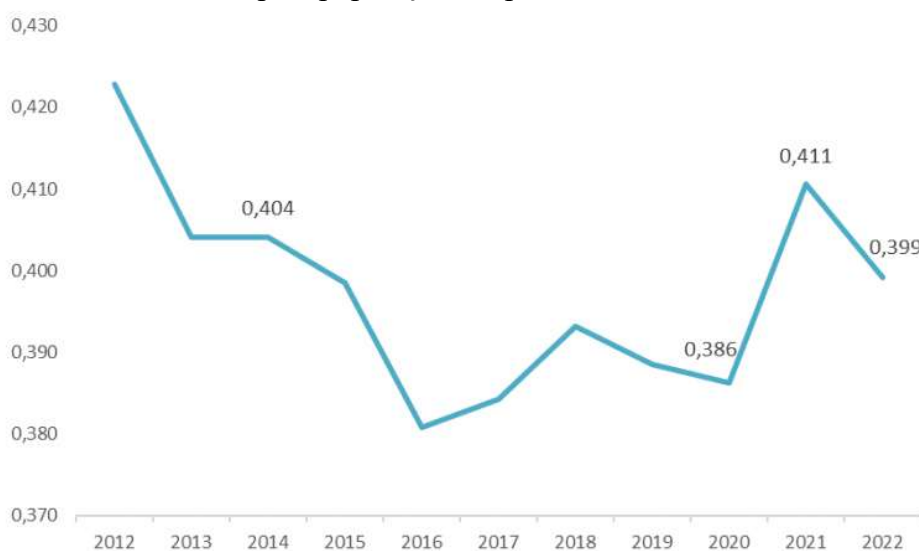
No entanto, apesar dos resultados aparentemente positivos em termos de externalidades, obtidos pelo primeiro bloco de análises, é de suma importância examinar o outro aspecto desse fenômeno, ou seja, a qualidade laboral do trabalho informal presente no estado. Isso permite uma análise mais ampla dos aspectos gerais do labor informal no estado durante o período estudado.

Na equação (3), com um nível de confiança de 87,5%, observa-se que um acréscimo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a uma diminuição de 0,24% no rendimento médio mensal. Tal resultado evidencia que, apesar do impacto positivo nas variáveis relacionadas ao crescimento econômico, como destacado no primeiro bloco de interpretação, a qualidade laboral do trabalho informal durante o período analisado em Santa Catarina foi aparente e substancialmente baixa.

Neste contexto, torna-se relevante retomar a classificação delineada na seção anterior por Vahdat et al. (2022), a qual identificou quatro categorias predominantes de informalidade no país. Considerando tais categorias, é possível concluir, com base nos resultados obtidos, que a maioria dos trabalhadores informais no estado durante o período em análise possivelmente se enquadram nos dois primeiros tipos, ou seja, os informais de subsistência e os informais de potencial produtivo. Esses trabalhadores frequentemente desempenham ocupações caracterizadas por condições de trabalho precárias, ausência de proteção social adequada, remuneração reduzida e enfrentam desafios para se formalizar.

A aparente presença marcante dessa modalidade de labor informal no estado durante o período analisado acaba por contrastar com os princípios de trabalho decente estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2015). Portanto, apesar dos resultados positivos observados em relação aos indicadores de crescimento econômico, os empregos informais no estado durante o período apresentaram características que são adversas à qualidade do emprego e, por extensão, é bastante possível que tenham de certa forma afetado o desenvolvimento social, fazendo com que se aumentasse a taxa de marginalização e de instabilidade social (Abramo, 2006; OIT, 2015). Assim, emergindo discussões como, por exemplo, a diminuição do Índice de Gini dos rendimentos dos trabalhadores catarinenses, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Índice de Gini dos rendimentos habitualmente recebidos em todos os trabalhos pela população ocupada em Santa Catarina



Fonte: PNADC/T (2022) – Microdados; Elaboração Vicente Loeblein Heinen.

Importante enfatizar também que, assim como colocado por Benito (2021), além de problemas relacionados à qualidade laboral, a presença de empregos informais acarreta na diminuição da arrecadação tributária pelo Estado, fenômeno que, assim como a precarização dos postos de trabalho, pode contribuir para a deterioração de indicadores sociais, na medida em que os tão necessários recursos públicos para fomento do desenvolvimento econômico em países periféricos e semiperiféricos (CEPAL, 2020) se tornam ainda mais escassos.

Em conclusão, observa-se que, em linha com a teoria neoclássica, a criação de uma nova classe de trabalho menos regulamentados pode, de fato, aumentar a demanda por empregos, resultando em um aumento no número total de postos de trabalho e, conseqüentemente, contribuir para algum nível de crescimento econômico e produtividade. No entanto, é crucial notar que a qualidade desses empregos muitas vezes compromete o conceito de "trabalho decente" e pode, na verdade, prejudicar o desenvolvimento social. Isso significa que o crescimento econômico gerado pela expansão do setor informal tende a ser temporário quando comparado ao impacto negativo na qualidade de vida e na estabilidade social desses trabalhadores (Benito, 2021).

Por fim, torna-se pertinente a necessidade de desenvolver políticas públicas que tenham como objetivo a redução do trabalho informal e, simultaneamente, a melhoria da qualidade dos postos de trabalho. Contudo, é igualmente fundamental que essas políticas reconheçam o valor intrínseco que os trabalhadores informais representam para a economia de Santa Catarina em sua totalidade. Portanto, é possível concluir que medidas que proponham uma formalização gradual da economia talvez tenham maior potencial de efetividade, pois elas apresentariam uma maior margem para lidar com a importância que muitas vezes o emprego informal apresenta para boa parte da população e para a própria economia em si, como constatado através dos modelos relacionados ao crescimento econômico.

4. INICIATIVAS JÁ IMPLEMENTADAS

Nesta seção corroborando com a conclusão encontrada na seção anterior, são examinadas algumas medidas já adotadas pelo governo brasileiro no âmbito do combate a o trabalho informal e que podem ter potencial de gerar uma redução nos indicadores de informalidade. Por consequência, gerando uma possível formalização gradual, promovendo assim uma mobilidade ascendente destes trabalhadores nos tipos mencionados de informalidade (Quadro I).

Na análise preliminar dos programas já utilizados pelo Estado brasileiro, destacam-se iniciativas que facilitam o acesso dos jovens à capacitação profissional, exemplificadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e o

Programa Universidade para Todos (ProUni). Esses programas almejam aprimorar a capacidade laboral dos jovens, especialmente os de baixa renda, através do oferecimento de vias simplificadas para ingresso em universidades e cursos técnicos profissionalizantes.

No documento "Juventude e Trabalho Informal no Brasil", um relatório resultante da colaboração entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), datado de 2015, emerge a constatação de que tais programas instituídos pelo governo federal têm exercido impacto significativo na redução da informalidade laboral, notadamente entre os jovens. De acordo com os dados apresentados nesse relatório, essas iniciativas estão associadas a uma expressiva diminuição da taxa de informalidade no segmento juvenil, compreendido entre 15 e 29 anos. Nessa faixa etária da população, o índice de informalidade decresceu de 55,2% para 31,2% durante o período compreendido entre 2001 e 2013 (Silva et al., 2015). Vale salientar que tais medidas desempenham um papel de destaque ao elevar o valor agregado à força de trabalho juvenil. Por esse motivo exercem uma função essencial na atenuação do trabalho informal no contexto brasileiro, refletindo-se em resultados de interesse coletivo.

Outra medida recentemente adotada pelo governo brasileiro, que tem sido objeto de considerável destaque no contexto desta análise, é a criação dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo Vahdat et al. (2022), essa iniciativa foi concebida com o propósito de estimular a formalização de empreendedores informais, proporcionando-lhes um acesso simplificado a recursos anteriormente de "difícil" obtenção, como serviços bancários, crédito facilitado e emissão de notas fiscais. Além disso, o regime MEIs visa oferecer benefícios previdenciários, como auxílio-doença e assistência social. Os MEIs emergem como uma tentativa promissora de simplificar a formalização, contudo, sua implementação ainda suscita indagações em termos de eficácia.

No que se refere ao intuito de abranger os trabalhadores do setor informal, observa-se, conforme Vahdat et al. (2022), que 51% dos indivíduos que aderiram ao MEI já possuíam vínculo empregatício formal anterior à formalização como MEI. Essa constatação sugere que a política pode não ter obtido a aderência desejada. Além disso, em alguns casos, o regime MEI não tem alcançado os resultados desejados, por vezes resultando na criação de uma categoria de empregos semi-formalizados, os quais

apresentam as características emblemáticas dos empregos informais. Neste sentido, conseqüentemente, a proteção social permanece baixa, a remuneração é diminuta e as condições de trabalho são precárias, mantendo, assim, uma qualidade laboral baixa (Vahdat et al., 2022).

Cumpra também ressaltar que algumas empresas estão utilizando o regime MEI como meio para dissimular suas relações empregatícias, transmudando-as em relações de prestação de serviços entre empresas, em detrimento das relações de emprego. Uma espécie de “nossa própria formalidade”. Esse procedimento engendra uma evasão de diversas leis trabalhistas, produzindo um efeito contrário ao almejado quando da implementação da medida (Vahdat et al., 2022).

Nesse contexto, os Microempreendedores Individuais (MEIs) emergem como uma proposição intrigante, que visa simplificar o processo de formalização. Todavia, essa medida, apesar de sua “perspicácia” em aliviar o “fardo burocrático” que invariavelmente acompanha a melhoria do acesso à formalização, também suscita uma série de questões e âmbitos de aprimoramento que merecem ponderação.

Outro programa estabelecido pelo governo federal é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esse programa teve seu início em 2005 e possui como escopo estimular a geração de emprego e renda no seio dos empreendedores populares, englobando tanto indivíduos quanto entidades jurídicas cuja receita anual não ultrapasse a cifra de 120 mil reais. Adicionalmente, visa prover recursos e assistência técnica para a obtenção de microcrédito produtivo. Durante o período compreendido entre 2005 e 2014, cerca de 90% dos empréstimos efetuados foram destinados a microempreendedores, sendo notório que dois terços desse grupo eram compostos por mulheres, o que ressalta a presença atuante deste gênero além de ser um importante avanço em termos sociais. É relevante notar que a maioria desses empréstimos foi direcionada para fins de capital de giro, ao invés de investimentos (Vahdat et al., 2022).

Ao contrário, de parte das iniciativas de crédito destinadas aos trabalhadores informais, o PNMPO não centraliza sua atuação na formalização, mas sim na melhoria dos níveis de renda para tais trabalhadores e trabalhadoras. Desta maneira seus efeitos, de forma indireta, acabam por potencialmente estimular um ambiente mais propenso à formalização.

Nesse sentido, outro paradigma de programa destinado a simplificar o acesso ao crédito é o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), cujo lançamento remonta ao ano de 1994. Assim como o PNMPO, o PROGER também almeja facilitar a obtenção de crédito para microempreendedores. Contudo, este programa apresenta um atrativo comparativamente menor quando contrastado com o PNMPO, em razão da ausência de garantias de crédito “substanciais” (Vahdat et al., 2022).

Os dois últimos programas a serem aqui expostos se tratam de políticas que visam fomentar a “acessibilidade” e “desburocratização” do processo de formalização. Como primeira ilustração, o Programa Simples Nacional merece destaque, pois, como o nome sugere, simplificou a obrigatoriedade de declaração fiscal anual das empresas. Essa medida reduziu a complexidade ao exigir apenas uma declaração, e também permitiu a emissão de notas fiscais por meios eletrônicos, facilitando, assim, a transição de muitas empresas informais para a formalidade (Vahdat et al., 2022).

Em seguida, surge o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Este programa se dedica à unificação de informações, permitindo que as empresas registrem os dados de seus colaboradores e consolidem suas obrigações trabalhistas. Desse modo, o mesmo simplifica os processos e evita a submissão de informações “incorretas” ao governo.

Como comentário final, é relevante enfatizar que tais programas apresentaram um impacto significativo no fomento à formalização, uma vez que mitigaram consideravelmente a “burocracia” e os custos que frequentemente constituem “barreiras” para os cidadãos, os quais muitas vezes carecem de recursos temporais, monetários e informacionais para cumprir as exigências de formalização (Vahdat et al., 2022).

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo proporcionou uma compreensão um pouco mais ampla e completa da dinâmica do trabalho informal no estado de Santa Catarina. Além disso, contribuiu para a ampliação da compreensão de como esse tipo de trabalho afetou, durante o período selecionado, os principais indicadores das metas macroeconômicas e a qualidade do emprego que, por sua vez, exerce influência sobre os indicadores de natureza social. Nesse contexto, ressaltou-se a relevância da análise do

trabalho informal que mostrou ter um impacto significativo sobre as variáveis selecionadas durante o período de estudo.

Adicionalmente, salienta-se a importância de implementar medidas com o propósito de mitigar o labor informal e aprimorar a qualidade desse tipo de emprego, como por exemplo, o PNMPO e o Programa Simples Nacional. No entanto, para criação dessas medidas, é crucial reconhecer a relevância que o trabalho informal possui para a economia do estado, uma vez que representa uma fonte de renda e emprego (subsistência) para muitos indivíduos, como o evidenciado pelos modelos estimados.

No que diz respeito especificamente aos resultados obtidos por meio dos modelos estimados, observou-se que o trabalho informal exerceu uma influência positiva sobre as variáveis relacionadas ao crescimento econômico no estado, tais como o índice de atividade econômica e o nível geral de empregados. No entanto, em contrapartida, apesar dessa influência positiva nos indicadores de crescimento, o índice de informalidade laboral apresentou uma relação negativa com o indicador de proxy de qualidade dos postos de trabalho, indicando que a qualidade desse tipo de emprego se mostrou mais baixa.

Esses resultados corroboram com a ideia sobre os tipos de informalidade identificados anteriormente no referencial bibliográfico visitado, mostrando que possivelmente os tipos de trabalho informal predominantes no estado durante o período analisado foram os de baixa qualidade, caracterizados por remuneração reduzida e condições precárias de trabalho. Portanto, a qualidade do trabalho informal examinado no estado durante esse período não se alinharia com a definição de trabalho decente estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse cenário sugere que a baixa qualidade do trabalho informal poderia ter impactos negativos nos indicadores de desenvolvimento social do estado, algo que pode (e deve) gerar certa preocupação por parte dos governos (Vahdat et al., 2022; OIT, 2015).

Por fim, com base nos diagnósticos proporcionados pelos modelos, foi possível concluir a importância e urgência da criação de medidas destinadas a combater o trabalho informal e promover uma maior qualidade laboral dentro do estado, levando em consideração a relevância econômica e, por vezes, social desse tipo de emprego como fonte de renda e ocupação para uma parcela significativa da população catarinense. Isto reforça o compromisso social de propor uma formalização gradual desses trabalhadores

informais, ao invés de adotar medidas mais abruptas, como por exemplo, os MEIs, que poderiam desconsiderar a importância que muitas vezes esse tipo de trabalho acaba possuindo em um contexto periférico global.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Trabalho decente**. 2006. Artigo elaborado pela diretora do escritório da OIT no Brasil. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=802:catid=28&. Acesso em: 29 jun. 2023

BENITO, Santos Miguel Ruesga. **La larga marcha de la economía informal en Latinoamérica**. 2021. 31 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2021.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

BRASIL. BACEN. **Índice de Atividade Econômica Regional**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. IBGE. **Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/8517>. Acesso em: 04 maio 2023.

CEPAL. **Construir un nuevo futuro: Una recuperación transformadora con igualdad y sostenibilidad**. Trigésimo octavo período de sesiones de la Cepal, octubre, 2020.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **ECONOMETRIA BÁSICA**. 5. ed. Nova Iorque: AMGH, 2011.

LOEBLEIN, Vicente. **Rendimento médio dos trabalhadores catarinenses no 1º trimestre de 2022 foi 7,4% inferior ao mesmo período de 2021**, Florianópolis, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/rendimento-medio-dos-trabalhadores-catarinenses-no-1o-trimestre-de-2022-foi-74-inferior-ao-mesmo-periodo-de-2021/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MIRANDA, Luiz. **Os postulados neoclássicos do emprego e a determinação dos salários em Keynes**. Porto Alegre: Revista de Economia Política, 1991.

OIT. Juventud e informalidad: formalizando la informalidad juvenil. Experiencias innovadoras en Uruguay. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe**, 2015b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms_362136.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

OIT. Memoria del Director General: trabajo decente. **Conferencia Internacional del Trabajo**, 87ª reunião, Genebra, junho de 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm#1.%20La%20finalidad>. Acesso em: 22 set. 2023.

ROUBAUD, François; RAZAFINDRAKOTO, Mireille; SABOIA, João; SIMÕES, André; HALLAK NETO, João; BOTELHO, Luanda. **Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil**. 46 f. Texto para discussão - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTA CATARINA. UDESC ESAG. **Índice de custo de vida**. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/custodevida/serie>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTA CATARINA. ASCOM | SED. **Tire suas dúvidas sobre o programa Universidade Gratuita**. 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/tire-suas-duvidas-sobre-o-programa-universidade-gratuita/>. Acesso em: 10 out. 2023

SILVA, Enid Rocha Andrade da; CODES, Ana Luiza Machado de; CAMPOS, André Gambier; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; MACED, Debora Maria Borges de; ARAUJO, Herton Ellery; PINTO, Larissa de Moraes; RANGEL, Leonardo Alves; FIGUEIREDO, Marina Morena Alves de; VIEIRA, Nanah Sanches. **JUVENTUDE E TRABALHO INFORMAL NO BRASIL**. Brasília: Oit, 2015.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P.G.; FARIAS, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **ECONOMIA: micro e macro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE

Figura 1 – Saída completa do modelo 1

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	0,524140	0,615743	0,8512	0,4042
l_inf	0,755270	0,275034	2,746	0,0121 **
l_IAE_1	0,307752	0,169934	1,811	0,0845 *
l_IAE_2	0,311069	0,182884	1,701	0,1037
l_IAE_3	0,478704	0,173903	2,753	0,0119 **
Média var. dependente	4,984226	D.P. var. dependente	0,057175	
Soma resid. quadrados	0,020556	E.P. da regressão	0,031286	
R-quadrado	0,748475	R-quadrado ajustado	0,700565	
F(4, 21)	15,62264	P-valor (F)	4,50e-06	
Log da verossimilhança	55,96286	Critério de Akaike	-101,9257	
Critério de Schwarz	-95,63523	Critério Hannan-Quinn	-100,1143	
rô	0,031308	h de Durbin	0,319800	

Fonte: Gretl.

Figura 2 – Testes de especificidade modelo 1 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 11,9181
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(4) > 11,9181) = 0,0179707$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 24,42
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(14) > 24,42) = 0,0407442$

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 7,05171
 com p-valor = 0,0294266

Fonte: Gretl.

Figura 3 – Testes de especificidade modelo 1 (2)

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 1,53098
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,53098) = 0,237858$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 19) = 2,82665$
 com p-valor = $P(F(2, 19) > 2,82665) = 0,0842064$

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:3 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(5, 16) = 0,690475$
 com p-valor = $P(F(5, 16) > 0,690475) = 0,637869$

Fonte: Gretl.

Figura 4 – Testes de especificidade modelo 1 (3)

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
 Valor mínimo possível = 1,0
 Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

l_inf	1,332
l_IAE_1	2,417
l_IAE_2	2,840
l_IAE_3	2,330

Fonte: Gretl.

Figura 5 – Saída completa do modelo 2

Modelo 2: MQO, usando as observações 2016:1-2022:4 (T = 28)				
Variável dependente: l_emp				
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	-0,107088	0,681260	-0,1572	0,8764
l_inf	0,284667	0,125539	2,268	0,0323 **
l_emp_1	1,05934	0,0870775	12,17	5,35e-012 ***
Média var. dependente	8,201394	D.P. var. dependente	0,040177	
Soma resid. quadrados	0,006211	E.P. da regressão	0,015762	
R-quadrado	0,857484	R-quadrado ajustado	0,846083	
F(2, 25)	75,20969	P-valor(F)	2,65e-11	
Log da verossimilhança	78,05989	Critério de Akaike	-150,1198	
Critério de Schwarz	-146,1232	Critério Hannan-Quinn	-148,8980	
rô	0,016256	h de Durbin	0,096923	

Fonte: Gretl.

Figura 6 – Testes de especificidade modelo 2 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 2,24941
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(2) > 2,24941) = 0,324749$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 23) = 0,301931$
 com p-valor = $P(F(2, 23) > 0,301931) = 0,742275$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 10,1457
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(5) > 10,1457) = 0,0712117$

Fonte: Gretl.

Figura 7 – Testes de especificidade modelo 2 (2)

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: $\text{Qui-quadrado}(2) = 1,25323$
 com p-valor = 0,534398

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:2 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(3, 22) = 1,78119$
 com p-valor = $P(F(3, 22) > 1,78119) = 0,180155$

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 0,826627
 com p-valor = $P(F(4, 21) > 0,826627) = 0,523032$

Fonte: Gretl.

Figura 8 – Testes de especificidade modelo 2 (3)

```

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

      l_inf      1,105
      l_emp_1    1,105

```

Fonte: Gretl.

Figura 9 – Saída completa do modelo 3

Modelo 3: MQO, usando as observações 2016:1-2022:4 (T = 28)
 Variável dependente: l_ICV

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	0,536562	0,228688	2,346	0,0276	**
l_inf	0,246137	0,0845537	2,911	0,0077	***
dummy_ajuste	0,0154583	0,00657403	2,351	0,0272	**
l_ICV_1	0,967623	0,0293789	32,94	1,72e-021	***
Média var. dependente	6,420593	D.P. var. dependente	0,103943		
Soma resid. quadrados	0,002084	E.P. da regressão	0,009319		
R-quadrado	0,992855	R-quadrado ajustado	0,991962		
F(3, 24)	1111,661	P-valor(F)	7,11e-26		
Log da verossimilhança	93,34720	Critério de Akaike	-178,6944		
Critério de Schwarz	-173,3656	Critério Hannan-Quinn	-177,0653		
rô	0,267366	h de Durbin	1,432179		

Fonte: Gretl.

Figura 10 – Testes de especificidade modelo 3 (1)

```

Teste de não-linearidade (quadrados) -
Hipótese nula: a relação é linear
Estatística de teste: LM = 2,20476
com p-valor = P(Qui-quadrado(2) > 2,20476) = 0,33208

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:2 -
Hipótese nula: sem falha estrutural
Estatística de teste: F(2, 22) = 4,36808
com p-valor = P(F(2, 22) > 4,36808) = 0,0252641

Teste RESET para especificação -
Hipótese nula: a especificação é adequada
Estatística de teste: F(2, 22) = 11,664
com p-valor = P(F(2, 22) > 11,664) = 0,000352056

```

Fonte: Gretl.

Figura 11 – Testes de especificidade modelo 3 (2)

```

Teste de White para a heteroscedasticidade -
Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
Estatística de teste: LM = 8,56303
com p-valor = P(Qui-quadrado(8) > 8,56303) = 0,380486

Teste da normalidade dos resíduos -
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 0,071347
com p-valor = 0,964955

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
Hipótese nula: sem autocorrelação
Estatística de teste: LMF = 1,12072
com p-valor = P(F(4, 20) > 1,12072) = 0,374644
    
```

Fonte: Gretl.

Figura 12 – Testes de especificidade modelo 3 (3)

```

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

      l_inf      1,434
dummy_ajuste  3,466
      l_ICV_1    2,831
    
```

Fonte: Gretl.

Figura 13 – Saída completa do modelo 4

Modelo 4: MQO, usando as observações 2016:3-2022:4 (T = 26)
 Variável dependente: l_rendimento

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	3,68912	1,10851	3,328	0,0032	***
l_inf	-0,262815	0,164736	-1,595	0,1256	
dummy_ajuste	0,00808991	0,0105759	0,7649	0,4528	
l_rendimento_1	0,712188	0,140252	5,078	4,99e-05	***
l_rendimento_3	-0,216262	0,140916	-1,535	0,1398	
Média var. dependente	8,013051	D.P. var. dependente		0,030797	
Soma resid. quadrados	0,006080	E.P. da regressão		0,017016	
R-quadrado	0,743567	R-quadrado ajustado		0,694722	
F(4, 21)	15,22315	P-valor(F)		5,48e-06	
Log da verossimilhança	71,79795	Critério de Akaike		-133,5959	
Critério de Schwarz	-127,3054	Critério Hannan-Quinn		-131,7845	
rô	-0,152788	h de Durbin		-1,114586	

Fonte: Gretl.

Figura 14 – Testes de especificidade modelo 4 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 7,10138
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(3) > 7,10138) = 0,0687357$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 19) = 0,232331$
 com p-valor = $P(F(2, 19) > 0,232331) = 0,794903$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 20,6909
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(13) > 20,6909) = 0,0792717$

Fonte: Gretl.

Figura 15 – Testes de especificidade modelo 4 (2)

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: $\text{Qui-quadrado}(2) = 1,77423$
 com p-valor = 0,411843

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 1,20844
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,20844) = 0,343471$

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:3 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(4, 17) = 1,02629$
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,02629) = 0,421992$

Fonte: Gretl.

Figura 16 – Testes de especificidade modelo 4 (3)

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
 Valor mínimo possível = 1,0
 Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

1_inf	1,616
dummy_ajuste	2,452
1_rendimento_1	2,137
1_rendimento_3	2,567

Fonte: Gretl.

TAXA DE DESEMPREGO DE SANTA CATARINA REGISTRA ESTABILIDADE NO 1º TRIMESTRE DE 2024

Pedro Henrique Batista Otero¹

Joana Lara Fernandes Feller²

Resumo: Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) referentes ao 1º trimestre de 2024 indicam que, em consonância com o bom desempenho da atividade econômica, o mercado de trabalho brasileiro deu continuidade ao processo de expansão. Foi registrada uma queda na taxa de desocupação condicionada pelo crescimento das ocupações, assim como pela redução da população desocupada. Já em Santa Catarina observou-se uma manutenção da taxa de desocupação na análise interanual, em decorrência do crescimento proporcional entre pessoas ocupadas e desocupadas, com conseqüente crescimento da força de trabalho e aumento da taxa de participação. O principal vetor de crescimento das ocupações no estado catarinense foi o setor de serviços, com destaque para os subsetores de serviços de tecnologia da informação e no transporte de carga. Os níveis históricos de ocupação atingidos no estado refletem uma expansão simultânea dos empregados formais e informais no setor privado.

Palavras-chave: Santa Catarina, mercado de trabalho, desemprego, ocupação.

UNEMPLOYMENT RATE REMAINS STABLE IN SANTA CATARINA IN THE 1ST QUARTER OF 2024

Abstract: Data from the Continuous National Household Sample Survey (Continuous PNAD) for the 1st quarter of 2024 indicate that, in line with the good performance of economic activity, the Brazilian labor market continued the recovery process. A drop in the unemployment rate was recorded, conditioned by the growth in occupations as well as the reduction in the unemployed population. In Santa Catarina, the unemployment rate was maintained in the interannual analysis, due to the proportional growth between employed and unemployed people, with consequent growth in the workforce and increase in the participation rate. The main vector of growth in occupations in the state was the services sector, with information technology services and cargo transportation playing a leading role. The historic employment levels reached in the state reflect a simultaneous expansion of formal and informal workers in the private sector.

Keywords: informality, Santa Catarina, labor quality, economic formalization.

INTRODUÇÃO

O IBGE divulgou recentemente os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua referentes ao 1º trimestre de 2024, os quais trazem atualizações importantes sobre a conjuntura do mercado de trabalho. A partir de tais

¹ Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. E-mail: phbo2000@gmail.com.

² Graduanda em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. E-mail: joanalaraferrandesfeller@gmail.com.

dados, o objetivo deste texto é analisar a evolução dos níveis de ocupação, de desemprego e de subutilização da força de trabalho em Santa Catarina, à luz do cenário nacional.

1. DESEMPREGO SEGUE EM QUEDA NO BRASIL

No Brasil, a taxa de desemprego chegou a 7,9% no primeiro trimestre de 2024, conforme ilustrado na Tabela 1. Esse resultado representa um aumento de 0,5 p.p. em relação ao trimestre anterior, movimento que está fortemente atrelado a fatores sazonais, já que na série livre desses efeitos houve uma redução de 0,3 p.p. na referida taxa. Já na comparação interanual (com o mesmo trimestre do ano anterior), foi registrada uma queda de 0,9 p.p. neste indicador, sendo esse o melhor resultado para um primeiro trimestre desde 2014.

Tabela 1 – Força de trabalho e seus indicadores (Brasil, 1º trim/24, mil pessoas)

	1º trim/23	1º trim/24	Saldo interanual	Var. interanual	Var. trimestre*
Força de trabalho (FT)	107.257	108.826	1.569	1,5%	-0,9%
- Ocupados	97.825	100.203	2.378	2,4%	0,0%
- Desocupados	9.432	8.623	-809	-8,6%	-3,9%
Taxa de participação na FT	61,6%	61,9%	-	-	-
Nível da ocupação	56,1%	57,0%	-	-	-
Taxa de desocupação	8,8%	7,9%	-	-	-

* Variação contra o trimestre imediatamente anterior, na série dessazonalizada.

Fonte: IBGE (2024); Elaboração: Necat/UFSC.

A queda do desemprego esteve associada tanto à geração de novas vagas de trabalho, absorvendo as pessoas que estavam procurando emprego, quanto à redução da população desocupada. Nesse cenário, a população ocupada chegou a 100,2 milhões de pessoas, valor que representa um crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, nota-se que mais de 800 mil pessoas deixaram a condição de desocupação, indicando uma contração de 8,6% na referida população. Esses efeitos, quando combinados, condicionaram um crescimento de 1,5% na força de trabalho, que passou a contar com 1,6 milhão de pessoas a mais comparativamente ao 1ºT/2023.

Na medida em que a força de trabalho cresceu num ritmo superior à população em idade ativa, teve-se como resultado uma ampliação de 0,3 p.p. na taxa de participação na força de trabalho, atingindo a marca de 61,9%. Embora o nível de participação no

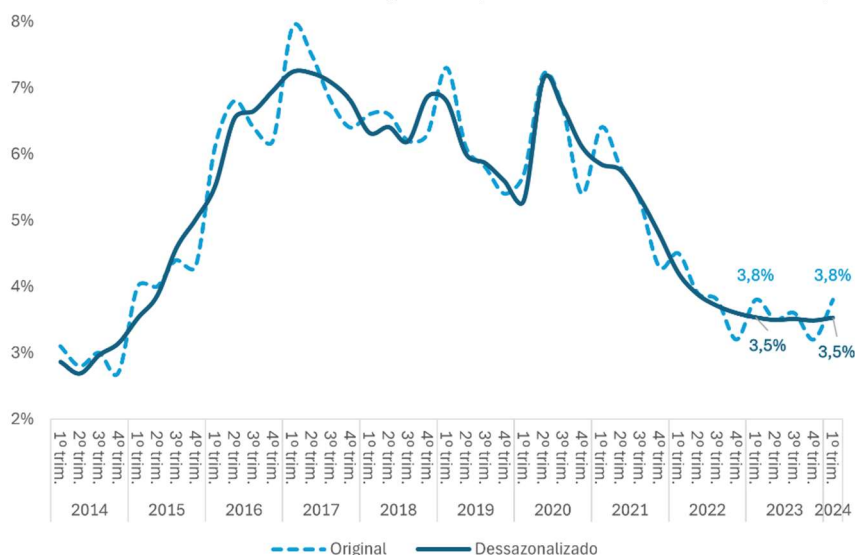
mercado de trabalho tenha subido quando comparado com o mesmo período de 2023 (61,6%), tal resultado ainda permanece aquém do patamar observado no período pré-pandemia.

Ainda que na comparação interanual tenha sido registrada uma redução de 202 mil pessoas na força de trabalho potencial, tal indicador tem apresentado trajetória ascendente nos últimos três trimestres. Já a população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas chegou a 5,2 milhões de pessoas, patamar 2,8% superior ao observado no mesmo período de 2023. A despeito do crescimento da subocupação, a taxa de subutilização da força de trabalho (junção das medidas de desocupação, força de trabalho potencial e subocupação) recuou para 17,9%, uma redução de 1 p.p. em relação ao mesmo período de 2023. Tal resultado se deve, sobretudo, à retração da população desocupada.

2. DESEMPREGO MANTÉM-SE ESTÁVEL EM SANTA CATARINA

A taxa de desemprego catarinense ficou em 3,8% no 1º trimestre de 2024, valor idêntico ao observado no mesmo período em 2023. Na série livre de efeitos sazonais, nota-se que, após a trajetória descendente iniciada no contexto de retomada do mercado de trabalho no período pós pandemia, a taxa de desocupação estacionou em 3,5% durante os últimos quatro trimestres. A evolução histórica da dinâmica do desemprego é ilustrada pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação (Santa Catarina, 2014-2024)



Fonte: IBGE (2024); Elaboração: Necat/UFSC.

Em Santa Catarina, também foi registrada uma expansão da população ocupada no 1º trimestre, conforme ilustra a Tabela 2. Ao longo de 2023, mais de 156 mil pessoas assumiram a condição de ocupadas no estado catarinense. Nesse sentido, embora a população desocupada tenha crescido em 3,9%, a manutenção da taxa de desemprego no estado esteve associada a um crescimento proporcional entre ocupados e desocupados (4% e 3,9%, respectivamente). Já em comparação com o trimestre imediatamente anterior, nota-se um crescimento da população desocupada num ritmo superior à população ocupada (3,5% contra 0,4%).

Tabela 2 – Força de trabalho e seus indicadores (Santa Catarina, 1º trim/24, mil pessoas)

	1º trim/23	1º trim/24	Saldo interanual	Var. interanual	Var. trimestre*
Força de trabalho (FT)	4.042	4.205	163	4,0%	0,5%
- Ocupados	3.888	4.044	156	4,0%	0,4%
- Desocupados	155	161	6	3,9%	3,5%
Taxa de participação na FT	66,8%	68,1%	-	-	-
Nível da ocupação	64,3%	65,5%	-	-	-

* Variação contra o trimestre imediatamente anterior, na série dessazonalizada.

Fonte: IBGE (2024); Elaboração: Necat/UFSC.

De tal modo, foi registrado um crescimento da força de trabalho da ordem de 4%, o que representa um incremento de 163 mil pessoas. Com isso, obteve-se um aumento de 1,3 p.p. na taxa de participação na força de trabalho, que chegou à marca de 68,1%. Em outras palavras, houve uma ampliação do ritmo de absorção da população em idade ativa pela força de trabalho, de modo que a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho foi capitaneada pelo crescimento da ocupação, indicando uma melhora tanto na taxa de participação quanto no nível da ocupação, que saltou de 64,3% para 65,5% em um ano.

De acordo com os dados contidos na Tabela 3, os efeitos positivos do crescimento na força de trabalho foram acompanhados pelo crescimento da subocupação e da força de trabalho potencial (aumento de 9 mil e 16 mil pessoas, respectivamente). No caso particular do desalento (quando o motivo da não procura por trabalho é a falta de perspectiva em encontrar) o aumento foi de 7 mil pessoas.

Tabela 3 – Medidas de subutilização da força de trabalho (Santa Catarina, 1º trim/24, mil pessoas)

	1º trim/23	1º trim/24	Saldo interanual	Var. interanual
Desocupados	155	161	6	3,9%
Subocupados	54	63	9	16,7%
Força de trabalho potencial	54	70	16	29,6%
- Desalentados	13	20	7	53,8%
- Não-desalentados	41	50	9	22,0%
Taxa de subutilização da FT	6,4%	6,9%	-	-

Fonte: IBGE (2024); Elaboração: Necat/UFSC.

Com isso, houve um crescimento da taxa de subutilização da força de trabalho no estado, chegando à marca de 6,9%. Em que pese essa expansão, destaca-se que a taxa de subutilização encontra-se, desde 2022, num patamar relativamente baixo comparado ao restante da série histórica iniciada em 2012. Não obstante, Santa Catarina ainda conta com 161 mil desempregados, 63 mil subocupados e 70 mil pessoas na força de trabalho potencial, sendo 20 mil delas desalentadas.

2.1. O SETOR DE SERVIÇOS SUSTENTOU O CRESCIMENTO DAS OCUPAÇÕES NO ESTADO

De acordo com os dados da Tabela 4, o principal vetor de crescimento das ocupações no período foi o setor de serviços³, cujo saldo de 162 mil novas pessoas ocupadas reflete uma expansão de 9,8% no setor. A maior parte dessas ocupações foi gerada nas atividades de serviços técnico-profissionais, cujas 62 mil novas ocupações referem-se, em grande medida, ao segmento de tecnologia da informação. Em termos relativos, a maior expansão foi registrada nos serviços públicos (18,7%), sobretudo nas atividades relacionadas à saúde e nas contratações da administração pública no âmbito municipal. Nota-se que o crescimento das atividades de transportes (15,9%) tem sido beneficiado pelo bom momento das exportações catarinenses no primeiro trimestre de 2024.

³ As classificações de atividade econômica utilizadas são de elaboração própria, a partir das subclasses CNAE Domiciliar dos microdados da PNADC. Para mais detalhes, ver [Anexo Estatístico do Necat/UFSC](#).

No setor de comércio, foi registrado um saldo de 25 mil novas ocupações, com crescimento de 3,6%. O desempenho desse setor está relacionado ao bom momento do consumo das famílias, beneficiado pelo aumento da massa salarial em função do crescimento da ocupação assim como pelo crescimento dos rendimentos reais. Nesse sentido, as ocupações geradas no comércio foram registradas majoritariamente no segmento automotivo, principalmente nas atividades de manutenção e reparação de veículos automotores.

Tabela 4 – População ocupada por setor de atividade econômica (Santa Catarina, mil pessoas)

	1º trim/23	1º trim/24	Saldo	Varição
AGROPECUÁRIA	316	261	-55	-17,4%
INDÚSTRIA	932	956	24	2,6%
Indústrias de bens intermediários	355	379	24	6,6%
Indústrias de bens de consumo não-duráveis	320	282	-38	-11,9%
Artesanato e atividades domiciliares	96	111	14	15,0%
Indústrias de bens de capital	78	92	14	18,3%
Indústrias de bens de consumo duráveis	59	68	9	14,6%
Serv. Industriais de utilidade pública	23	25	2	6,6%
CONSTRUÇÃO	281	281	0	0,0%
COMÉRCIO	706	731	25	3,6%
SERVIÇOS	1.652	1.814	162	9,8%
Serviços técnico-profissionais	674	736	62	9,2%
Serviços administrativos e complementares	346	354	8	2,3%
Transportes	223	259	36	15,9%
Serviços públicos	198	235	37	18,7%
Serviços prestados às famílias	211	231	19	9,1%
TOTAL	3.888	4.044	156	4,0%

Fonte: PNADC/T (2024); Elaboração: Necat/UFSC

Nota: Classificação própria, de acordo Anexo Estatístico descrito na Nota 3.

Na indústria, foi registrado um crescimento de 2,6% na população ocupada, que representa um acréscimo de 24 mil novas ocupações no setor. Em termos subsetoriais, o desempenho desse setor foi protagonizado pela produção de bens intermediários, sobretudo na fabricação de produtos de material plástico e na produção de insumos para a indústria têxtil. A indústria de bens de capital apresentou a maior taxa de crescimento (18,3%), seguida pelo artesanato e atividades domiciliares (15%), cujo desempenho foi sustentado pelas ocupações geradas nas atividades de confecção e, em menor escala, na fabricação de móveis. O único subsetor a apresentar contração no saldo de ocupações foi a indústria de bens de consumo não-duráveis, em função dos desligamentos concentrados na agroindústria.

A construção foi o único grande setor a ter estagnação no período. Quanto ao desempenho subsetorial, foi verificado que as ocupações geradas na construção de edifícios e nas obras de infraestrutura foram compensadas pelos desligamentos nos serviços especializados para construção, de tal modo que o setor manteve-se na mesma situação que se encontrava no 1º Trimestre/2023.

Por fim, registrou-se uma considerável retração no setor agropecuário, que perdeu 55 mil ocupações no período. A maior parte dessas perdas se referem às atividades de criação de bovinos e cultivo de fumo.

2.2. CRESCIMENTO SIMULTÂNEO DE EMPREGOS FORMAIS E INFORMAIS

Os níveis históricos de ocupação atingidos no estado refletem uma expansão simultânea do mercado de trabalho formal e informal, conforme podemos observar a partir da Tabela 2.

Tabela 2 – População ocupada por posição na ocupação e categoria do emprego (Santa Catarina, mil pessoas)

	1º trim/23	1º trim/24	Saldo	Varição
Empregados formais - Setor privado	1.987	2.071	84	4,2%
Empregados informais - Setor privado	365	411	46	12,6%
Estatutários ou militares	248	247	-1	-0,4%
Empregados no setor público	106	112	6	5,7%
Conta própria	948	983	35	3,7%
Empregadores	189	182	-7	-3,7%
Trabalhadores familiares auxiliares	44	38	-6	-13,6%
TOTAL	3.888	4.044	156	4,0%

Fonte: PNADC/T (2024); Elaboração: Necat/UFSC

Puxado pelo setor de serviços, o emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado cresceu 4,2% nos últimos quatro trimestres, sendo parte expressiva dessas ocupações referentes à atividade de transporte de carga. O crescimento do emprego informal foi ainda mais intenso, à taxa de 12,6%. Neste caso, as maiores contribuições vieram do comércio (principalmente em supermercados e hipermercados), da construção civil, dos serviços de tecnologia da informação e de alimentação. Em termos absolutos, o número de empregados com carteira aumentou 84 mil entre o 1º trimestre de 2023 e de 2024, enquanto o saldo dos sem carteira foi de 46 mil no mesmo período.

Diferentemente do que se verificou em outros momentos de aquecimento do mercado de trabalho catarinense, a expansão da ocupação não tem sido acompanhada pela

diminuição do trabalho por conta própria. O número de catarinenses trabalhando nessa condição cresceu 3,7% ao longo do último ano, sendo as atividades de confecção de artigos do vestuário, da construção civil, das atividades imobiliárias, dos serviços pessoais e do transporte o foco desse crescimento. Destaca-se que a ampliação do trabalho por conta própria foi protagonizada por trabalhadores sem registro no CNPJ, cujo crescimento de 9,7% foi verificado concomitantemente a uma contração de 6,1% entre trabalhadores que não possuíam tal registro.

No caso dos trabalhadores familiares auxiliares, nota-se que houve uma retração de 13,6% no período analisado. Esse movimento está quase que integralmente vinculado à perda das ocupações na pecuária.

3. CONCLUSÃO

A queda do desemprego no Brasil esteve associada, tanto à geração de novas vagas de trabalho, absorvendo as pessoas que estavam procurando emprego, quanto à redução da população desocupada. Em consequência, houve um crescimento de 1,5% na força de trabalho, que passou a contar com 1,6 milhão de pessoas a mais comparativamente ao 1º Trimestre/2023. Esse resultado proporcionou uma ampliação na taxa de participação na força de trabalho, atingindo a marca de 61,9%, que, embora seja superior à taxa registrada no mesmo período de 2023 (61,6%), ainda permanece aquém do patamar pré-pandemia (63,4%).

Já em Santa Catarina, a manutenção da taxa de desemprego em 3,8% esteve associada a um crescimento tanto da população ocupada quanto de desocupados. Desse modo, houve um acréscimo de 163 mil pessoas à força de trabalho, que representa um crescimento de 4% nesse indicador. Tal movimento gerou uma elevação da taxa de participação na força de trabalho, cuja marca atingida de 68,1% representa o terceiro maior valor da série histórica, iniciada em 2012.

O principal vetor de crescimento das ocupações no estado foi o setor de serviços, cujo saldo de 162 mil novas pessoas ocupadas reflete uma expansão de 9,8%. Nesse sentido, houve protagonismo das contratações nos serviços de tecnologia da informação e no transporte de carga. Os níveis históricos de ocupação atingidos no estado refletem uma expansão simultânea dos empregados formais e informais no setor privado. Ainda que, em termos absolutos, a maior parte das contratações tenha sido de empregados

formais, em termos relativos o crescimento do emprego informal se deu num ritmo mais acelerado. O crescimento da população empregada não foi acompanhado por uma redução nos trabalhadores por conta própria. Pelo contrário, houve um crescimento desse tipo de ocupação, sustentado pelo avanço de trabalhadores sem registro no CNPJ, ao passo que registrou-se uma queda entre trabalhadores sem esse registro. Desse modo, verifica-se que o crescimento das ocupações no estado está vinculado a um processo de aprofundamento do trabalho informal.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral**. 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 11 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais**. 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cnt/tabelas>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NO PERÍODO ENTRE 2012-2022¹

Lauro Mattei²

Samya Campana³

Kauê Soares Alexandre⁴

Bonifácio Packer⁵

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a evolução da pobreza no Brasil e em Santa Catarina no período entre 2012-2022, com atenção especial para o período entre 2020-2022 quando ocorreu a pandemia da Covid-19. Teoricamente partiu-se da definição de pobreza monetária, com base nas definições disseminadas pelo Banco Mundial. Para tanto, utilizou-se a renda domiciliar per capita média para mensurar a quantidade de pessoas que se encontravam na condição de pobreza e de extrema pobreza, tanto no Brasil como em Santa Catarina. Como resultados gerais, observou-se que durante a pandemia a pobreza atingiu seu ápice, particularmente no ano de 2021. Nesse período, 77,9 milhões de pessoas no Brasil foram classificadas como pobres, enquanto 19,1 milhões foram consideradas como extremamente pobres. Já em Santa Catarina, no mesmo período, 1,08 milhões de pessoas foram consideradas como pobres e 174,2 mil pessoas foram classificadas como extremamente pobres. Portanto, nas duas dimensões geográficas (Brasil e Santa Catarina) a pobreza atingiu seus maiores quantitativos durante a pandemia, com destaque para o ano de 2021.

Palavras-chave: pobreza, pandemia, Brasil, Santa Catarina.

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF MONETARY POVERTY IN BRAZIL AND SANTA CATARINA IN THE PERIOD BETWEEN 2012-2022

Abstract: The aim of this paper is to analyze the poverty evolution in Brazil and Santa Catarina State between 2012-2022, with special attention to the period 2020-2022 when Covid-19 pandemic happened in the country. In theoretical terms we used the definition that comes from World Bank and was disseminated like monetary poverty. For this intention we used the average income per capita to measure the quantity of the people

¹ Esse estudo faz parte das atividades do projeto de pesquisa contemplado pelo Edital 03/2022 da FAPESC, cujo objetivo central é a elaboração de estudos e pesquisas voltadas à superação dos desafios sociais em SC, parte deles elencados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que compõem a Agenda 2030 cujo foco é acabar com a pobreza e garantir o bem-estar social de todos. Dentre esses objetivos, destacam-se o 1º objetivo que consiste na erradicação da pobreza extrema até 2030, com geração de emprego e renda para as pessoas; o 2º objetivo que propõe acabar com a fome até 2030, garantindo o acesso a todos a uma alimentação saudável; o 8º objetivo que consiste na busca do pleno emprego e no trabalho decente para todos os homens e mulheres, inclusive com redução do desemprego dos jovens; e o 10º objetivo que consiste na redução das desigualdades sociais.

² Professor dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas e de Pós-Graduação em Administração, ambos na UFSC. Coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT-UFSC). Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br.

³ Pesquisadora do NECAT/UFSC, Economista (UFSC), Msc. em Economia (UFSC) e Dra. em Educação (UFSC).

⁴ Bolsista do NECAT/UFSC, estudante de Ciências Econômicas, UFSC.

⁵ Bolsista do NECAT/UFSC, estudante de Ciências Econômicas, UFSC.

that under condition of poverty and extreme poverty. The main results show in both of cases that the top of poverty was reached in 2021. In this time, 77,9 million of people in Brazil were classified like poor, and 19,1 million were classified like extremely poor. In the same period in Santa Catarina State this number was 1,08 million of people and 174,2 thousand, respectively. Therefore, in both dimensions (Brazil and Santa Catarina State) the poverty level was more expressive during the pandemic period, particularly in 2021.

Keywords: poverty, pandemic, Brazil, Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é expor a situação da pobreza em Santa Catarina, qualificando esse fenômeno social previamente ao início da pandemia e após a incidência da mesma, para entender se o contexto dramático observado, em nível de Brasil, também se fez presente e/ou se ampliou no Estado após 2020. Essa proposta está acompanhada do uso do conceito de pobreza monetária e de sua mensuração a partir das linhas de pobreza e de extrema pobreza calculadas pelo Banco Mundial, bem como da análise da evolução do rendimento, estratificada por sexo e cor, considerando-se que esses também são fatores que afetam as condições de vida e de desigualdade de uma população.

Frequentemente o tema da pobreza é apresentado em Santa Catarina como “quase-resolvido”. Tal narrativa se assenta em dados e informações que mostram que nesta unidade federativa encontra-se a menor proporção de pobreza e de pobreza extrema do país: em 2022 apenas 12,8% dos catarinenses eram considerados pobres, enquanto somente 1,8% da população total se enquadrava como extremamente pobre. Por outro lado, o rendimento domiciliar médio de R\$ 1.958,00 era muito superior na comparação com o país (R\$1.586,00).

Essas informações alimentam o imaginário popular de que Santa Catarina é um estado desenvolvido, ao mesmo tempo em que criam visões preconceituosas em relação a outras unidades federativas com índices de pobreza mais elevados. Todavia, qualquer análise mais detalhada dos dados e informações sobre pobreza e rendimento familiar no estado de Santa Catarina evidencia uma situação que não condiz inteiramente com essa noção que se propaga e populariza, uma vez que as desigualdades sociais existentes em nível de Brasil também são encontradas em SC, ainda que em menores proporções.

Por isso, é pertinente registrar que segue sendo necessário superar os desafios sociais elencados nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que compõem a Agenda 2030, cujo foco é acabar

com a pobreza e garantir o bem-estar social de todos, nas diversas dimensões da vida. Assim, registre-se que dentre os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, destacam-se: o 1º objetivo, que consiste na erradicação da pobreza extrema até 2030, com geração de emprego e renda para as pessoas; o 2º objetivo, que se propõe a acabar com a fome até 2030, garantindo o acesso a todos a uma alimentação saudável; o 8º objetivo, que consiste na busca do pleno emprego e no trabalho decente para todos os homens e mulheres, inclusive com redução do desemprego dos jovens; e por fim o 10º objetivo, que consiste na redução das desigualdades sociais.

Diante desse cenário, é imperioso questionar: ainda que Santa Catarina apresente as menores taxas de pobreza do país, será que elas não seriam superiores ao razoável, considerando-se que sua população representa apenas 3,75% da população total do país, além de que seu PIB figura frequentemente entre os primeiros do país? O que se pode afirmar acerca do comportamento dos níveis de pobreza e dos rendimentos no estado no período considerado, tanto em termos conjunturais como estruturais?

Por outro lado, é importante considerar, ainda, a análise do nível de rendimento da população, uma vez que grande parte da expansão da pobreza no Brasil, e também em Santa Catarina, está relacionada à redução da renda ocasionada pelo aumento do desemprego, pelo aumento da própria concentração de rendimento em poucos estratos sociais e pela persistência de insuficiências estruturais do sistema de seguridade social brasileiro (Barbosa, Souza, Soares, 2020, Neri, 2020).

A metodologia adotada se assentou na coleta e análise de dados secundários, cuja finalidade é auxiliar na compreensão do fenômeno relacionado aos objetivos estabelecidos pelo projeto de pesquisa do qual esse estudo faz parte. A análise dos dados do IBGE sobre pobreza e rendimento, tanto para o Brasil como Santa Catarina, procurou desvelar a evolução de ambos os temas para o período de 2012 a 2022. Para tanto, foram utilizados duas bases estatísticas: os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, de periodicidade anual, com exceção dos anos de Censo, e as informações constantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADs Contínuas), também elaborada pelo IBGE e que possui periodicidade mensal, trimestral e anual. Inicialmente foram construídas séries temporais sobre as diferentes linhas de pobreza monetária do Banco Mundial, assim como sobre o rendimento médio per capita no recorte de sexo e cor, procedimentos que permitem analisar a evolução da pobreza e das desigualdades de

rendimento. Para todos os indicadores foram evidenciados os valores absolutos e calculadas as respectivas taxas de variação, as quais são essenciais para indicar possíveis tendências de cada indicador específico. No caso da pobreza, também foram definidas as linhas de pobreza com base nos parâmetros utilizados no âmbito do país.

Além dessa breve introdução, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira delas é feita uma rápida síntese da evolução dos conceitos de pobreza e de pobreza monetária, enquanto na segunda seção apresenta-se o comportamento do rendimento domiciliar médio per capita no Brasil e em Santa Catarina entre 2012 e 2022. Na terceira seção discute-se a evolução da pobreza monetária no Brasil e em Santa Catarina antes e durante a pandemia. A quarta seção apresenta as conclusões gerais do estudo, destacando-se a temática da pobreza associada à expansão da pandemia.

1. BREVES NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE POBREZA E DE POBREZA MONETÁRIA

As concepções sobre pobreza evoluíram ao longo do tempo como resultado de uma série de causalidades históricas, culturais e sociais que ocorreram, principalmente, no mundo ocidental. No início a pobreza foi discutida como sendo relacionada à subsistência física e ao gasto energético das pessoas nas atividades diárias. Decorre daí o surgimento da concepção da pobreza como déficit calórico, fato que moveu grande interesse por parte dos nutricionistas europeus e estadunidenses na primeira etapa da determinação científica do conceito de pobreza (Lima, 2005). A principal crítica a essa definição, conforme Townsend (1993), é que as necessidades humanas básicas não são somente físico-alimentares, mas são essencialmente sociais.

Na década de 1950, uma nova concepção despontada referendada, principalmente, nas ideias do que é ser pobre ou estar pobre no processo de desenvolvimento dos países. Com isso, vem a lume o conceito de pobreza como privação de necessidades básicas, momento em que a discussão deixa de estar focada apenas no gasto calórico. Neste caso, os debates são ampliados para uma cesta de bens e serviços, admitindo-se a existência de certos serviços sociais ou coletivos que não dependem, essencialmente, da fome ou da desnutrição para a determinar a condição objetiva do “pobre”.

Segundo Mattei (2021), esta definição é uma extensão da concepção de subsistência, porque adiciona ao debate, além da sobrevivência física, o tema dos serviços essenciais às comunidades locais, no sentido de estabelecer regras e condições para as políticas voltadas à promoção do desenvolvimento. Já para Lima (2005), o conceito de necessidades básicas se apresenta como uma extensão do conceito de pobreza como subsistência, já que enfatiza os recursos mínimos requeridos pelas pessoas numa totalidade maior e inclusive social, e não apenas necessidades de sobrevivência física de indivíduos e famílias.

Posteriormente, surge a concepção de pobreza relativa, lastreada no conceito de pobreza como privação relativa, onde ser pobre é ser pobre com relação ao resto da sociedade e de seu tempo, não inteiramente em termos absolutos ou objetivos, para todos os tempos e sociedades.

Na atualidade, o debate sobre pobreza e suas formas de mensuração abrange duas abordagens. Por um lado, tem-se a abordagem monetária, desenvolvida pelo Banco Mundial e que utiliza linhas de pobreza que decorrem exclusivamente do nível de rendimento das pessoas. Por outro, existe a abordagem multidimensional, adotada pela ONU, que considera a pobreza como um fenômeno multidimensional e que destaca o fato de que o acesso aos bens e serviços é resultado de diversos fatores sociais, políticos, econômicos e legais (Campana, Alexandre e Packer, 2023, Mattei, 2013)⁶.

Neste artigo adotamos a abordagem monetária da pobreza, não obstante as inúmeras críticas que apontam sua falta de consistência, por consideramos que ela possui relevância não somente ao chamar a atenção da comunidade internacional para o problema, mas por ser difundida em termos internacionais e utilizada para definir políticas de enfrentamento da pobreza em dezenas de países (Mattei, 2013). Tal abordagem serve de referência para medir o progresso em relação às metas globais estabelecidas pelos organismos multilaterais de desenvolvimento, além do fato dessas linhas estarem sendo

⁶ A metodologia multidimensional, em grande parte, está assentada no pensamento do economista indiano Amartya Sen, que desenvolveu a doutrina do *capability approach*, além dos esforços da OPHI - *Oxford Poverty & Human Development Initiative*, fundado em 2007 por Sabina Alkire e John Hammock. Para Sen, “não é possível padronizar a pobreza através da medição de patamares de ‘renda’ ou, ainda, de ‘necessidades’, visto que estas são variáveis, específicas e existem diferenças entre as ‘capacidades’ das pessoas para transformar a renda em ‘funcionamentos’; dessa forma, Sen questiona a noção de que certa quantidade de bens “essenciais” ou de renda possa avaliar por inteiramente o bem-estar [e pobreza] das pessoas” (Lima, 2005).

utilizadas para o monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por outro lado, a facilidade de acesso a dados da renda, por parte da equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT), justificaram nesse momento a escolha de análise sobre a pobreza em Santa Catarina considerando apenas os aspectos monetários.

Registre-se que foi a partir dos anos de 1980 que essa compreensão de pobreza, utilizando-se de uma métrica monetária (renda), começou a tecer caminhos técnicos e avanços significativos, tendo por horizonte efetuar uma comparação entre países, regiões e sociedades, levando a exames, críticas e debates, dados pelos conjuntos de critérios adotados por órgãos internacionais e institutos de pesquisa (Campana, Alexandre e Packer, 2023). Esse processo culminou na publicação, pelo Banco Mundial, do Relatório de Desenvolvimento Humano em 1990, momento em que foi apresentada, pela primeira vez, a metodologia do Dollar-a-Day (um dólar ao dia) per capita, representando o padrão mínimo internacional da pobreza, segundo o qual uma pessoa é considerada pobre em qualquer lugar do mundo (Mattei, 2013).

O método consiste em estabelecer o valor de uma cesta de alimentos e agregar a esta os custos com despesas não alimentares, calculadas como proporção dos gastos alimentares. A partir daí é feita uma atualização monetária e calculada a proporção de pessoas abaixo das linhas de renda, considerando que ela é um parâmetro homogêneo e a via de acesso majoritária ao bem-estar (Mattei, 2013, 2022). A metodologia do dollar-a-day foi sendo atualizada e aperfeiçoada, destacando-se que sua última atualização ocorreu em 2022, quando se passou a considerar a Paridade do Poder de Compra (PPC) para padrões de 2017. (IBGE, 2023).

Tal metodologia, considerada unidimensional, construiu as famosas “linhas de pobreza”, as quais acabaram se transformando no principal instrumento de debate sobre o problema da pobreza, considerando-se também as dificuldades para se definir indicadores para além da esfera da renda exclusivamente (Mattei, 2013), quais sejam: uma linha para medir a extrema pobreza (atualmente em US\$ 2,15 por dia) e duas linhas intermediárias de pobreza voltadas a países de renda média-baixa (US\$ 3,65) e média-alta (US\$ 6,85), já que a linha de extrema pobreza não se adequava aos padrões mais diversificados de consumo e rendimento desses países, especialmente os de renda média-

alta (IBGE, 2023). Deste modo, essas tipificações para mensurar a pobreza acabaram fortalecendo o termo “pobreza monetária”.

No caso do Brasil, para se medir a pobreza é usada como referência a linha de US\$ 6,85, considerando que os padrões de consumo são mais diversificados, o que está relacionado a uma maior variação em sua renda média, já que o país possui estruturas produtivas mais modernas e heterogêneas, segundo Banco Mundial. Já para se mensurar a extrema pobreza é utilizada a linha de US\$ 2,15 (IBGE, 2023).

Portanto, para se ter uma dimensão real da pobreza monetária, além das desigualdades a ela associada, é fundamental, em primeiro lugar, analisar o comportamento do rendimento domiciliar médio per capita, conforme será abordado na próxima seção.

2. O COMPORTAMENTO DO RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO PER CAPITA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA ENTRE 2012 E 2022

O nível dos rendimentos e de suas desigualdades é, reconhecidamente, um importante indicador para se analisar o aumento ou redução da quantidade de pessoas e famílias que se encontram em situação de pobreza em um determinado período. Além desse quesito agregado, também serão apresentados os rendimentos por sexo e por cor para se observar qualitativamente as distintas desigualdades, tanto no Brasil como em Santa Catarina.

Tendo esses pontos em mente, a presente seção apresentará os principais aspectos sobre a evolução do rendimento domiciliar médio per capita entre 2012 e 2022 para as duas dimensões geográficas. Para tanto, são utilizadas tabelas e gráficos construídos com valores absolutos e relativos sobre o rendimento, assim como o cruzamento deste por sexo e cor. Corroborando com esses indicadores, será apresentada, ainda, uma tabela estratificada por classes de rendimentos com base na proporção delas na renda total.

Segundo o IBGE (2023), para esse período, é importante considerar que:

Após o aquecimento do mercado de trabalho nos primeiros quatro anos da década passada, a economia brasileira experimentou períodos de instabilidade e crises. Houve desaceleração e queda da renda agregada no biênio 2015-2016, tênue recuperação nos anos seguintes até 2019 e, em um contexto economicamente ainda aquém das condições favoráveis que vigoravam em 2014, ocorreu, em 2020, o que veio a se tornar a maior crise sanitária mundial

dos últimos anos. A pandemia de COVID-19 trouxe consequências danosas à saúde da população e à economia dos países, acarretando queda da renda e destruição de postos de trabalho, que, no Brasil, atingiram recordes históricos em 2020. No ano seguinte, a economia iniciou uma recuperação a partir do combate mais efetivo à pandemia e da adaptação das atividades produtivas à situação enfrentada desde o início de 2020. Somente em 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho (IBGE, 2023, p.13).

O Gráfico 1 apresenta a evolução do rendimento domiciliar médio per capita deflacionado para o ano de 2022, tanto para o Brasil como Santa Catarina ao longo da série considerada. No ano inicial da série observa-se que o valor de SC (R\$ 1.919,66) era 19% superior ao valor do conjunto do país (R\$1.554,84). Já no ano final da série esse diferencial percentual se manteve no patamar em ambos os casos, sendo que o aumento da massa de rendimento ao longo de todo o período em cada uma das dimensões territoriais consideradas também foi literalmente idêntico, ou seja, 2%.

Todavia, quando se considera o ano anterior ao início da pandemia (2019), observa-se que em ambos os casos se atingiu o pico máximo, sendo que tanto em SC como no Brasil o rendimento médio em 2019 foi 7% acima ao rendimento do ano inicial da série. Os dois primeiros anos da pandemia (2020 e 2021) retraíram o rendimento médio em ambos os casos, sendo que em SC essa retração foi de 10,3% enquanto no Brasil foi de 11,4%. Mesmo com a reação observada no ano de 2022, nota-se que o rendimento médio de SC se situava 4,8% abaixo do pico registrado em 2019, enquanto o do Brasil estava 5% abaixo do registrado em 2019.

Gráfico 1- Rendimento Domiciliar Médio *per capita*, Brasil e Santa Catarina entre 2012 e 2022

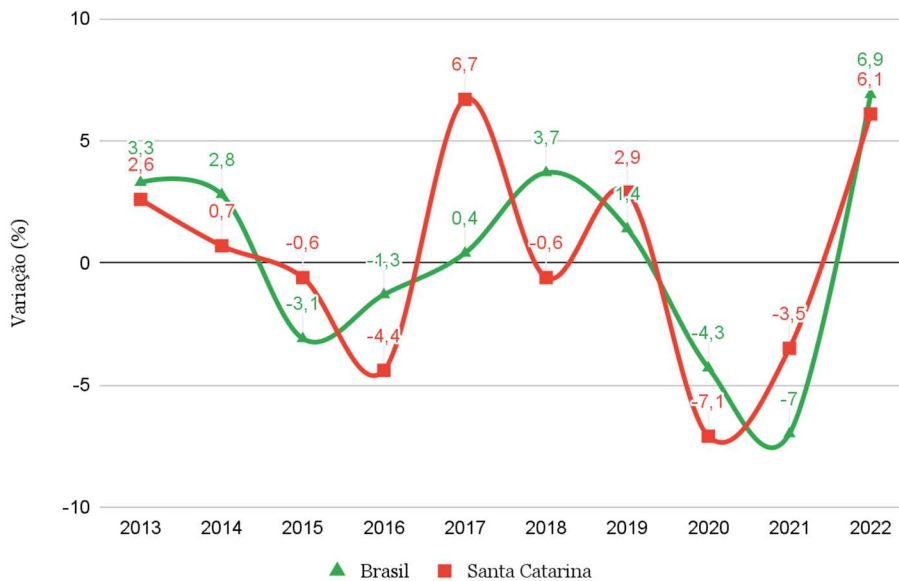


Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

O Gráfico 2 apresenta os percentuais de variação anual do rendimento domiciliar médio per capita nas duas dimensões consideradas. Ao longo de todo o período analisado, verificam-se três momentos distintos dessas variações. No primeiro deles, observa-se que durante a crise econômica de 2015-2016 o comportamento do indicador foi distinto, sendo que em SC foi menos expressivo no primeiro ano (2015) e teve uma variação bem mais intensa no segundo ano (2016), enquanto no Brasil a situação foi exatamente o contrário. Neste período ainda merece destaque a forte retração observada no caso de SC no ano de 2018, comportamento muito distinto do verificado no conjunto do país. No segundo momento (dois primeiros anos da pandemia) nota-se que a retração da variação em Santa Catarina foi bem mais intensa em 2020, porém com menor intensidade em 2021, sendo novamente verificado o inverso no caso do Brasil para o mesmo período. Finalmente, no ano da recuperação (2022) nota-se que a variação percentual da recuperação foi praticamente idêntica nos dois casos.

Gráfico 2 - Variação Anual do Rendimento Domiciliar Médio *per capita*, Brasil e Santa Catarina entre 2012 e 2022



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

A Tabela 1 apresenta a evolução do rendimento domiciliar médio *per capita* entre 2012 e 2022, segundo o sexo. No caso do Brasil, verifica-se que no início da série (2012) os homens tinham um rendimento médio 1,5% acima do rendimento médio geral, ao passo que as mulheres tinham um rendimento médio 1,5% abaixo da média nacional. Já em 2019, quando o rendimento domiciliar médio *per capita* atingiu seu ápice, os homens mantiveram um rendimento domiciliar médio de 1,4% acima da média nacional, enquanto as mulheres tiveram um rendimento domiciliar médio 1,3% do rendimento domiciliar médio do país. Finalmente, no ano de 2022, quando o rendimento domiciliar médio se recuperou as diferenças acabaram se alterando, tanto positivamente como negativamente. Assim, os homens tiveram um aumento de 2,2% acima da média nacional, enquanto as mulheres tiveram uma redução de 2,3%, o que indica a continuidade de um processo de diferenciação de rendimento entre homens e mulheres.

Tabela 1 - Rendimento Domiciliar Médio (R\$) *per capita* no Brasil e Santa Catarina entre 2012 e 2022, segundo o sexo das pessoas

Período	Brasil			Santa Catarina		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	1.555	1.576	1.534	1.920	1.949	1.891
2013	1.606	1.638	1.576	1.970	1.995	1.945
2014	1.652	1.676	1.628	1.984	2.010	1.958
2015	1.600	1.622	1.578	1.973	1.991	1.955
2016	1.579	1.607	1.553	1.886	1.899	1.873
2017	1.586	1.613	1.560	2.012	2.045	1.979
2018	1.644	1.671	1.618	1.999	2.026	1.972
2019	1.668	1.690	1.647	2.057	2.104	2.011
2020	1.596	1.634	1.559	1.912	1.955	1.870
2021	1.484	1.527	1.442	1.846	1.910	1.781
2022	1.586	1.622	1.552	1.958	2.005	1.911
Média	1.956	1.625	1.568	1.596	1.988	1.923

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

No caso de Santa Catarina, observa-se um comportamento muito semelhante ao verificado no âmbito nacional. Assim, no ano de 2012, enquanto os homens detinham um rendimento domiciliar médio per capita 1,5% acima do patamar estadual, as mulheres sofreram uma retração de 1,6% em relação ao valor estadual. Em 2019, quando o rendimento domiciliar médio per capita atingiu seu maior valor no estado, verifica-se que os homens detinham um rendimento domiciliar 2,3% acima do patamar estadual, ao mesmo tempo as mulheres se situavam num patamar 2,3% inferior ao valor estadual. Finalmente, em 2022 os homens ampliaram para 2,4% seu rendimento domiciliar médio em relação ao patamar estadual, ao mesmo tempo em que as mulheres reduziram em 2,5% seus rendimentos domiciliares médios em relação ao patamar estadual. Esses percentuais indicam que o diferencial de rendimento domiciliar médio entre homens e mulheres, além de elevado, tem se mostrado contínuo em Santa Catarina, inclusive superando em alguns períodos os percentuais registrados para o conjunto do país no mesmo quesito.

A Tabela 2 apresenta a evolução do rendimento domiciliar médio per capita entre 2012 e 2022, segundo a cor das pessoas. No caso do Brasil, observa-se uma elevada discriminação do rendimento médio per capita quando são cruzados os dados pelos diferentes grupos de cor ou raça. Da mesma forma que na tabela anterior, serão utilizados três períodos comparativos. No ano inicial da série (2012), as pessoas brancas detinham um rendimento domiciliar médio per capita 36% maior que o patamar nacional; 50% maior que as pessoas pardas e 47% maior que as pessoas de cor preta. Já as pessoas pardas detinham um rendimento 32% inferior ao patamar nacional e 6% inferior em relação às pessoas pretas. Finalmente, as pessoas de cor preta detinham um rendimento 32% inferior ao patamar nacional, porém 6% superior ao rendimento das pessoas pardas. Em 2019, quando o rendimento domiciliar médio per capita atingiu seu maior valor no país, verifica-se que essas disparidades aumentaram, uma vez que as pessoas brancas passaram a ter um rendimento 39% superior ao patamar nacional; 50% maior que o rendimento das pessoas pardas e 48% superior ao rendimento das pessoas pretas. No ano final da série (2022), as pessoas brancas tiveram um rendimento 34% superior ao patamar nacional; 45% maior que o rendimento das pessoas pardas e 45% superior ao rendimento das pessoas pretas. Mesmo que esses percentuais do último ano da série tenham decaído

ligeiramente em relação aos períodos anteriores, ainda assim é brutal a diferenciação de rendimento no país em função da cor ou raça das pessoas.

Tabela 2 - Rendimento domiciliar médio *per capita* (R\$) no Brasil e em Santa Catarina entre 2012 e 2022, segundo a cor ou raça das pessoas

Período	Brasil				Santa Catarina			
	Branca	Parda	Preta	Preta ou Parda	Branca	Parda	Preta	Preta ou Parda
2012	2.112	1.051	1.115	1.060	2.021	1.271	1.308	1.278
2013	2.173	1.090	1.173	1.101	2.083	1.267	1.454	1.296
2014	2.229	1.130	1.205	1.140	2.066	1.384	1.481	1.403
2015	2.152	1.115	1.172	1.124	2.067	1.286	1.679	1.351
2016	2.188	1.069	1.131	1.079	2.000	1.228	1.656	1.295
2017	2.181	1.102	1.128	1.106	2.139	1.400	1.440	1.407
2018	2.273	1.149	1.185	1.155	2.121	1.504	1.612	1.520
2019	2.317	1.162	1.193	1.168	2.212	1.445	1.514	1.456
2020	2.180	1.135	1.162	1.139	2.006	1.433	1.517	1.446
2021	2.046	1.036	1.058	1.040	1.949	1.407	1.292	1.386
2022	2.118	1.155	1.197	1.163	2.094	1.428	1.488	1.437
Média	2.179	1.109	1.156	1.116	2.069	1.368	1.495	1.389
			1.127				1.417	

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

No caso de Santa Catarina, observa-se um comportamento um pouco semelhante ao verificado no âmbito nacional. Assim, as pessoas brancas detinham um rendimento domiciliar médio per capita 5,5% maior que o patamar estadual; 37% maior que as pessoas pardas e 35% maior que as pessoas de cor preta. Já as pessoas pardas detinham um rendimento 44% inferior ao patamar estadual e 3% inferior em relação às pessoas pretas. Finalmente, as pessoas de cor preta detinham um rendimento 32% inferior ao patamar estadual, porém 3% superior ao rendimento das pessoas pardas. Em 2019, quando o rendimento domiciliar médio per capita atingiu seu maior valor no estado, verifica-se que a continuidade dessas disparidades, uma vez que as pessoas brancas passaram a ter um rendimento 7,5% superior ao patamar estadual; 35% maior que o

rendimento das pessoas pardas e 32% superior ao rendimento das pessoas pretas. No ano final da série (2022), as pessoas brancas tiveram um rendimento 7% superior ao patamar estadual; 32% maior que o rendimento das pessoas pardas e 29% superior ao rendimento das pessoas pretas. Da mesma forma que no âmbito nacional, mesmo que esses percentuais do último ano da série tenham decaído em relação aos períodos anteriores, ainda assim a diferenciação de rendimento no estado em função da cor ou raça das pessoas continua expressiva.

A Tabela 3 apresenta a evolução da distribuição percentual do rendimento total em classes de rendimentos por décimos da população em Santa Catarina entre 2012 e 2022. No primeiro ano da série (2012), nota-se que o grupo com até 10% dos menores rendimentos detinha apenas 1,77% do rendimento domiciliar per capita total. Já o grupo entre 10 e 20% dos menores rendimentos detinha apenas 3,3% desse rendimento total. Em sentido oposto, o grupo entre 80 e 90% dos maiores rendimentos detinha 15,58%, enquanto o grupo com mais de 90% dos rendimentos detinha 33,92% do rendimento domiciliar per capita total.

No ano de 2022, o grupo com até 10% dos menores rendimentos detinha apenas 1,83% do rendimento domiciliar per capita total, enquanto o grupo entre 10 e 20% dos menores rendimentos detinha apenas 3,62% desse rendimento total. Observa-se que os décimos seguintes detiveram baixos percentuais desse rendimento total, exceto nos casos das classes de rendimento de mais de 80 até 90%, que deteve 15,41% do rendimento total e da classe acima de 90% que deteve 33,15% do rendimento domiciliar per capita total. Ou seja, os 10% com os maiores rendimentos se apropriaram de 32,71% do total desses rendimentos.

A condição dos habitantes de Santa Catarina que sobreviveram com os até 10% menores rendimentos apresenta uma média da série histórica de apropriação da renda total de 1,83%, tendo alcançado ínfimos 2,02% do total dos rendimentos em 2014 e retrocedido a 1,62% em 2021. Ora, no último décimo, ou seja, aqueles com os 10% maiores rendimentos detiveram, na média da série histórica, 32,72% do total dos rendimentos, quase 1/3, tendo seu pico em 2012 (33,92%) e seu mínimo em 2017 (31,92%).

Tabela 3 - Distribuição % do Rendimento Total em classes de rendimento domiciliar médio per capita por décimos da população, Santa Catarina de 2012 a 2022

Anos	Classes de rendimento									
	Até 10%	Mais de 10% a 20%	Mais de 20% até 30%	Mais de 30% até 40%	Mais de 40% até 50%	Mais de 50% até 60%	Mais de 60% até 70%	Mais de 70% até 80%	Mais de 80% até 90%	Mais de 90%
2012	1,77	3,33	4,51	5,55	6,57	7,78	9,41	11,59	15,58	33,92
2013	1,93	3,42	4,57	5,74	6,67	7,87	9,29	11,39	15,27	33,84
2014	2,02	3,63	4,74	6	6,85	8,2	9,69	11,66	15,31	31,89
2015	1,94	3,6	4,73	5,8	6,79	7,94	9,69	11,76	15,56	32,2
2016	1,81	3,5	4,67	5,76	6,74	7,91	9,59	11,78	15,68	32,56
2017	1,8	3,5	4,82	5,93	6,86	8,11	9,61	11,7	15,75	31,92
2018	1,83	3,47	4,82	5,9	6,75	8,06	9,54	11,6	15,47	32,56
2019	1,85	3,52	4,73	5,73	6,73	8,03	9,45	11,51	15,45	32,98
2020	1,83	3,61	4,83	6,02	6,85	8,14	9,45	11,83	15,28	32,14
2021	1,62	3,49	4,75	5,93	6,71	7,94	9,5	11,49	15,41	33,15
2022	1,83	3,62	4,72	5,82	6,68	8	9,49	11,62	15,51	32,71

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano relativo ao dado.

Considerando-se a soma de todas as classes de rendimento com até 60% dos menores rendimentos, verifica-se que eles se apropriaram, na média da série histórica, de 30,65% do total dos rendimentos, sendo que a menor apropriação da série ocorreu em 2012 (29,51%) e a maior em 2014 (31,4%). Isso quer dizer que as classes com os 10% maiores rendimentos se apropriaram do equivalente ao apropriado pelas classes com até 60% dos menores rendimentos.

Durante a pandemia, os efeitos deletérios da mesma em relação à renda foram explicitados com maior intensidade no ano de 2021, quando o percentual da renda total apropriado por parte das classes com os 10% maiores rendimentos foi alçado para 33,15%, fato que culminou no aprofundamento da tendência de expansão da concentração de renda durante a crise sanitária. Em grande medida, esse comportamento revela que as dificuldades para se defender dos impactos da pandemia foram muito maiores nas camadas populacionais situadas nas classes de renda inferiores.

3. A POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

3.1 A POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL

A Tabela 4 apresenta o valor monetário das linhas de pobreza e de extrema pobreza e as respectivas proporções de pessoas nessa situação em relação à população total do país entre 2012 e 2022. Tais informações permitem observar os avanços e recrudescimentos desse problema social no âmbito geral da nação. Inicialmente observa-se que a proporção de brasileiros em situação de pobreza monetária, isto é, a proporção daqueles que viviam em termos médios com menos de R\$ 480 mensais de rendimento domiciliar per capita, oscilou ao redor de uma média de 32,9% da população total ou 67,8 milhões de pessoas, reduzindo em -3,1 p.p. Em termos absolutos, verifica-se também que houve uma redução de -1,26% de brasileiros pobres monetariamente. Já a proporção dos brasileiros em situação de extrema pobreza monetária, ou seja, que viviam em média com menos de R\$ 151 de rendimento mensal domiciliar per capita, oscilou em torno da média de 6,6%, que em termos absolutos representava 13,6 milhões de pessoas. Em termos absolutos, verifica-se também que houve uma redução de -3,61% de brasileiros extremamente pobres monetariamente. Logo, mais brasileiros saíram da pobreza monetária do que da extrema pobreza monetária, embora a velocidade de redução da segunda fosse maior do que a primeira.

Tabela 4 - Proporção de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil entre 2012 e 2022, segundo as linhas de pobreza do Banco Mundial

Período	Total (1 000 pessoas)	Valor da linha mensal referente a US\$ 2,15 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per</i> <i>capita</i> menor que US\$ 2,15 PPC 2017 (%)	Valor da linha mensal referente a US\$ 6,85 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per</i> <i>capita</i> menor que US\$ 6,85 PPC 2017 (%)
2012	197 539	110	6,6	350	34,7
2013	199 254	117	5,8	372	32,4
2014	200 971	124	5,2	395	30,8
2015	202 735	135	5,6	430	31,6
2016	204 415	147	6,7	469	33,7
2017	206 095	152	7,3	485	33,7
2018	207 750	157	7,4	502	33,3
2019	209 419	163	7,3	520	32,5
2020	211 021	169	6,0	537	31,0
2021	212 577	183	9,0	582	36,7
2022	214 106	200	5,9	636	31,6

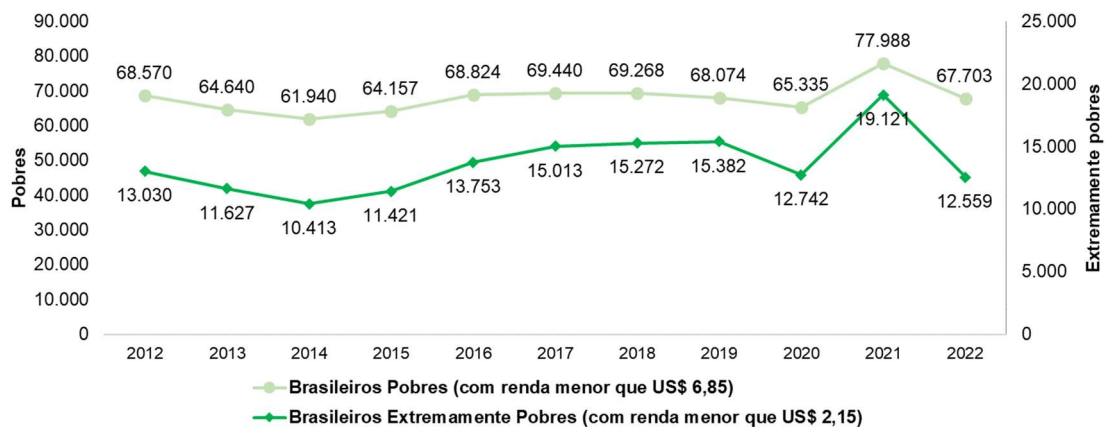
Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

Essas mesmas informações são expostas pelo Gráfico 3. Do ponto de vista do montante das pessoas pobres, nota-se que o patamar é praticamente idêntico ao longo de toda a série, exceto no período mais agudo da pandemia (2021). No início da série (2012) foram contabilizados 68 milhões de pobres no país. Esse montante vinha sofrendo pequenas alterações até o início da pandemia em 2020. No ano seguinte apresentou um crescimento expressivo e ao final da série voltou a um patamar quase que idêntico ao verificado em 2012.

Situação muito semelhante pode ser observada no caso da proporção das pessoas extremamente pobres. No início da série (2012) o montante de pessoas nesta condição apresentou, inclusive, uma tendência de queda até 2014, sendo que o patamar do início da série foi retomado em 2016, o qual se manteve inalterado até o início da pandemia. Após a expansão da doença ocorreu um enorme salto do montante de pessoas extremamente pobres, especialmente no ano de 2021.

Gráfico 3 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil entre 2012 e 2022 (1000 pessoas), segundo as linhas de pobreza do Banco Mundial



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

3.2 – A POBREZA MONETÁRIA EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, no mesmo período, o cenário foi um pouco diferente. A proporção de pessoas pobres monetariamente, ou seja, daquelas que como no Brasil

também viviam com menos de R\$ 480 mensais de rendimento domiciliar per capita, oscilou ao redor de uma média de 13,1% da população total, o que correspondia a 914,3 mil pessoas, reduzindo em -2,2 p.p. Em termos absolutos, verifica-se também que houve uma redução de -3,11% de pessoas pobres monetariamente. Já a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza monetária, ou seja, que viviam em média, também como no Brasil, com menos de R\$ 151 de rendimento mensal domiciliar per capita, oscilou em torno da média de 1,6%, correspondendo a 111,6 mil pessoas. Em termos absolutos, verifica-se também que houve um aumento de 30,13% de pessoas extremamente pobres monetariamente. Esses dados chamam a atenção por revelar que a redução da participação de pessoas pobres monetariamente no Estado esconde o fato de que caíram na extrema pobreza monetária, pois este grupo - que está dentro do grupo de pobres - cresceu mais rapidamente (+30,13%), inclusive do que a população total (13,70%), portanto, aumentando sua participação de 1,5% para 1,8%.

Na comparação com o Brasil, nota-se que em Santa Catarina a redução da proporção de pessoas pobres monetariamente foi menor (-3,1 p.p no país contra -2,2 p.p. no Estado), embora a velocidade da redução fosse maior (-1,26% no país contra -3,11%). No entanto, com relação à redução da extrema pobreza monetária, o estado apresentou aumento desse indicador, tanto em termos absolutos quanto relativos, enquanto no país foi registrada uma redução.

Essas mesmas informações são expostas pelo Gráfico 4. Do ponto de vista do montante das pessoas pobres, nota-se que o patamar registrado no início da série (2012) foi decaindo até 2014, porém voltou a crescer entre 2015 e 2016, provavelmente em função da crise econômica do país, cujos efeitos também se fizeram presentes em SC. A partir de então ocorreu um novo recuo nos três anos seguintes (2017-2019), seguido por uma grande expansão a partir do início da pandemia, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, quando o patamar ultrapassou a marca de 1 milhão de pessoas nessa condição. Finalmente, em 2022 o montante de pobres caiu para um patamar ligeiramente inferior ao verificado no início da série considerada.

Tabela 5 - Proporção de pessoas pobres e extremamente pobres em SC entre 2012 e 2022, segundo as linhas de pobreza do Banco Mundial

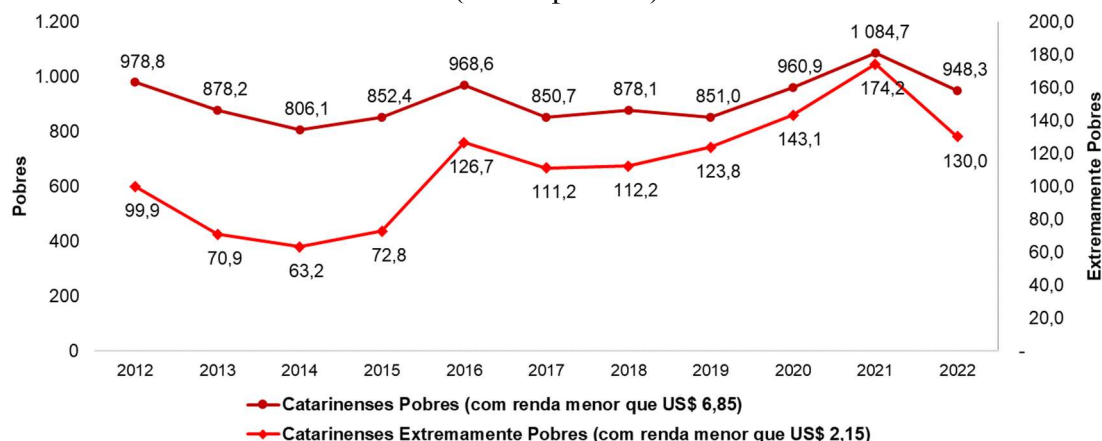
Período	Total (1 000 pessoas)	Valor da linha mensal referente a US\$ 2,15 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> menor que US\$ 2,15 PPC 2017 (%)	Valor da linha mensal referente a US\$ 6,85 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> menor que US\$ 6,85 PPC 2017 (%)
2012	6 517	109	1,5	348	15,0
2013	6 606	116	1,1	369	13,3
2014	6 696	123	0,9	393	12,0
2015	6 787	136	1,1	432	12,6
2016	6 879	148	1,8	471	14,1
2017	6 971	152	1,6	485	12,2
2018	7 062	158	1,6	504	12,4
2019	7 151	164	1,7	522	11,9
2020	7 239	168	2,0	536	13,3
2021	7 323	184	2,4	586	14,8
2022	7 410	201	1,8	639	12,8

Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

Com relação ao montante de pessoas extremamente pobres, o cenário é um pouco diferente, uma vez que no início da série (2012) o montante de pessoas nesta condição era de 99 mil pessoas, inclusive apresentando reduções até 2015. Todavia o patamar registrado em 2016 já era superior ao verificado no início da série, o qual sofreu pequenas alterações nos dois anos seguintes, destacando-se que antes mesmo do início da pandemia (2019) o número de pessoas extremamente pobres já tinha superado em muito o patamar inicial (2012), o que significa dizer que a extrema pobreza em SC já vinha se expandindo antes mesmo da pandemia. Todavia, depois de instalada a pandemia, registrou-se uma explosão da extrema pobreza no estado, sendo que o auge foi atingido em 2021, quando 174,4 mil pessoas passaram à condição de extrema pobreza. Tal cenário sofreu uma pequena inversão no ano de 2022, porém o patamar registrado nesse ano atingiu 130 mil pessoas. Isso significa que a quantidade de pessoas na condição de extrema pobreza em Santa Catarina ainda pode ser considerada elevada diante dos patamares registrados no início da série considerada.

Gráfico 4 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres em SC, de acordo com o rendimento domiciliar *per capita* médio, segundo linhas do Banco Mundial 2012 a 2022 (x1000 pessoas)



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

3.3 – A POBREZA MONETÁRIA DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Esse item analisa a evolução da taxa de variação anual da pobreza monetária no período entre 2019 e 2022, tanto para Brasil quanto Santa Catarina, com base nos dados e informações sistematizados nos itens anteriores e correlacionando as variações percentuais dos rendimentos com as mesmas variações das duas dimensões da pobreza monetária (pobre e extrema pobreza).

No âmbito nacional (Gráfico 5) a pobreza monetária atingiu seu ápice durante a pandemia, precisamente no ano de 2021, quando as linhas detectaram um total de 77,9 milhões de pobres (com menos de US\$ 6,85) e 19,1 milhões de pessoas extremamente pobres (com menos de US\$ 2,15). Em relação ao período prévio da pandemia (2019), isso significou uma taxa de acréscimo de 14,56% e 24,30%, respectivamente, indicando uma velocidade maior de pessoas que adentraram a condição de extrema pobreza monetária. Em termos relativos à população total, isso significou uma taxa de acréscimo de 4,2 p.p. da pobreza e de 1,7 p.p. da extrema pobreza. No entanto, cabe enfatizar que apesar da redução expressiva observada no biênio 2022/2021, o número absoluto de pobres no triênio 2022/2019 aumentou 3,61% enquanto o de extremamente pobres caiu -1,43%. Ou seja, a redução proporcional da pobreza (e extrema pobreza) em 2022 deveria ter sido

muito maior do que foi, visando superar não somente o quantitativo absoluto de pobres em 2019, mas o crescimento populacional no período de 2019 a 2022, que foi de 1,4%.

Uma das explicações plausíveis para que o ápice dos níveis de pobreza tenha sido alcançado em 2021 e não em 2020 pode estar relacionada aos efeitos do Programa de Auxílio Emergencial que teve início ainda no mês de abril de 2020, quando foram iniciados os pagamentos mensais de 5 parcelas de R\$ 600, seguidos posteriormente por pagamentos mensais de R\$ 300, totalizando R\$ 4.200,00 durante nove meses do referido ano. Já em 2021, apesar do programa continuar, o mesmo teve apenas sete parcelas, com valores baixos que variaram entre R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375, de acordo com a composição familiar. Comparativamente ao ano de 2020, verifica-se que em 2021 os valores recebidos foram muito inferiores e a quantidade de pessoas atendidas foi fortemente reduzida. Esses aspectos, conjugados com uma conjuntura extremamente adversa em 2021 (forte expansão da pandemia, queda da renda advinda do trabalho e aumento do desemprego), possivelmente impactou diferenciadamente os níveis de pobreza entre 2020 e 2021.⁷

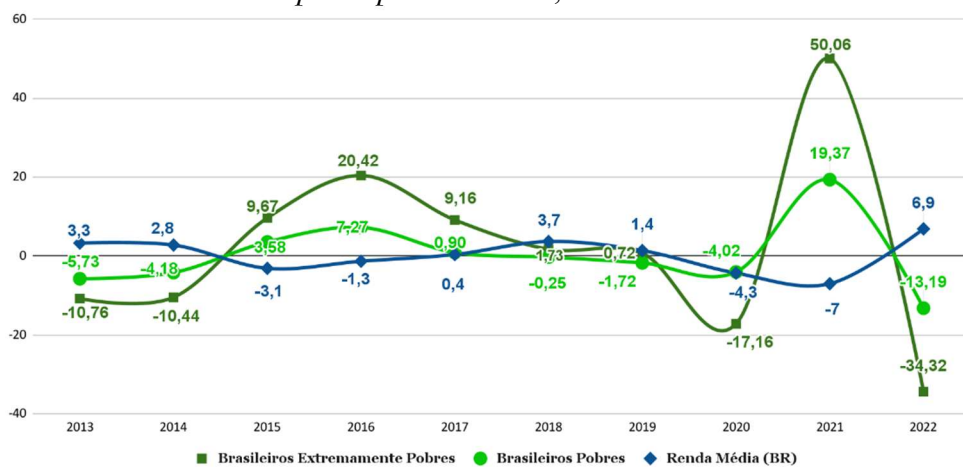
De fato, os dados, tanto para o Brasil como Santa Catarina, evidenciam que há um movimento predominantemente inverso entre a variação anual do rendimento domiciliar per capita médio e as variações anuais dos níveis de pobreza. Observa-se que, conforme a persistência e intensidade do aumento (ou da redução) dos rendimentos ao longo da série, os níveis de pobreza reduzem (ou aumentam) proporcionalmente.

Essas correlações indicam que quando as políticas assistenciais monetárias são reforçadas, como ocorreu em 2020, os efeitos da redução dos rendimentos e do desemprego são atenuados, especialmente para população mais vulnerável, em particular os extremamente pobres monetariamente, dado que a linha que representa essa população é a que manifesta a maior volatilidade em vários anos. Por outro lado, quando essas políticas são reduzidas, como ocorreu em 2021, agravam-se os níveis de pobreza.

⁷ Conforme informações do Relatório Final de Avaliação da CGU sobre os Auxílios em 2020 e 2021, publicado em 2022, foram pagos R\$ 294,4 bilhões em 2020 (sendo R\$ 231,4 bilhões de Auxílio Emergencial entre abril e agosto e R\$ 63 bilhões entre setembro a dezembro) para 125,5 milhões de beneficiários, ao passo que em 2021 foram pagos R\$ 59,5 bilhões (de abril a outubro) para 39,3 milhões de beneficiários, reduções nos valores pagos e número de beneficiários de, respectivamente, -79,78% e -68,68%. Esses dados foram obtidos em :<<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2021>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

Em síntese, nos anos 2020 e 2021 no Brasil as variações da renda de -4,3% e -7%, respectivamente, estão associadas à uma variação anual da pobreza monetária de -17,16% e +50,06%, respectivamente, e à uma variação da extrema pobreza monetária de -4,02% e +19,37%, respectivamente. Em anos anteriores se observou que a volatilidade dos níveis de pobreza e das variações de rendimentos era menor, o que sugere a existência de correlações entre as políticas assistenciais monetárias com políticas econômicas que provocam variações no mercado de trabalho e nos níveis de renda.

Gráfico 5 - Taxa de variação anual (%) de pessoas pobres (com renda menor que US\$6,85) e extremamente pobres (com renda menor que US\$2,15) versus rendimento médio *per capita* no Brasil, de 2012 a 2022



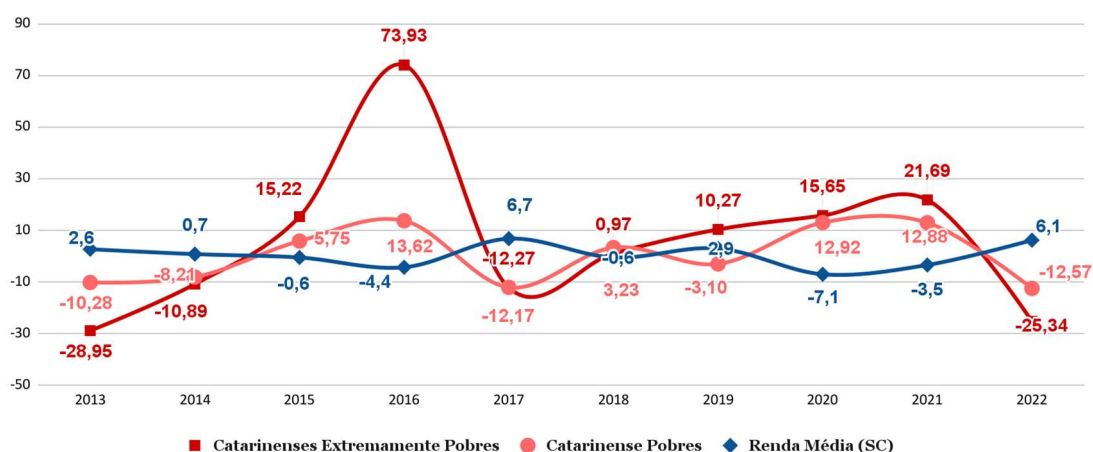
Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

O Gráfico 6 apresenta as mesmas correlações para o estado de Santa Catarina. Inicialmente nota-se que nesse estado seguiu-se a tendência nacional com agravamento da pobreza em 2021, podendo ser considerada a pior situação da pandemia, uma vez que 1,08 milhão de pessoas foram classificadas como vivendo na pobreza, sendo que destas 174,2 mil se enquadravam na condição de extrema pobreza. Em relação a 2019, isso significou um percentual de acréscimo de 27,46% e 39,09%, respectivamente, indicando uma velocidade maior de pessoas ingressando na condição de extrema pobreza monetária do que na pobreza. Adicionalmente registra-se que esses dois percentuais são superiores àqueles do conjunto do país. Em termos da população total, isso significou uma taxa de acréscimo de 2,9 p.p. da pobreza e de 0,7 p.p. da extrema pobreza. No entanto, cabe

ênfatisar que apesar da redução expressiva observada no biênio 2022/2021, o número absoluto de pobres no triênio 2022/2019 aumentou em 11,43%, enquanto o de extremamente pobres subiu 5%. Ou seja, em Santa Catarina houve um aumento dos níveis de pobreza, destacando-se que a taxa de crescimento absoluta dos dois níveis de pobreza considerados foi mais do que o dobro do observado no Brasil.

Gráfico 6 - Taxa de variação anual (%) da quantidade de pessoas pobres (com renda menor que US\$6,85) e extremamente pobres (com renda menor que US\$2,15) versus rendimento médio *per capita* em Santa Catarina, de 2012 a 2022



Fonte: SIS/IBGE-PNAD/C 2022. Elaboração: NECAT/UFSC.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários recentes, tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos.

Em síntese, nos anos de pandemia de 2020 e 2021 em Santa Catarina, as variações da renda foram de -7,1% e -3,5%, respectivamente. No mesmo período ocorreu uma variação anual da pobreza monetária de +12,92% e +12,88, respectivamente, e uma variação da extrema pobreza monetária de +15,65% e +21,69%, respectivamente.

⁸ Em 2022, a pobreza monetária em Santa Catarina reduziu -2 p.p. em relação a 2021 (que foi o ano de ápice dos níveis de pobreza, com 14,8% ou 1.084,7 milhão de pessoas pobres), mas atingiu 12,8% da população (ou 948,3 mil pessoas), sendo a quinta proporção mais alta da série histórica. De outro lado, representou uma variação absoluta de +17,64% de pessoas nessa condição em relação a 2014, quando o total de catarinenses pobres foi o menor da série, com 806,1 mil pessoas pobres (ou 12%). Com relação à extrema pobreza, o resultado de 2022 totalizou 130 mil pessoas extremamente pobres monetariamente ou 1,8% da população, o que significou um aumento absoluto de +105,69% da quantidade de pessoas em relação a 2014, ano de menor quantidade de pessoas extremamente pobres monetariamente (com 63,2 mil pessoas ou 0,9% da população).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crença comum de que Santa Catarina não tem um nível de pobreza expressivo e/ou que não segue as tendências nacionais perde qualquer sentido quando se analisa em maior profundidade as informações disponíveis, como foi o caso demonstrado neste texto que considera as informações do período entre 2012 e 2022. Adotando-se a abordagem da pobreza monetária desenvolvida pelo Banco Mundial, utilizou-se neste estudo o nível de renda como fio-condutor para entender a evolução da pobreza no Brasil e em Santa Catarina, especialmente durante o período pandêmico (2020-2022). Essa escolha metodológica, além de seguir os mesmos pressupostos de outros estudos sobre o tema, também se justifica pelo fato de não se dispor de recursos financeiros para desenvolver análises mais sofisticadas como as que fazem parte da abordagem da pobreza multidimensional.

Considerando-se as linhas de US\$ 6,85 e US\$2,15 utilizadas no país para mensurar a dimensão da pobreza e da extrema pobreza, analisou-se a evolução do nível da renda por meio ‘rendimento domiciliar per capita médio’, em ambos os casos (Brasil e SC). Inicialmente se observa que, em termos absolutos, o rendimento médio catarinense é maior do que o do conjunto do país, porém apenas esse indicador não é suficiente para apurar com maior propriedade a existência ou não de desigualdades de renda quando se utilizam outros recortes como sexo e cor, por exemplo.

Guardadas as devidas proporções, pode-se afirmar que o estado catarinense também segue exibindo a tendência estrutural das desigualdades nacionais, especialmente quando se considera os temas sexo e cor para analisar o retrato fiel da distribuição de renda. Em 2022, por exemplo, considerando-se apenas o recorte por sexo, verificou-se que as mulheres em catarinenses ganhavam -4,72% a menos do que homens (no Brasil esse patamar era de -4,32%), indicando que o diferencial de rendimento por gênero em SC era maior que do conjunto do país. Porém, quando as análises recaem somente sobre o recorte por cor, as pessoas de cor preta, parda e parda ou preta ganhavam aproximadamente 30,69% menos do que homens e mulheres de cor branca (no Brasil esse percentual era de -44,68%).

Quando se realiza o cruzamento simultâneo dos dois recortes (sexo e cor), verifica-se que a situação das mulheres é ainda mais complicada, uma vez que as mulheres pretas ou pardas, tanto no Brasil como em Santa Catarina, são duplamente penalizadas.

Tomando-se o ano de 2022 com referência, nota-se que o rendimento das mulheres brancas em SC foi -4,12% inferior ao dos homens brancos (no Brasil esse percentual foi de -4,31%). Já o rendimento das mulheres pretas ou pardas foi -10,19% menor em relação ao de homens pretos ou pardos (no Brasil esse percentual foi -7,54%).

Do ponto de vista da pobreza monetária, as informações sobre o nível de rendimentos qualificam a dimensão desse fenômeno social, tanto no estado de Santa Catarina como no conjunto do país. No caso do estado catarinense, embora mantenha uma das menores taxas de incidência de pobreza do país, observou-se que ao final de 2022 existiam 948 mil pessoas classificadas nessa condição social, significando que 12,8% da população catarinense se encontrava nessa situação. Como vimos anteriormente, as desigualdades estruturais de rendimentos – tanto de gênero como de cor - podem explicar, em grande medida, a existência e a continuidade dessa situação que afeta uma parcela expressiva da população, a qual não pode ser menosprezada, especialmente pelas autoridades públicas.

Além disso, é necessário considerar, também, que durante a pandemia a quantidade de pessoas que figuravam na condição de extrema pobreza em Santa Catarina atingiu o patamar de 174 mil pessoas em 2021, grande parte delas afetadas pelo desemprego, pela redução da renda e pela falta de continuidade de programas sociais governamentais. Ainda que em 2022 essa quantidade sofresse ligeira redução, é importante registrar que esse patamar continua muito acima daquele verificado em 2014 quando apenas 63 mil catarinenses se encontravam nessa condição social de extrema pobreza. São exatamente esses dados e esse processo que não podem ser ignorados por parte das autoridades públicas, mesmas que estas ainda se encontrem embebedadas pelo discurso do “estado de excelência”, expressão que procura esconder determinadas mazelas sociais como acabamos de apresentar nesse estudo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. J., SOUZA, P. H. G. F. de, SOARES, S. S. D.. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**, Rio de Janeiro (RJ): IPEA (Texto para Discussão n.1620), nov., 2020. Disponível: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10306>>.

CAMPANA, S., ALEXANDRE, K. S., PACKER, B. **Existe forma adequada de medir a pobreza? Notas sobre o debate de definição e mensuração da pobreza.**

Florianópolis: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, CSE-UFSC, 2023. (Texto para Discussão, n. 55). Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/td-055-2023-existe-forma-adequada-de-medir-a-pobreza-notas-sobre-o-debate-de-definicao-e-mensuracao-da-pobreza/>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

CGU-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Relatório de Avaliação 1094221**. Escopo: Ações relacionadas ao pagamento dos Auxílios Emergenciais no período de 16.04.2020 a 31.12.2021. Disponível em: <<https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1155040>>. Acesso em 04 abr. 2024.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/12/sis-ibge-2023.pdf>>. Acesso: 2 abril 2024.

LIMA, A. L. M. de. **Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza**. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19805/1/Tese%20Ana%20Luiza%20Machado%20de%20Codes%20Lima.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MATTEI, L. Evolução da Pobreza em Santa Catarina durante a pandemia. In: Mattei, L. (org.). **O legado econômico e social da COVID-19 no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2022, p. 353-374.

MATTEI, L. Pobreza e política de desenvolvimento territorial: noções, metodologias de mensuração e estratégias de enfrentamento do problema. In: Miranda, C, Tiburcio, C.(Orgs.) **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**, Brasília: IICA, 2013 (Série desenvolvimento rural sustentável; v.19), p.89-124. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B3343p/B3343p.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

NERI, M. C. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada**, Rio de Janeiro, FGV Social, 2020. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Covid&Trabalho-Marcelo_Neri-FGV_Social.pdf>.

SILVA, O. M. P. da, PANHOCA, L.A contribuição da vulnerabilidade na determinação do índice de desenvolvimento humano: estudando o estado de Santa Catarina. **Ciênc. saúde coletiva** 12 (5), Out 2007, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/cSkLcY7WnPMr3X38qSKxmCp/#>>. Acesso em: 03 ago. 2023.